

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Jordania Rocha de Queiroz Guedes

**CENÁRIOS DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO  
RECÔNCAVO DA GUANABARA- A HISTÓRIA DE IGUASSÚ  
(1833-1858)**

RIO DE JANEIRO  
2012

JORDANIA ROCHA DE QUEIROZ GUEDES

**CENÁRIOS DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO  
RECÔNCAVO DA GUANABARA- A HISTÓRIA DE IGUASSÚ  
(1833-1858)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ângela Maria Souza  
Martins

*Titular Externo: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Alessandra Frota Martinez Schueler- UFF*

Titular Interno: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Nailda Marinho da Costa Bonato/ UNIRIO

RIO DE JANEIRO

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -  
UNIRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**JORDANIA ROCHA DE QUEIROZ GUEDES**

**CENÁRIOS DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO  
RECÔNCAVO DA GUANABARA- A HISTÓRIA DE IGUASSÚ  
(1833-1858)**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Professora Dr<sup>a</sup> Ângela Maria Souza Martins  
Orientadora – UNIRIO

---

Professora Dr<sup>a</sup> Alessandra Frota Martinez de Schueler  
Membro Titular externo – UFF

---

Professora Dr<sup>a</sup> Nailda Marinho da Costa Bonato  
Membro Titular interno – UNIRIO

Guedes, Jordania Rocha de Queiroz.

G924 Cenário do processo de escolarização do recôncavo da Guanabara : a história de Iguassú (1833-1858) / Jordania Rocha de Queiroz Guedes, 2012.  
102f. ; 30cm

Orientador: Ângela Maria Souza Martins.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

1. Educação - Nova Iguaçu (RJ) - História. 2. Educação - Iguassú - Séc. XIX. 3. Escolarização - Séc. XIX. I. Martins, Ângela Maria Souza. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD – 370.98153

## Agradecimentos

*"Precisaria de mais que uma noite, mais que uma madrugada para agradecer..."*

Dois anos se passaram.

Lembro-me da tarde chuvosa de setembro de 2009, quando me desloquei para a UNIRIO para realizar a prova seletiva do Mestrado em Educação. Confesso que fiquei assustada com o número de mais de trezentos candidatos, ao apanhar a prova a primeira coisa que fiz foi fechar os meus olhos e orar a Deus dizendo:

*SENHOR tem tanta gente aqui, pessoas que talvez estejam mais preparadas que eu preciso apenas de uma vaga, uma vaga, fiz a minha parte e estudei, faça a tua vontade em minha vida, em Nome de Jesus, amém.*

A vontade DELE foi feita mais uma vez em minha vida, fui aprovada na terceira colocação naquele processo de ingresso e ainda beneficiada com a Bolsa de Estudos.

Agradeço a Deus, a ELE toda a Honra, Toda a Glória, todo o louvor.

Agradeço aos excelentes Professores que tenho, pois me ensinaram não apenas na academia, mas também me ensinaram na vida.

Agradeço a Professora Ângela por me orientar, me ajudar, me abraçar, sempre com uma palavra dócil e amiga, por me entender e ouvir, me aceitar sem me conhecer- Nunca me esquecerei de você minha querida, tu és um exemplo para mim, obrigado!

Agradeço a Professora Nailda Bonato, por também me orientar, me nortear nos caminhos da pesquisa, me incentivar sempre, com garra e ousadia, obrigado!

Alguém que sempre, desde a minha graduação na UERJ, me incentivou, aliás, foi a responsável por meu ingresso na História da Educação: Professora Alessandra Schueler, a você toda a minha gratidão e desejo de muitas felicidades. Sua superação frente aos obstáculos me convida a querer ir além, obrigada.

Professor José Gondra, além de mestre um grande amigo, obrigada por me ensinar a caminhar.

Professora Lígia, obrigada pelo sorriso sincero e palavras certas.

A CAPES pela Bolsa sem a qual a permanência no Programa seria difícil.

Aos amigos do NEPHEB/ UNIRIO pela torcida sincera.

Aos amigos do PROPED /UERJ pela parceria eterna.

Aos irmãos em Cristo que apoiaram acreditaram e me incentivaram. Agradeço à família Nazarena.

A amiga Ilzani pelas orações de sempre.

Ao professor José Cláudio Sooma pelas contribuições dadas à pesquisa no encontro de pesquisadores na UFRJ.

A amiga Amália Dias pela disponibilidade em me responder, em me auxiliar no garimpo às fontes iguassuanas.

A amiga feita pela pesquisa, Cecília Nascimento, pela torcida sincera e pela troca de fontes acerca da nossa professora Adelaide.

Aos meus queridos alunos tão pequenos e cheios de vida. Aos amigos da Creche Yara Amaral, aquele abraço !

A minha mãe Julieta, que me amou, apoiou, vibrou, chorou e orou: Agora são duas filhas mestras! Te amo !

Ao meu esposo Izaque, homem de Deus, sacerdote e servo, que me apoiou demais, aliás, muito do que foi feito não seria sem você! Te amo!

A minha Tábata, minha filha, minha amiga e companheira inseparável, abriu mão de si para mim, essa vitória é nossa: Te amo !

A minha irmã querida irmã Tatiane ,pelo apoio sincero e incondicional, te amo!

Enfim, já estou em meio às lágrimas... Obrigada a todos que comigo estiveram até aqui!

**Até aqui me ajudou o SENHOR !!!**

*Para Izaque, Tábata Beatriz, Julieta e Tatiane com todo amor  
que houver nesta vida....*

## RESUMO

O período compreendido entre os anos de 1833 e 1858 marcam respectivamente a municipalização e a chegada da Estrada de Ferro Dom Pedro II em Iguassú. Esta pesquisa busca compreender a disseminação de escolas públicas e particulares no município atualmente conhecido como Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro no século XIX. Para a realização da pesquisa, utilizamos como referência os Relatórios Provinciais do Rio de Janeiro e a partir desta documentação mapeamos as fontes disponíveis no Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro, Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu e historiadores da região. A distribuição e criação de escolas neste município do recôncavo guanabarrino esteve ligada a aspectos econômicos, políticos e sociais. Sua população de cerca de 70% de pretos e pardos livres, tendo ainda os brancos e pobres, parece ter ditado o perfil dos projetos, das localizações das escolas e dos professores que seguiriam para as escolas das freguesias iguassuanas: Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, Nossa Senhora de Marapicú, Santo Antonio da Jacutinga e São João Batista de Merity. Configurando-se como importante rota de passagem do ouro advindo de Minas Gerais e que seguia até a Corte do Rio de Janeiro, Iguassú tem uma parcela de seus habitantes que não fixaram residência fixa na região mantendo casas na Corte e em Portugal, sendo assim a maioria dos seus descendentes não estudavam nas escolas públicas e sim nas iniciativas particulares ou com os preceptores que seguiam até as fazendas ou mantinham em suas casas as aulas. Com a chegada da ferrovia o município tem a sua configuração remodelada, provocando o esvaziamento da sede, o fortalecimento das freguesias já existentes e ainda o nascimento de outras. A configuração das escolas ganha uma nova dinâmica seguindo assim o fluxo da estrada de ferro. A resistência de parte da população, as grandes distâncias, as febres e um importante quilombo e a ferrovia foram elementos encontrados na pesquisa como fatores determinantes para a existência ou não existência de escolas. A interpretação dada às fontes documentais nos remete a constatação de que as escolas públicas e particulares iguassuanas foram planejadas e frequentadas por pretos, pardos, mestiços e pobres em sua maioria, assim como outras freguesias do Império Brasileiro, dado este antes negado por parte da historiografia brasileira, mas que nos últimos anos tem sido discutido e analisado pela historiografia da educação.

Palavras chave: História da Educação. Escolarização. Iguassú. Século XIX.

## ABSTRACT

The understood period enters the years of 1833 and 1858 respectively mark the municipalização and the arrival of the Railroad Dom Peter II in Iguassú. This research searches to understand the dissemination of public and particular schools in the city currently known as New Iguaçú, Lowered Of the state of Rio de Janeiro, Rio De Janeiro in century XIX. For the accomplishment of the research, we use as reference the Provincial Reports of Rio De Janeiro and from this documentation we mapeamos the available sources in the Public Archive of the City of Rio De Janeiro, Bar Metropolitan of Rio De Janeiro, National Archive, Historical Institute and Geographic of New Iguaçú and historians of the region the distribution and creation of schools in this city of recôncavo guanabarino the economic aspects, social politicians were on and. Its population of about 70% of black color and free mediums brown, having still the whites and poor persons, seems to have dictated the profile of the projects, of the localizations of the schools and the professors who would follow for the schools of the iguassuanas clientele: Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, Saint Antonio of the Jacutinga and São João Baptista of Merity. Configuring itself as important route of ticket of the gold happened of Minas Gerais and that it followed until the Cut of Rio De Janeiro, Iguassú it has a parcel of its in habitants who had not fixed fixed residence in the region having kept houses in the Cut and Portugal, being thus the majority of its descendants did not study in the public schools and yes in the particular initiatives or with the teachers who followed until the farms or kept in its houses the lessons. With the arrival of the railroad the city has its remodelled configuration, provoking the esvaziamento of the headquarters, the reinforcement of the existing clientele already and still the birth of others. The configuration of the schools gains a new dynamics thus following the flow of the railroad. The resistance of part of the population, the great distances, the fevers and important quilombo and the railroad had been elements found in the research as determinative factors for the existence or not existence of schools. The interpretation given to the documentary sources in sends the constatação to them of that the iguassuanas schools had been planned and frequented for black people, mediums brown, mestizos and poor persons in its majority, as well as other clientele of the Brazilian Empire, data this before denied on the part of the Brazilian historiografia, but that in recent years he has been argued and analyzed for the historiografia of the education.

Key Words: History of the Education. Escolarização. Iguassú. Century XIX.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | <b>13</b> |
| <b>Capítulo 1- O caminho percorrido e abordagens metodológicas</b>  | <b>19</b> |
| 1.1- A Baixada, o Norte, o Sul Fluminense e a região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro através das Pesquisas educacionais | 26        |
| <b>Capítulo 2- Entre Cenários: A relevância da região e a sua Importância para o Império Brasileiro</b>                       | <b>33</b> |
| 2.1- Gente livre e gente escrava em Iguassú.  | 38        |
| 2.2- Um quilombo no caminho   | 46        |
| <b>Capítulo 3- Cenários políticos e Educacionais</b>  | <b>49</b> |
| 3.1- O cenário político e educacional iguassuano  | 54        |
| 3.3- Escolas e Iniciativas Particulares   | 58        |
| <b>Capítulo 4- As escolas e primeiros professores Iguassuanos</b>   | <b>66</b> |
| 4.1- Piedade do Iguassú: a escola da visibilidade   | 70        |
| 4.2- Jacutinga: a escola e o Quilombo.  | 75        |
| 4.3- Marapicú: as escolas e a Igreja  | 78        |
| 4.4- Merity: a escola da experiência  | 81        |
| 4.5- As febres, a estrada de ferro e o esvaziamento da sede Municipal novos arranjos educacionais:                            | 84        |
| <b>Considerações Finais</b>   | <b>90</b> |
| <b>Referências Bibliográficas</b>   | <b>94</b> |

**LISTA DAS IMAGENS**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Imagem 1- Composição Atual dos municípios da Baixada Fluminense</b> | <b>14</b> |
| <b>Imagem 2- Mapa dos Municípios da Província do Rio de Janeiro</b>    | <b>37</b> |
| <b>Imagem 03- As principais Freguesias Iguassuanas</b>                 | <b>57</b> |
| <b>Imagem 04- As estradas de Ferro Mauá e Dom Pedro II</b>             | <b>89</b> |

**TABELA DE QUADROS**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Quadro I- O número de pretos e pardos nos municípios que compõem a Baixada Fluminense no ano de 2010</b> | <b>15</b> |
| <b>Quadro II- Propostas apresentadas no II EHed -RJ</b>   | <b>28</b> |
| <b>Quadro III- Universidades que apresentam pesquisas sobre a região</b>                                    | <b>31</b> |
| <b>Quadro III- Universidades que apresentam pesquisas sobre a região</b>                                    | <b>34</b> |
| <b>Quadro V- Municípios da Província do Rio de Janeiro criados até o ano de 1855</b>                        | <b>35</b> |
| <b>Quadro VI- População Livre e Escrava em Iguassú em 1840</b>  | <b>38</b> |
| <b>Quadro VII- População preta e parda livre em Iguassú (1850)</b>  | <b>38</b> |
| <b>Quadro VIII- Ocupações da população escrava em Iguassú (1872)</b>  | <b>44</b> |
| <b>Quadro IX- Escolas de Primeiras letras da Província do Rio de Janeiro</b>                                | <b>53</b> |
| <b>Quadro X- Professores e iniciativas particulares em Iguassú (1850-1859)</b>                              | <b>64</b> |
| <b>Quadro XI- Alunos em Iguassú distribuídos por idades – 1851</b>  | <b>67</b> |
| <b>Quadro XII- Mapa de Admissão de Augusto da Costa Barreto</b>   | <b>81</b> |
| <b>Quadro XIII- Novos arranjos educacionais</b>   | <b>87</b> |

## INTRODUÇÃO

Nosso trabalho busca encontrar pistas para elucidar o processo de escolarização numa região ainda não explorada pela historiografia da educação no século XIX: a Baixada Fluminense. Tendo sido eleito para este estudo, o município de Iguassú, local do nascedouro de 80% dos municípios que compõem a região, onde cresci e resido até os dias de hoje.

A região conhecida entre os séculos XVII e XIX como o Recôncavo da Guanabara, conta atualmente em sua composição geográfica com o número de 13 municípios, região denominada Baixada Fluminense<sup>1</sup>, na região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O documento intitulado “*Diagnóstico das Condições Sócio-Econômicas e da Gestão Pública dos Municípios da Baixada Fluminense*”, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no ano de 2005<sup>2</sup>, em seus indicadores revela que a Baixada Fluminense tem uma população de 3.565.084 habitantes, o que corresponde a 23,7% da população do estado. Duque de Caxias e Nova Iguaçu constituem os dois maiores pólos demográficos e econômicos da Baixada, e juntos concentram aproximadamente metade da população que reside na região. Em sua maioria, os municípios da região apresentam elevadas taxas de densidade demográfica, especialmente aqueles que se localizam mais próximos à cidade do Rio de Janeiro, como é o caso de São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita e Belford Roxo. Inversamente, os municípios que se encontram mais distantes tendem a apresentar as

---

<sup>1</sup> De acordo com Peres (2009, p. 10), a Baixada Fluminense é atualmente formada por treze municípios em que residem aproximadamente 3,5 milhões de pessoas. O início da ocupação da região se deu no século XVI com a divisão das primeiras sesmarias no Recôncavo da Guanabara. O processo de adensamento da Baixada começou a ser observado a partir de 1940, com o declínio da citrocultura, após a eclosão da II Guerra Mundial, quando se interrompe a possibilidade da exportação da laranja, acarretando o apodrecimento dos frutos e a manifestação de uma praga denominada de “mosca do mediterrâneo”. Tais fenômenos aliados ao crescimento de pessoas em direção às cidades e o interesse da população de menor renda pelas periferias, fazem eclodir a venda de lotes para fins habitacionais nas regiões de Nova Iguaçu (Centro), Belford- Roxo, Queimados, Japeri, São João de Meriti, Mesquita e Nilópolis (Distritos pertencentes a Nova Iguaçu). A região teve por atrativo a eletrificação da Estrada de Ferro D. Pedro II a partir de 1938 ligando a Baixada à Capital, embora já existissem desde o final da década de 20 a Rodovia Washington Luiz e a Avenida Automóvel Clube, a Rodovia Presidente Dutra ligando o Rio de Janeiro a São Paulo que liga a região a Avenida Brasil e conseqüentemente ao Centro da Cidade é construída no ano de 1951.

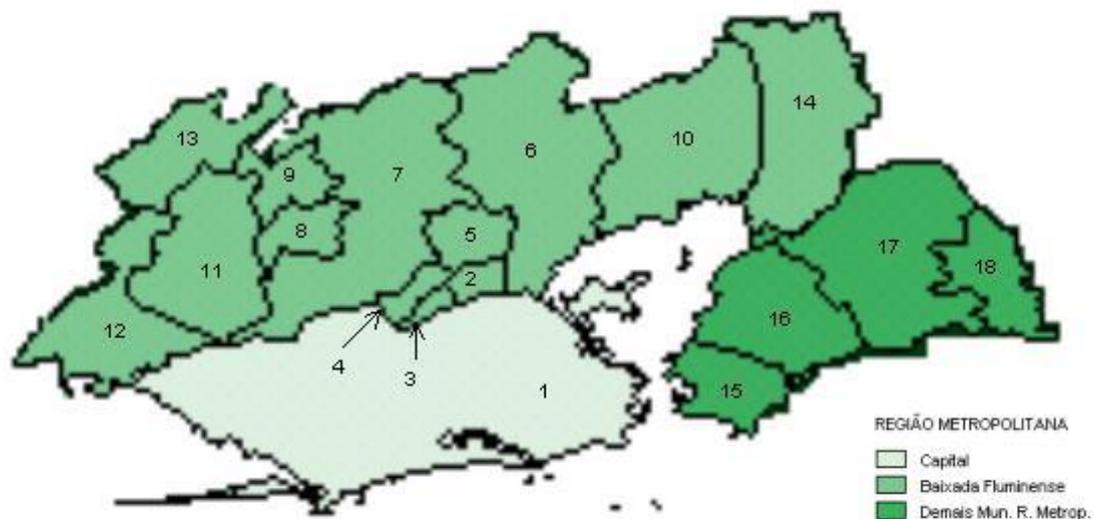
<sup>2</sup> Disponível em [www.planalto.gov.br/sri/.../Docs.../BaixadaF\\_P Sociais.pdf](http://www.planalto.gov.br/sri/.../Docs.../BaixadaF_P Sociais.pdf). Acessado em Junho de 2011.

menores densidades, como é o caso de Itaguaí, Paracambi, Guapimirim e Seropédica, sendo que estes dois últimos também apresentam taxas de urbanização expressivamente menores que aquelas observadas para os demais municípios.

Segundo o citado documento, no que tange aos indicadores de educação, o desempenho dos municípios da Baixada Fluminense mostra-se inferior, não apenas à capital, mas em muitos casos, às médias observadas para o estado como um todo. Os dados do censo de 2000 revelam que em alguns municípios o analfabetismo atinge parcela expressiva da população, como é o caso de Japeri e Guapimirim, onde aproximadamente 11% da população com dez anos ou mais de idade era analfabeta. Na média a região da Baixada apresenta uma taxa de analfabetismo de 7,25% da população de 10 anos ou mais de idade, contra uma taxa de 4,22% observada para a capital.

O município de Nova Iguaçu, no ano de 2010 teve, segundo o IBGE, sua população contabilizada em 795.212 habitantes, configurando entre os municípios brasileiros com mais de 500.000 habitantes.

**Imagem 1- Composição Atual dos municípios da Baixada Fluminense**



|                        |                |                 |                  |                     |
|------------------------|----------------|-----------------|------------------|---------------------|
| 2 - São João de Meriti | 3 - Nilópolis  | 4 - Mesquita    | 5 - Belford Roxo | 6 - Duque de Caxias |
| 7 - Nova Iguaçu        | 8 - Queimados  | 9 - Japeri      | 10 - Magé        | 11 - Seropédica     |
| 12 - Itaguaí           | 13 - Paracambi | 14 - Guapimirim | 15 - Niterói     | 16 - São Gonçalo    |
|                        |                |                 |                  | 17 - Itaboraí       |
|                        |                |                 |                  | 18 - Tanguá         |

Fonte: [www.planalto.gov.br/sri/.../Docs.../BaixadaF\\_PSOciais.pdf](http://www.planalto.gov.br/sri/.../Docs.../BaixadaF_PSOciais.pdf)- Consultado em Junho de 2011.

No que diz respeito aos aspectos étnicos raciais, um dos principais indicadores analisados através desta pesquisa na população da região no século XIX, em um documento publicado pelo LAESER<sup>3</sup> no ano de 2011, foi possível encontrar um ranking dos 5.556 municípios brasileiros de acordo com o peso da população de pretos e pardos sobre o número de habitantes, neste ranking destacamos o município do Rio de Janeiro e os municípios que hoje compõem a Baixada Fluminense e encontramos as seguintes colocações:

**QUADRO I- O número de pretos e pardos nos municípios que compõem a Baixada Fluminense no ano de 2010.**

| MUNICÍPIO          | POSIÇÃO | PRETOS E PARDOS |
|--------------------|---------|-----------------|
| Rio de Janeiro     | 2       | 3.031.301       |
| Duque de Caxias    | 16      | 558.692         |
| Nova Iguaçu        | 17      | 499.849         |
| Belford Roxo       | 29      | 312.533         |
| São João de Meriti | 31      | 230.666         |
| Magé               | 79      | 74.401          |
| Mesquita           | 116     | 104.669         |
| Nilópolis          | 135     | 90.945          |
| Queimados          | 139     | 89.709          |
| Japeri             | 195     | 66.294          |
| Seropédica         | 309     | 46.459          |
| Paracambi          | 623     | 26.331          |
| Total              | –       |                 |

FONTE: *Tempo em Curso*: Boletim Eletrônico, Ano III, Volume 03, número 10, Outubro de 2011.

O número de afro-descendentes na Baixada Fluminense na atualidade e a posição no ranking dos municípios nascerdours da região (Duque de Caxias e Nova Iguaçu), nos remetem para os indicadores que serão apontados e debatidos nesta

<sup>3</sup> LAESER- Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais. É projeto de pesquisa do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ. Suas pesquisas são publicadas no Boletim Eletrônico TEMPO EM CURSO, boletim dedicado ao estudo dos indicadores do mercado de trabalho metropolitano brasileiro desagregado pelos grupos de cor, raça e gênero. A origem dos dados é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ( IBGE). Disponível em [www.laeser.ufrj.br](http://www.laeser.ufrj.br)

pesquisa, reforçando a hipótese de que esta região foi o palco de inserção de um grande contingente de africanos escravizados, oriundos de diversas regiões do continente africano, o que originou no século XIX uma maioria de população escrava, preta alforriada e de afro descendentes que figuraram nos mais diversos espaços da sociedade guanabarina, inclusive o escolar, que é nosso foco de pesquisa.

A maioria dos municípios que hoje compõem esta região pertencia ao município de Iguassu, denominado de Nova Iguaçu<sup>4</sup>, a partir de 09 de Novembro de 1916. Desde o século XIX, esta região é conhecida por aspectos que foram relevantes para a economia e para a cultura do Império Brasileiro, como os Caminhos do Ouro, que escoavam através de suas ruas e portos o ouro advindo de Minas Gerais, chegando a Corte do Rio de Janeiro, além disso, tornou-se conhecida pelos aspectos que foram diagnosticados como perigosos: as moléstias e os grandes quilombos.

Acreditamos que são necessários estudos acerca do processo de escolarização dessa região, para desvendarmos a distribuição da rede escolar, a formação de professores e o perfil dos alunos, buscando as razões e as pretensões para ações educacionais em lugares distantes, sem a visibilidade dos grandes centros urbanos.

Para atingir o nosso objetivo, vamos fazer o entrecruzamento da História da Educação da Corte Imperial, Província do Rio de Janeiro e Iguassú durante o século XIX, mesclando aspectos da cultura local e as relações sociais, econômicas e raciais, com o intuito de compreender as temáticas que embasaram o processo de escolarização na região do Recôncavo da Guanabara, especificamente o município de Iguassú na Província do Rio de Janeiro, atual Baixada Fluminense, município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro. Nosso recorte histórico circunscreve-se entre 1833, momento da criação e instituição do município iguassuano e 1858, ano da chegada da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que “corta” o município. A implementação da Estrada de Ferro possibilitou a modernidade, a imponência, o futuro e ainda a possibilidade de esquecer o

---

<sup>4</sup> No que se refere à divisão político-administrativa do território, até o final da década de 1930 a região era composta pelos municípios de Nova Iguaçu, Itaguaí e Magé. A maior parte dos municípios atuais originou-se por desmembramento do município de Nova Iguaçu. Na década de 1940, este município deu origem a três outros: Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti. Estes três municípios localizavam-se em áreas mais próximas à cidade do Rio de Janeiro e já se caracterizavam, desde as décadas anteriores, por uma maior densidade demográfica e por relações mais estreitas de sua população com a cidade do Rio de Janeiro. Na década de 1990, Nova Iguaçu seria novamente afetado por uma intensa fragmentação de seu território, a partir da qual foram criados outros 4 municípios.

passado de atraso e enfermidades, com o abandono da antiga Vila<sup>5</sup> e o deslocamento para uma nova vila e uma nova vida.

A criação do município iguassuano se efetivou a partir de uma trama de relações pessoais, sociais e políticas, cujos laços determinaram os caminhos que o município seguiu em suas múltiplas dimensões. Destacamos que a escola foi o motor de arranque em direção ao caminho civilizatório e de afirmação do vilarejo no cenário Provincial, da Corte e do Império Brasileiro. Um lugar conhecido por suas febres, pela sua singularidade racial e principalmente pelos seus gêneros alimentícios e pelos “Caminhos do Ouro”.

Para desenvolver nosso objeto de investigação realizamos um levantamento sobre:

- 1- O processo de institucionalização das escolas de primeiras letras do município Iguassuano;
- 2- As singularidades étnicas da região<sup>6</sup>, que determinaram as iniciativas escolares da e na localidade;
- 3- Os perfis das escolas de primeiras letras em funcionamento de cada uma das Freguesias Iguassuanas;
- 4- A dinâmica da distribuição das escolas existentes após a chegada da Estrada de Ferro na região.

Mendonça e Xavier (2009, p.07), destacam a necessidade de entrecruzamento dos estudos sobre a história do Rio de Janeiro e a história da educação, mais especificamente das instituições educacionais, pois, segundo as autoras, é impossível isolar estes dois campos de investigação. Ainda destacam (MENDONÇA e XAVIER, 2009, p.8), que a escola sendo analisada partindo de uma autonomia pedagógica e cultural que depende de outros componentes que se entrecruzam, passam a ser vistas

---

<sup>5</sup> A antiga Capital da Vila hoje é chamada de Iguaçu Velho, bairro de Nova Iguaçu, próximo à região de Tinguá, RJ.

<sup>6</sup> Optamos por trabalhar com o termo *étnico* ao invés de *racial* por conta do período histórico estudado. No recorte histórico estabelecido por esta pesquisa não havia no Brasil em sentido mais amplo, a discussão acerca da concepção de *Raça*. Trabalharemos com a tese apontada por Hebe Mattos (2004, p. 14) de que não podemos afirmar que a escravidão moderna foi estabelecida somente em bases raciais, foram utilizados também e com mais veemência neste período a *ascendência* e os estigmas e distinções baseados neste princípio, que estiveram presentes no Antigo Regime e em especial no Império Português. Ainda segundo Hebe Mattos (2004, p. 18), a noção de raça foi uma construção social do século XIX, sendo que no Continente Americano esteve ligada às contradições entre os direitos civis e políticos inerentes à cidadania estabelecida pelos novos estados liberais e ao decorrer do processo de abolição. O termo *étnico* tem sido utilizado por pesquisadores que estudam as relações entre escravidão e escolarização no século XIX como Greive (2011) e Fonseca (2007). No caso de Iguassu, como mostraremos nos próximos capítulos, são encontrados os portugueses, seus descendentes e afrodescendentes advindos de diversas partes da África.

como instituições que colaboram para a produção social e ainda os estudos culturais, atingindo assim um status diferenciado na história da educação.

No **primeiro capítulo**, serão descritos os caminhos que percorremos na pesquisa, bem como a abordagem metodológica aplicada na análise dos dados encontrados. Ainda neste capítulo será apresentado um levantamento das pesquisas desenvolvidas na atualidade nas universidades federais, estaduais e algumas particulares do Estado do Rio de Janeiro, acerca dos processos educacionais, história das instituições, movimentos sociais, profissão docente, história da infância, práticas educativas dentre outros, nos municípios que compõem a Baixada Fluminense e regiões Norte e Sul fluminense do Estado, tendo como ponto de referencia o segundo encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro, o II EHEd-RJ<sup>7</sup>.

No **segundo capítulo**, apresentaremos a relevância da região estudada para o império brasileiro e ainda as suas singularidades étnicas e econômicas, dando pistas de como estes fatores contribuíram e até mesmo caracterizaram as escolas destinadas para a localidade.

Os cenários da política e da educação iguassuana serão apresentadas no **terceiro capítulo**, onde discutiremos as classes escolares e o perfil social e racial da infância escolarizada em Iguassú.

O levantamento histórico acerca das escolas e professores, destacando a relevância e as particularidades dessas escolas, a chegada da estrada de Ferro Dom Pedro II e a distribuição espacial das mesmas, serão analisadas no **quarto capítulo** deste trabalho.

---

<sup>7</sup> O II Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro, ocorrido nos dias 13,14 e 15 de Setembro de 2010 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO. O encontro foi promovido pelas Universidades localizadas no Estado do Rio de Janeiro: UNIRIO, UFF, URRJ, UFRRJ, UERJ, UENF, PUC-RIO, CEFET e com o apoio das instituições mantenedoras Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro- FAPERJ e Sociedade Brasileira de História da Educação - SBHE. A edição anterior ocorreu no ano de 2007 na Universidade Federal Fluminense- UFF.

## CAPÍTULO 1

### O CAMINHO PERCORRIDO E ABORDAGENS METODOLÓGICAS

O presente estudo tem por objetivo dar continuidade a um projeto realizado junto ao NEPHE/UERJ durante a minha Graduação em Pedagogia (2005/2009), em pesquisa coordenada pelo Professor José Gonçalves Gondra<sup>8</sup>.

Fui “desafiada” pelo orientador e pelo Grupo de Pesquisa a buscar as fontes para desvendar o processo de escolarização em localidades que estavam em torno da Corte Imperial, pois produções de estudos referentes à história da educação no Século XIX no Rio de Janeiro, sobre a Corte e sobre a Província são freqüentes, entretanto, ao buscarmos pesquisas acerca das regiões que estavam em torno dos grandes centros, são poucas as produções, justificadas pela dificuldade de acesso as fontes, uma vez que não houve e ainda não há uma preocupação da maioria dos municípios em preservar as suas memórias.

A pesquisa resultou na monografia final do curso intitulada “Escolas no Recôncavo da Guanabara: História do Processo de Escolarização no Município de Iguassú” (1833-1862)<sup>9</sup>. A monografia estabeleceu-se como trabalho inédito no cenário da História da Educação do Rio de Janeiro, sendo a mesma utilizada como base para o pré-projeto apresentado para o Programa de Mestrado em Educação da UNIRIO no ano de 2010. Apresentei-me ao processo seletivo no ano de 2009, logo após a colação de grau em Pedagogia. Escrevi-me e tive a aprovação na Linha de Pesquisa “Subjetividade, Cultura e História da Educação”, tendo por orientadora a Professora Dr<sup>a</sup> Angela M. Souza Martins<sup>10</sup>, do grupo de pesquisa NEB/NEPHEB da UNIRIO. Meu projeto inicial era dar continuidade à pesquisa com um recorte histórico posterior a chegada da Estrada de Ferro Pedro II ao município iguassuano (1858), todavia, meus planos foram frustrados por conta da disponibilidade das fontes, pois foram distribuídas de formas desordenadas por diversos Arquivos no Rio de Janeiro e Baixada Fluminense e ainda nas mãos de diversos particulares, que ao sinalizarem o interesse para a consulta,

---

<sup>8</sup> Pesquisa: Escolarização e Governo das Multidões. Análise do Processo de Disseminação de escolas, materiais e políticas na Corte Imperial (1854-1863). Fui bolsista de Iniciação Científica entre os anos de 2007 a 2009 pela FAPERJ.

<sup>9</sup> GUEDES, Jordania R.Q. *Escolas no Recôncavo da Guanabara*. História do Processo de Escolarização no Município de Iguassú (1833-1862). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ. Rio de Janeiro. 2009. Monografia orientada pelo Professor Dr. José Gonçalves Gondra e tendo como co-orientadora a Professora Dra. Alessandra Schueler.

<sup>10</sup> Linha de Pesquisa: História das Instituições Escolares, práticas e pensamento educacional.

simplesmente se negam ou dificultam o máximo o acesso. Aliado a esta dificuldade, através do trabalho monográfico inicial e garimpo de fontes, foi possível perceber que muitas lacunas poderiam ser preenchidas e respondidas com um aprofundamento no trabalho ora começado.

As fontes primárias principalmente deste período histórico estão distribuídas por acervos do Arquivo Nacional, Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Mosteiro de São Bento, Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu<sup>11</sup> e alguns particulares, a junção das mesmas para fins de pesquisa tem se configurado para mim na montagem de um imenso quebra-cabeça.

Os documentos analisados que serviram como os “alicerces” deste trabalho são os Relatórios Provinciais, os que estão digitalizados pela Universidade de Chicago<sup>12</sup>. Estes alicerces precisaram das colunas de sustentação que foram os arquivos do Fundo PP<sup>13</sup> disponível no Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro e arquivos que estão no Arquivo Nacional e na Cúria Metropolitana. Assinalamos que esses documentos foram produzidos no interior de uma máquina estatal e, portanto, eles tem uma intencionalidade que é mostrar os possíveis avanços realizados pelo Estado, por isso eles devem ser problematizados. Dentro da perspectiva de Mattos (1990), podemos destacar que o trabalho com documentos governamentais nos permite recuperar as ações, intenções e debates da Câmara de Governo.

O trabalho com fontes é lacunar e dependente de uma série de imprevistos por conta dos sujeitos e forças que mantêm os arquivos. Nunes (2005), explica tal situação:

Por que centrar a discussão em torno das fontes? Por um motivo simples: os historiadores da educação dependem, em suas investigações, não apenas de questões formuladas dentro de certas

---

<sup>11</sup> Ao manuseio das fontes do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, agradeço a pesquisadora Amália Rocha, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, pelo encontro e cessão das mesmas. Atualmente estas fontes estão em mãos de particulares.

<sup>12</sup> Estes relatórios foram digitalizados Pelo *Latim American Microform Pro ject ( Lamp)*, no “ *Center for Reaserch Libraries*” ( *CRL*), como parte integrante do projeto *Brazilian Government Document Digitalizion Project*. De acordo com Penna (2009, p.39), tal projeto foi patrocinado pela Fundação Andrew W. Mellon a fim de produzir imagens digitais de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993, e pelos Governos Provinciais, desde as mais antigas disponíveis para cada Província até o fim do Império em 1889. Tal Projeto proporciona o acesso pela Internet prestando assim apoio a pesquisadores e pesquisas latino americanas. O site para a consulta é <http://www.crl.edu.br>

<sup>13</sup> Fundo PP- Fundo Presidência da Província do Rio de Janeiro. Estes documentos estão compreendidos entre os anos de 1786 e 1889, contendo: Textuais: 6m, Fotografias: 28 Mapas: 04, Plantas: 41. A documentação esteve nos porões da Escola Aurelino Leal. No ano de 1961 foi transferida para o Arquivo Público do Rio de Janeiro e logo após para a Biblioteca Estadual de Niterói, ali permaneceu até o ano de 1979 quando retornou ao Arquivo Público do Rio de Janeiro.

matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com que podem contar. Não fazemos bons trabalhos na área sem respeitar a empiria contra a qual lutamos; e todos já nos deparamos com a dificuldade de recolher fontes impressas e arquivísticas, geralmente lacunares, parcelares e residuais. Apesar das dificuldades, é justamente no manuseio crítico das fontes que o pedagogo ganha a distancia necessária para olhar de uma maneira a pedagogia, tornando-se, pela prática e pelo seu projeto, um historiador (NUNES, 2005, p.29).

As lacunas existentes na história devem ser questionadas, um historiador não deve intuir apenas a partir dos documentos, mas também a ausência dos mesmos, sempre se questionando sobre os problemas e limitações de trabalhos com fontes (FÁVERO, 2009, p. 118).

Os documentos oficiais do Governo Imperial sejam aqueles que estão digitalizados na Internet ou os que estão disponíveis no Arquivo Nacional, Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro, Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, são analisados com a perspectiva de documentos que foram produzidos dentro de uma máquina estatal que procurava mostrar avanços e não retrocessos, tendo seus dados e seus discursos constantemente problematizados. Constatamos que nos discursos dos agentes que contribuíram para a disseminação e implantação de escolas e formas escolares no município Iguassuano o termo *civilizar* se faz presente.

A monopolização dos poderes elementares pelo Estado se estabeleceu na tentativa de estruturação das formas de Governo Constitucionais. O domínio das emoções, os medos, o pudor foram legitimando a educação escolarizada, através da extensão do autocontrole.

De acordo com a perspectiva de Norbert Elias (1993,1994a,1994b,2006) e Greive (2002), trabalhamos o processo civilizatório como o curso de transformações gerais da sociedade, que ocorrem em longos períodos de tempo em determinada direção, para as quais foi adotado o termo *desenvolvimento*.

Para Elias (1994b), o processo civilizador funciona em uma dinâmica que pressupõe alterações nas relações de poder e de controle dos indivíduos (Greive, 2002)<sup>14</sup>. Aplicamos seus termos básicos como *configuração (figuração)*, *interdependência e processos sociais*.

---

<sup>14</sup> Greive analisa as obras de Elias e estabelece relações com a educação e instrução no Império Brasileiro.

A *configuração ou figuração* é baseada na relação de interdependência entre os indivíduos, cada ação individual depende de uma série de outras que modificam a própria figura do grupo social. A estrutura do comportamento civilizado está inter-relacionada com a organização da sociedade em forma de Estado. De acordo com Elias (1994b):

[...] *cada* pessoa singular está realmente presa: está presa por viver em permanente dependência funcional de outras: ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. É essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, a ela e nada mais que chamamos sociedade. (ELIAS, 1994b, p.23).

A categoria *escolarização* foi trazida e analisada através de Faria Filho (2007) e Gondra e Schueler (2008), Faria Filho (2007) sinaliza para o fato de que:

O termo escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas a respeito da “organização” de uma rede, ou redes, de instituições mais ou menos formais, responsáveis pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo, e no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados (FARIA FILHO, 2007, p.141).

A multiplicidade das formas de escolarização que emergem em Iguassú no período estabelecido, pode ser ancorada em Gondra e Schueler (2008), quando os autores afirmam que o predomínio e a coexistência de múltiplas formas de educação (familiar, religiosa, artesanal, profissional, entre outras) foram características da formação social brasileira no século XIX. Partindo deste pressuposto, analisamos as formas escolares que se apresentam através das fontes em Iguassú, escolas públicas, escolas particulares, iniciativas particulares, em casas alugadas para este fim e também em fazendas da região, fato comum neste período na maior parte das Freguesias e Províncias do território brasileiro, uma vez que veremos o processo de construção de prédios destinados para fins escolares nas décadas finais do século XIX.

Podemos observar pontos de entrecruzamento entre o público e o particular em nosso trabalho, representados pelas escolas públicas e particulares de primeiras letras, para tal nos apoiamos no texto de Áries (2009) na obra *Por uma História da Vida Privada* (2009), onde o autor destaca:

A sociedade se tornou uma vasta população anônima na qual as pessoas já não se conhecem. O trabalho, o lazer e o convívio com a

família são doravante atividades separadas em compartimentos estanques. O homem procura proteger-se dos olhares dos outros e para isso lança mão de dois recursos: o direito de escolher mais livremente a sua condição (ou pensar que assim escolhe) sua condição, seu estilo de vida; e o recolhimento junto à família, transformada em refugio, centro do espaço privado (ÁRIÉS, 2009, p. 10)<sup>15</sup>.

Um número expressivo de iniciativas particulares numa população distribuída por um vasto território, num período histórico em que o espaço público do Governo adentra o espaço privado da casa para governar, ordenar, racionalizar.

Em Nova Iguaçu, esforços de preservação têm sido feitos pelo IPAHB (Instituto de Pesquisas Históricas da Baixada Fluminense)<sup>16</sup>, pelos Amigos do Patrimônio Histórico da Baixada Fluminense e ainda podem ser encontrados em obras de memorialistas que retrataram a história do nascimento da região e do seu desenvolvimento até os idos do século XIX e início do século XX. No campo da historiografia da educação tais obras devem ser analisadas de forma criteriosa, pois estes autores descrevem e narram à história do município de forma emblemática, saudosista, como se cada ação se desse de forma ininterruptamente de forma seqüencial<sup>17</sup>.

Constatamos que os memorialistas iguassuanos apresentam a história dessa província a partir de uma perspectiva macro e utilizam como fontes os Relatórios Provinciais, o Almanaque Laemmert e fontes orais de antigos moradores. Partimos dessas fontes e tomamos por referencia o método utilizado na Micro-História, pois acreditamos que podemos a partir de uma realidade mais ampla trabalhar uma realidade em escala menor. Vejamos o que nos sinaliza Jacques Revel (1998):

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa aumentar (ou diminuir) o tamanho do objetivo no visor, significa modificar a forma e sua trama (REVEL, 1998, p.20).

---

<sup>15</sup> CHARTIER, ROGER. *Historia da Vida Privada- Da renascença ao século das luzes*. Vol 3. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

<sup>16</sup> Localizado em Nilópolis- RJ. Agradecemos a colaboração para estes trabalhos e as militâncias fervorosas e dedicação dos Professores Guilherme Peres e Gênesis Pereira. Ao professor Ney Alberto, militante no processo de resgate da História da Baixada Fluminense e preservação do Patrimônio Histórico, agradecemos pela dedicação incansável em reunir as fontes da história Iguassuana.

<sup>17</sup> Um exemplo é a obra de Waldick Pereira “Cana, Café e Laranja”, o livro apresenta estes elementos de forma seqüencial. Em sua análise o autor defende que a economia iguassuana funcionou seqüencialmente no plantio, cultivo e comercialização de tais produtos. Em algumas Freguesias como Jacutinga, por exemplo, possuía moinhos de farinha de mandioca e olarias, que movimentavam as economias em âmbito local e Imperial.

Espada Lima (2006, p.147), ao se propor a analisar de forma criteriosa a micro-história italiana, nos remete ao fato de que a redução das escalas, os jogos de escalas, é a proposta de empreender um esforço contínuo de redução e ampliação de análise:

A microanálise das redes de relações sociais como procedimento definidor da história social, e a redução da escala de análise como operação passível de ser realizada sobre problemas historiográficos de qualquer dimensão (e, desse modo, as biografias e estudos de caso como objetos de análise privilegiados). Por outro lado, o fragmento como via de acesso aos objetos de indagação histórica, a crítica ao relativismo histórico, a atenção sobre as formas de comunicação do conhecimento, e, portanto, a interrogação do lugar da narrativa dentro da História.

As obras dos memorialistas iguassuanos utilizadas e problematizadas nesta pesquisa foram as seguintes:

**Memória da Fundação de Iguassú**, escrita por *José Matoso Maia Forte*<sup>18</sup>, no ano do centenário da criação do município no ano de 1933. Esta obra traz uma retrospectiva histórica acerca da fundação do município, suas dimensões geográficas, políticas e econômicas, bem como a sua importância perante a Província e o Império Brasileiro.

**A mudança da Vila (História Iguassuana)**, por *Waldick Pereira*<sup>19</sup>. Nesta obra o autor narra a mudança da sede municipal de Iguassú, começa desde a criação e configuração da vila, estende-se até a chegada da Estrada de Ferro e a mudança da sede municipal.

**Cana, Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu** por *Waldick Pereira*<sup>20</sup>. Nesta obra o autor apresenta os três elementos que segundo o mesmo regem a economia iguaçuana respectivamente por três períodos históricos: a cana durante a segunda metade do século XVIII até a segunda do século XIX, o café após a chegada da Estrada de Ferro, a partir da segunda metade do século XIX e a laranja no período da Primeira República.

---

<sup>18</sup> FORTE, J.M. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Comércio, 1933.

<sup>19</sup> PEREIRA, Waldick. *A mudança da vila – História Iguassuana*. Nova Iguaçu: Arsráfica, 1970.

<sup>20</sup> PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, FGV, 1977.

**Imagens Iguassuanas e História Cronológica de Iguassú de Ruy Afrânio Peixoto**<sup>21</sup>. Nestas obras, o autor, membro fundador da Academia Iguassuana de Letras e professor com um colégio de destaque na região na segunda metade do século XX, apresentam a história municipal através de destaques históricos da região contidos no *Almanaque Laemert* e nos *Relatórios Provinciais do Rio de Janeiro*.

A História da Educação Brasileira, através dos Programas de Pós Graduação, principalmente em dissertações de mestrado e teses de doutorado<sup>22</sup>, especialmente nos últimos anos, despertaram para a necessidade de analisar as produções a partir das singularidades e diversidades regionais (BASTOS, 2009, p.70). Estes avanços têm proporcionado um debate acerca da importância das pesquisas de histórias locais para uma aproximação entre as histórias educacionais “globalizantes” com as histórias educacionais locais.

Bastos (2009, p.69) nos desperta para o fato de que para a História da Educação, os estudos na perspectiva da história local buscam pontuar a diversidade de apropriações dos discursos e das práticas educativas e escolares, de acordo com as particularidades de tempo e espaço e as implicações econômico-sócio-culturais de todos os lócus pesquisados.

Também foram levantadas algumas dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado em Educação e em História, defendidas nas principais Universidades do Rio de Janeiro. Tais dissertações contribuem para elucidar alguns pontos levantados nesta presente pesquisa:

Nielson Bezerra com a tese: **Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)**<sup>23</sup>. Com esta tese apresentada no Programa de Pós Graduação em História da UFF no ano de 2010, o pesquisador traça a rota do tráfico negreiro na região e as implicações econômicas para a região. Bezerra (2008), com a dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Severino Sombra, em 2004: **As confluências da Escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguassú e Estrela (1833-**

---

<sup>21</sup> PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens Iguassuanas*. Rio de Janeiro; Ed. Autor, 1969.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. *História Cronológica de Iguassú*. Rio de Janeiro. Ed. Autor, 1970.

<sup>22</sup> No Estado do Rio de Janeiro podemos destacar os Programas de Pós Graduação em Educação da UNIRIO, UERJ, UFRJ, UFF e PUC- RIO.

<sup>23</sup> BEZERRA, Nielson. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2010.

1888)<sup>24</sup>, nos mostra os caminhos da escravidão nesses municípios, como também a construção histórica e aspectos singulares de sua cultura material, social e econômica; nesse trabalho explicita que a concentração de pretos e pardos é de aproximadamente 60% da população livre. Esta dissertação transformou-se no livro intitulado: **As chaves da Liberdade: Confluências da Escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro**<sup>25</sup>.

Aline Limeira com a dissertação: **O Comércio da Instrução no Século XIX: Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções Públicas**<sup>26</sup>. Esta dissertação defendida no Programa de pós Graduação em Educação da UERJ/ PROPED em 2010, nos ajuda na compreensão e implicações das esferas públicas e particulares referentes à instrução na Corte Imperial no oitocentos.

Cecília Vieira Nascimento com a tese: **Trajetórias de Mulheres Professoras em Sabará- Minas Gerais (1830-1904)**<sup>27</sup>, defendida no programa de Pós Graduação em Educação da UFMG em 2010, apresenta a trajetória de Francisca Adelaide, a primeira professora da escola pública para meninas em Iguassú na década de 40 do oitocentos, quando a mesma a partir de 1856 “desaparece” nos relatórios provinciais do Rio de Janeiro, sendo encontrada então por Cecília como professora em Sabará, Minas Gerais, cidade em que vive até a sua morte. Além da trajetória da professora Francisca Adelaide, a dissertação revela-nos o transitar de alguns mestres e as redes e teias de sociabilidade e até mesmo sobrevivência, não somente físicas, como também da profissão docente, com a busca por melhores condições de trabalho.

Marcus Vinícius da Fonseca<sup>28</sup>, em sua tese de Doutorado defendida no programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo em 2007, intitulada: **Pretos, Pardos, Crioulos e Cabras nas escolas mineiras do Século XIX**. Neste trabalho o autor apresenta o perfil racial da população mineira no século XIX e a inserção da mesma nos espaços escolares.

### **1.1 A Baixada, o Norte, o Sul Fluminense e a região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro através das Pesquisas educacionais:**

---

<sup>24</sup> BEZERRA, Nielson. As confluências da Escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguassú e Estrela. (1833-1888). Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2004.

<sup>25</sup> BEZERRA, Nielson. As chaves da Liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888). Rio de Janeiro, Niterói: EDUFF, 2008.

<sup>26</sup> LIMEIRA, Aline de M.. *O Comércio da Instrução no Século XIX: Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções Públicas*. Dissertação do Mestrado em Educação da UERJ. Rio de Janeiro, 2010.

<sup>27</sup> NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da Docência: Trajetórias de Mulheres Professoras em Sabará- Minas Gerais (1830-1904)*. Tese de Doutorado em Educação. UFMG, 2010

<sup>28</sup> FONSECA, Marcus Vinícius. *Pretos, Pardos, Crioulos e Cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

As pesquisas em História da Educação no Rio de Janeiro, através dos Programas de Pós Graduação em Educação, têm levantado pesquisas acerca da Institucionalização da Escola, suas implicações e sujeitos, nas diversas áreas do Estado.

Movimentos por parte de tais Programas para o levantamento histórico, o debate e a reflexão acerca dos processos de disseminação de escolas e suas implicações em todo o Estado, bem como em suas regiões tem sido constantes, buscando a interação entre os grupos de pesquisa, a troca de dados e a circulação dos pesquisadores em Congressos e divulgação em periódicos relativos à área de pesquisa, ou até mesmo expandindo para outras áreas de conhecimento.

A fim de levantar este debate relevante nesta pesquisa que se insere como uma iniciativa inédita na área buscamos neste capítulo fazer um levantamento acerca das produções apresentadas no II EHed- RJ realizado no ano de 2011 na UNIRIO.

A respeito da primeira iniciativa junto a pesquisadores do Estado do Rio de Janeiro, podemos encontrar o debate publicado em formato de livro intitulado: *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*, publicado em 2009.<sup>29</sup>

Gondra (2009), num texto que propõe um balanço acerca do Primeiro Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro – I EHED-RJ<sup>30</sup> nos remete ao movimento feito no campo da História da Educação, na primeira década do século XXI.

Todos os balanços feitos recentemente na área possuem um ponto em comum: o reconhecimento da expansão da pesquisa histórica em educação, seja pelo crescimento da malha da pós-graduação em educação, seja pela presença da problemática educacional e da perspectiva histórica presentes em programas vizinhos.

De modo equivalente, há de se registrar a expansão de grupos de pesquisa que têm voltado sua atenção para a questão da educação, em diferentes instituições, como é o caso da Universidade, mas também em arquivos, centros de memória e documentação, centros de referência e museus temáticos para enumerar alguns. Nessa linha, deve-se considerar a organização de sociedades de história da educação (de caráter regional e nacional), com seus eventos e periódicos específicos,

<sup>29</sup> MENDONÇA, Ana Waleska Pollo. ALVES, Cláudia. GONDRA, José G. XAVIER, Libânea, Nacif. BONATO, Nilda Marinho da Costa. (Orgs). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

<sup>30</sup> GONDRA, José G. Para uma História do I Encontro de História da Educação o Rio de Janeiro. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et.al. (Orgs). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói, Rio de Janeiro. Editora da UFF, 2009. O primeiro encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro ocorreu entre os dias 04 e 06 de Julho de 2007 na Universidade Federal Fluminense- UFF. O tema do Encontro foi: *História da Educação, desafios teóricos e Empíricos*. O I Encontro recebeu a inscrição de 235 propostas de trabalhos, sendo aprovadas 207, sendo que 22 em formato de pôsteres e 185 distribuídas em 10 sessões de comunicações .

para fazer uma referência a iniciativas desenvolvidas no Brasil. Estas, no entanto, só são compreensíveis se considerarmos as redes internacionais de produção e difusão do saber no campo: os lusos, os iberos e os ISCHE são bons exemplos destas iniciativas. Ao mesmo tempo, a circulação dos pesquisadores não tem se dado apenas por ocasião dos grandes acontecimentos. Há também os projetos bilaterais, os estágios de pesquisa de doutorado e pós -doutorado que, certamente, também tem contribuído para o desenvolvimento dos estudos históricos.

Tais movimentos têm provocado avanços na área da pesquisa educacional e em especial na História da Educação no sentido de uma interiorização de nossas pesquisas, em uma busca pela história e memória de nossos municípios e bairros, não só os dos grandes centros, mas também a periferia e o interior.

No sentido de avanço, crescimento e de pontuação das diversidades e apropriações de particularidades, o II EHed- RJ foi realizado, buscando dar continuidade à iniciativa de propagar as experiências organizadas por historiadores da educação em âmbito regional, neste caso específico o Rio de Janeiro, tendo por objetivo estimular a promoção de pesquisas no campo temático da História da Educação.

Foram apresentadas 209 propostas de trabalho vindas da Capital, de outros municípios e até mesmo de outros países, deste total 176 trabalhos foram aprovados, sendo que 28 em formato de pôsteres e 148 integrando as sessões de comunicações distribuídas por 11 eixos temáticos.

As regiões da Baixada Fluminense, Norte, Sul Fluminense e região dos Lagos, são regiões pouco exploradas pela historiografia da Educação até então, embora seja possível perceber os esforços e avanços mediante o quadro que apresentaremos a seguir:

**Quadro II- PROPOSTAS APRESENTADAS NO II EHed- RJ**

| <b>EIXOS TEMÁTICOS e TOTAIS GERAIS DE TRABALHOS APROVADOS</b>                        | <b>TEMAS DOS TRABALHOS APRESENTADOS</b>  |
|--|--|
| Eixo 1- Movimentos Sociais e luta pela Escola-<br>Total: 04 comunicações/ 0 pôsteres | PAULA, Cláudia Regina de. Fé, Política Educação e afrobrasilidade: Baixada Fluminense, Jornal Pilar (1990-1994)- FEBF. |
| Eixo 2- Imprensa, Impressos e Educação   | BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha.  |

|  |  |
|--|--|
| Total: 15 comunicações /02 pôsteres  | Pátria e Educação nas comemorações cívicas em Nova Iguaçu (1938-1950). UFF.  |
| Eixo 03- Profissão Docente<br>Total :12 comunicações/ 15 pôsteres                                | PEREIRA, Renata Toledo. O curso normal em Maricá: a contribuição das futuras professoras para o desenvolvimento do município. UFF  |
| Eixo 04-<br>Intelectuais e Idéias Pedagógicas<br>Total 21 comunicações/ 03 pôsteres              | —  |
| Eixo 05- Historiografia da Educação e Fontes<br>Total : 16 comunicações/ 03 pôsteres             | SANTOS, Ilzaní Valeira. Fontes Documentais para os debates sobre a negritude e escolarização para a história da educação fluminense. CEFET. <sup>31</sup>                            |
| Eixo 06- História da Infância e da Educação Infantil<br>Total: 16 comunicações / 03 pôsteres     | _____  |
| Eixo 07- História das disciplinas escolares<br>Total : 10 comunicações/ 0 pôsteres               | _____  |
| Eixo 08- Políticas Educacionais<br>Total: 23 comunicações/05 pôsteres                            | MENDONÇA, Leticia. Escola de Tempo Integral e qualidade de Ensino: um estudo sobre o programa Bairro escola/ Município de Nova Iguaçu, RJ. UERJ                                      |
| Eixo 09- Instituições Escolares, culturais e científicas<br>Total: 24 comunicações / 04 pôsteres | ECAR, Ariadne Lopes. A cidade de Niterói e a formação de professores na primeira república (1893-1924). UERJ<br>GUEDES, Jordania. Instrução e Escolarização em Iguassú no século XIX |

<sup>31</sup> Atualmente a pesquisadora está ligada ao programa de pós -graduação em Educação da UFRJ, dando continuidade a pesquisa em nível de Mestrado , orientada pela Professora Dra. Irma Rizzini.

|  |  |
|--|--|
|  | <p>(1833-1858). UNIRIO</p> <p>RIBEIRO NETO, Alexandre. No coração do pelicano: o educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul (1925-1930)<sup>32</sup></p> <p>SMEC/ UNIRIO</p> <p>BARROS, Raquel de Souza. De meninos desvalidos para pequenos cultivadores e operários agrícolas: os aprendizados agrícolas do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>(1920-1940). UFRJ</p>  |
| <p>Eixo 10- Cultura Escolar e práticas educativas</p> <p>Total: 16 comunicações/ 06 pôsteres</p> | <p>SILVA, Christiane P. Colégio Sagrado Coração de Jesus (Valença década de 1950), um estudo sobre currículo e práticas educativas corporais no cotidiano escolar.</p> <p>UFF.</p> <p>OLIVEIRA, Cláudia Viana. O que administrar quer dizer? Estudo da percepção de diretores de escolas de primeiro segmento do ensino fundamental da rede pública municipal de Campos dos Goytacases sobre a prática gestora.</p> <p>CE de São Fidélis.</p> <p>SOARES, Josete Pereira Peres. Organização Curricular do Liceu de Humanidades de Campos e sua relação com a formação profissionalizante.- UENF</p> |

<sup>32</sup> Resultante de sua dissertação de Mestrado defendida em 2010 na UNIRIO, tendo como orientadora a Professora Dra. Ângela Maria Souza Martins.

|   |  |
|---|--|
|   | SILVA, Vilma Correia A. A instrução primária na Baixada Fluminense da década de 1920: a cultura material escolar num projeto escolanovista-UERJ  |
| Eixo 11-<br>Totais : 03 comunicações/ 01 pôster | SANTOS, Dayane da Silva. A implementação e as transformações no cenário técnico de um colégio agrícola em campos dos Goytacases ( o caso do colégio agrícola Santo Antonio Sarlo).- UENF |
| TOTAIS DE TRABALHOS APRESENTADOS : 176          | TOTAIS DE TRABALHOS SOBRE AS REGIÕES DESTACADAS: 14  |
|   |  |

FONTE: Anais do II EHed-RJ.

Se analisarmos o quadro sob a ótica das Universidades representadas através de seus pesquisadores, podemos encontrar os seguintes dados:

### Quadro III- Universidades que apresentam pesquisas sobre a região

| Universidades    | UNIRIO    | UFRJ      | UFRRJ | UFF       | UERJ      | UENF      | FEBF      | CEFET     | OUTROS    |
|------------------|-----------|-----------|-------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Produções</b> | <b>02</b> | <b>01</b> | -     | <b>03</b> | <b>03</b> | <b>02</b> | <b>01</b> | <b>01</b> | <b>01</b> |
| <b>Totais</b>    | <b>02</b> | <b>01</b> | -     | <b>03</b> | <b>03</b> | <b>02</b> | <b>01</b> | <b>01</b> | <b>01</b> |

FONTE: ANAIS DO II EHed-RJ.

Estes quadros nos remetem para o fato de que de um total de 176 trabalhos aprovados teremos 14 destes destinados a pesquisas sobre as regiões da Baixada Fluminense, Norte, Sul fluminense e região dos lagos, ou seja, 24,64% aproximadamente do total de aprovados. Se refletirmos acerca das possíveis razões para um número ainda considerável pequeno, podemos esbarrar em situações que nos sinalizam desde a dificuldade e disponibilidade e distribuição de fontes de tais localidades, a má conservação dos poucos arquivos existentes e até mesmo o

financiamento para tais pesquisas pelas unidades de fomento. Se analisarmos a questão na ótica das análises realizadas pela produção historiográfica, podemos atentar para a afirmação de Barros (2009, p.70):

Muitas das análises da produção historiográfica na área têm privilegiado uma abordagem em dimensão nacional, geralmente sem realizar recortes para identificar os estudos que abarquem inúmeros universos educacionais e escolares regionais/locais. (...) Cada região, cada Estado apresenta particularidades quanto aos objetos de estudo, quanto à história, às interrogações e predileções de pesquisa. O conhecimento dessas singularidades é importante para nos interrogarmos sobre a história da produção acadêmica em história da educação. No entanto, o desafio que temos é procurar aproximar as abordagens generalizantes com as particularidades locais.

A autora nos alerta para a importância de uma aproximação entre os temas generalizantes e os temas locais. Não é mais possível pensarmos em uma história geral do nosso país sem passar antes pelas diversidades regionais e locais. A história regional pode e deve ser apresentada sob uma perspectiva de análise.

Bastos (2009) defende que a história regional serve como fonte para análise de apropriações singulares e dentro desta perspectiva está esta pesquisa aqui apresentada em forma de dissertação, buscando entender como se deu o processo de escolarização de uma região que estava a margem da Corte Imperial do Rio de Janeiro no século XIX denominada Iguassú.

## CAPÍTULO 2

### ENTRE CENÁRIOS: A RELEVÂNCIA DA REGIÃO E SUA IMPORTANCIA PARA O IMPÉRIO BRASILEIRO

A Freguesia<sup>33</sup> que se tornará a sede municipal no ano de 1833, Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, tem a sua origem no ano de 1619, quando é construída a primeira capela desta devoção, sendo reconstruída em 1688 e 1759. Seus limites ao Norte era com a região do Pilar, ao sul e ao oeste com Jacutinga e ainda a serra do Tinguá e do Mar.

A primeira ocupação da região foi a partir do processo de colonização européia que teve início no Brasil no século XVI, sendo o entorno da baía de Guanabara colonizado na sua segunda metade, quando houve a inserção da mesma no mercado de produção de mercadorias voltadas para os centros urbanos nacionais e internacionais.

Entre os séculos XVI e XVII a economia que se explorou na região foi o cultivo da cana, com a manufatura do açúcar e da aguardente, além do extrativismo vegetal, produção de produtos de subsistência e as olarias.

Devido a quantidade de rios na região, estes foram utilizados para o escoamento das mercadorias produzidas na mesma, além disso, foram construídos os Caminhos do Ouro. De acordo com Bezerra (2004, p.7), os rios do Recôncavo Guanabarinense serviram de estradas, com função econômica e social, possibilitaram o escoamento de mercadorias e a circulação de pessoas, informações e etc. Partindo deste pressuposto podemos afirmar a relevância dessa região, tomando como parâmetro o modelo colonial Português de ocupação.

A partir do século XVIII, a importância desta região perante o império colonial português cresce sobremaneira devido ao escoamento das riquezas auríferas oriundas de Minas Gerais. Lembramos que pelo Caminho de Paraty a viagem era realizada por cerca de 90 dias, esta demora em chegar a Corte causava prejuízos econômicos, além dos perigos que poderiam ocorrer numa viagem mais demorada. O primeiro caminho foi aberto em 1794 e foi designado de Caminho do Pilar, ele atravessava a Freguesia de

---

<sup>33</sup>Nos primórdios da Colonização Portuguesa no Brasil, as Freguesias possuíam status Paroquial e de Jurisdição ligados a uma Igreja Matriz em seu raio de alcance. Posteriormente, passaram a desenvolver funções jurídicas cíveis, quando em cada Igreja e cada Capela Curada passaram a ter um Juiz de Paz capaz de intervir em pequenas demandas, conciliá-las e julgá-las. (BEZERRA, 2008, p.49). A partir do ano de 1833, Piedade do Iguassú torna-se a sede municipal e as demais Freguesias do Recôncavo da Guanabara serão Freguesias ligadas ao Município Iguassuano.

Nossa Senhora do Pilar<sup>34</sup>. Em 1724, é aberto outro caminho na Freguesia de Inhomirim, um caminho “menos íngreme” e que diminuía os custos da viagem.

Durante o século XIX, foi criado outro caminho, a Estrada do Comércio, construída pela Junta Real do Comércio, idealizada por Conrado Niemeyer<sup>35</sup>, esta estrada facilitaria o transporte das mercadorias do Vale do Paraíba até a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, onde os produtos eram embarcados em faluas, barcos e lanchas, com destino ao Rio de Janeiro.

Segue na tabela abaixo a lista das Freguesias que formaram o Recôncavo da Guanabara durante os séculos XVII , XVIII e XIX.

**Quadro IV- Localização e Fundação das Freguesias que formaram o Recôncavo da Guanabara (1637-1759)**

| <i>Freguesia</i>                                    | <i>Localização</i>                 | <i>Fundação</i> |
|---|------------------------------------|-----------------|
| N. S. do Pilar                                      | Margens do Rio Pilar               | 1637            |
| S. A. Jacutinga                                     | Margens dos Rios Meriti e Sarapuí  | 1657            |
| N.S. Estrela dos Mares ou N.S. Piedade do Inhomirim | Margem do Rio Estrela ou Inhomirim | 1677/1698       |
| N.S. Piedade do Iguassú                             | Margens do Rio Iguassú             | 1719            |
| N.S. da Guia  | Margens do fundo da                | 1722            |

<sup>34</sup> Estes estudos não mencionam as escolas públicas de Pilar do Iguassú, pois as escolas públicas de primeiras letras somente serão criadas, de acordo com os Relatórios Provinciais, após a sua anexação ao município de Estrela em 1847. Até então, afirmamos que as suas escolas permanecem no modelo de aulas régias e também com a presença de iniciativas particulares, fator comum na região.

<sup>35</sup> Coronel do corpo imperial de engenheiros, assumiu as obras de calçamento e manutenção da Estrada do Comercio. Ao conhecer a região o engenheiro se mudou para o local com a sua família, seu neto Conrado Jacob Niemeyer construiu a Avenida Niemeyer e as suas terras originaram o bairro de São Conrado na Zona Sul do Rio de Janeiro. As terras que pertenceram ao avô Conrado originaram o distrito de Conrado integrado atualmente a Miguel Pereira. Oscar Niemeyer é bisneto de Conrado Niemeyer.

|                              |  |      |
|------------------------------|--|------|
| Pacopaíba                    | Baía de Guanabara, lugar atualmente conhecido por Mauá |      |
| São João de Meriti           | Foz do rio Meriti                                      | 1747 |
| N.S.da Conceição de Marapicú | Margem Esquerda do Rio Santo Antonio                   | 1759 |

Fonte: BEZERRA (2008, p. 27).

É importante destacar que a região de Magé, que não incluída neste quadro do autor, foi municipalizada em 1789. Esta configuração de Freguesias seguirá até o início do século XIX, quando foi criado o Caminho do Comércio e foram decretadas varias municipalizações na região. Analisaremos nos próximos capítulos como estas ações interferiram no processo educacional regional.

Ao fazermos este processo no sentido da criação dos municípios criados pela Província do Rio de Janeiro e delimitarmos até o ano de 1858, encontraremos a seguinte configuração:

**Quadro V- Municípios da Província do Rio de Janeiro criados até o ano de 1858**

| MUNICÍPIOS     | MUNICÍPIO DE ORIGEM  | ANO DE FUNDAÇÃO |
|----------------|----------------------|-----------------|
| ANGRA DOS REIS | -----                | 1624            |
| ARARUAMA       | SAQUAREMA            | Década de 1850  |
| BARRA MANSA    | SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE | 1832            |
| CABO FRIO      | -----                | 1615            |
| CAMPOS         | -----                | 1677            |
| CANTAGALO      | -----                | 1814            |
| CAPIVARI       | -----                | 1841            |
| ESTRELA        | MAGÉ                 | 1846            |
| IGUASSÚ        | RIO DE JANEIRO       | 1833            |
| ITABORAÍ       | SÃO JOÃO DEL REI     | 1833            |
| ITAGUAÍ        | -----                | 1818            |
| MACAÉ          | CABO FRIO            | 1813            |

|                     |                   |                      |
|---------------------|-------------------|----------------------|
| MAGÉ                | -----             | 1789                 |
| MANGARATIBA         | ITAGUAÍ           | 1831                 |
| MARICÁ              | CABO FRIO         | 1814                 |
| NITEROI             | RIO DE JANEIRO    | 1818                 |
| NOVA FRIBURGO       | CANTAGALO         | 1820                 |
| PARAÍBA DO SUL      | PARAÍBA NOVA      | 1833                 |
| PARATY              | -----             | 1667                 |
| PETRÓPOLIS          | PARAÍBA DO SUL    | 1857                 |
| PIRAÍ               | PARAÍBA DO SUL    | 1857                 |
| RESENDE             | -----             | 1801                 |
| RIO BONITO          | ITABORAÍ          | 1846                 |
| RIO CLARO           | -----             | 1849                 |
| SANTO ANTONIO DE SÁ | -----             | Aproximadamente 1800 |
| SÃO FIDÉLIS         | SÃO JOÃO DA BARRA | 1850                 |
| SÃO JOÃO DA BARRA   | -----             | 1677                 |
| SÃO J. DO PRÍNCIPE  | -----             | 1811                 |
| SAQUAREMA           | MARICÁ            | 1844                 |
| VALENÇA             | RESENDE           | 1823                 |
| VASSOURAS           | RIO DE JANEIRO    | 1833                 |

Fonte: Adaptado de GOUVEIA (2008 p. 34,35).

Analisando este quadro encontramos um dado relevante para esta pesquisa e que ainda não foi explorado pela historiografia que trata desta região, o ano de municipalização dos municípios que formarão a tríade que será responsável pelo escoamento do ouro vindo de Minas Gerais para a Corte do Rio de Janeiro: os Municípios de Paraíba do Sul, Vassouras e Iguassú<sup>36</sup>, todos adquirem a sua municipalização no ano de 1833 e exatamente nesta região será construída a Estrada do

<sup>36</sup> É relevante sinalizar para o fato de que esta “tríade” recebeu um grande número de pretos oriundos de várias partes do Continente Africano (benguelas, moçambicanos, rebolos, quissamãs, angolanos, congos, cabindas, luandas, mohumbes, mofumbes, muxários, calabares, minas). De acordo com Gomes (2005), muitos eram desembarcados na Corte, seguiam até os portos Iguassuanos e seguiam a pé para Vassouras e Paraíba do Sul para os serviços na lavoura. Vassouras a exemplo de Iguassú também abrigou um famoso Quilombo que provocou várias insurreições ao longo do século XIX, sendo que a insurreição mais destacada pela historiografia é a de 1837. O município de Vassouras teve franca expansão na área cafeeira e ao contrário de Iguassú não foi assolado pelas febres de cólera e a sua população de pretos cresceu paulatinamente.

Comércio. Este dado nos aponta para uma das possíveis razões de tais municipalizações, no caso de Iguassú, em direção a afirmação de que esta região se estabeleceu como região de passagem e a importância da mesma para o Império Brasileiro, no entanto, outras possíveis razões serão analisadas no terceiro capítulo desta pesquisa.

## **MAPA DOS MUNICIPIOS DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO**

## 2.1- Gente livre e Gente Escrava em Iguassú

Ao tratarmos acerca do processo de escolarização em Iguassu no século XIX, não podemos deixar de abordar alguns aspectos do processo de escravidão existente nesta região, pois numa população com cerca de aproximadamente 65% de pretos e pardos livres podemos pressupor que no decorrer do processo educacional, sujeitos pretos e pardos, envolvidos no comércio e administração local, como indivíduos atuantes no âmbito sócio-econômico, não podem ser descartados e ignorados. No ano de 1840, em recenseamento feito pelo Governo Imperial são estes os números apresentados de população livre e população escrava:

**Quadro VI- População Livre e Escrava em Iguassú em 1840**

| FREGUESIAS         | LIVRES | % LIVRES | ESCRAVOS | %ESCRAVOS |
|--------------------|--------|----------|----------|-----------|
| Piedade do Iguassú | -----  | -----    | 1235     | 56,6%     |
| Marapicú           | 2828   | 43,3%    | 3758     | 57,7%     |
| Jacutinga          | 2148   | 35,5%    | 3913     | 64,5%     |
| Merity             | 728    | 30,3     | 1674     | 69,7%     |

Fonte: Relatório Provincial do Rio de Janeiro. Ano de 1839. Disponível em

[www.crl.edu.br](http://www.crl.edu.br)

**Quadro VII- POPULAÇÃO PRETA E PARDA ESCRAVA E LIVRE EM IGUASSÚ (1850)**

| Freguesias | Total de Pretos e Pardos | Livres Pretos e Pardos | %    | Escrava | %    |
|------------|--------------------------|------------------------|------|---------|------|
| Marapicú   | 5556                     | 1803                   | 32,5 | 3753    | 67,5 |
| Jacutinga  | 4663                     | 1373                   | 29,4 | 3290    | 70,6 |
| Meriti     | 1950                     | 715                    | 36,6 | 1235    | 63,4 |
| Iguaçu     | 4563                     | 1957                   | 42,9 | 2606    | 57,1 |
| Total      | 16.732                   | 5.848                  | 34,5 | 10.884  | 65,5 |

Fonte: Relatório Provincial do Rio de Janeiro, ano de 1849. Disponível em

[www.crl.edu.br](http://www.crl.edu.br)

Nestes dados, podemos constatar a diminuição da população escrava e o aumento da população livre entre as décadas de 1840 e 1850. De acordo com Bezerra (2008, p. 61), após a década de cinquenta ocorreu na região um aumento nas concessões de alforrias, principalmente entre as mulheres, sendo algumas destas mães de filhos pardos, filhos de seus senhores.

A população em Iguassu estava dividida em grupos bem distintos que, contudo, se relacionavam entre si, pois para a sobrevivência e manutenção de suas posições e até mesmo a elevação das mesmas, dependiam do relacionamento entre esses grupos. O primeiro grupo era composto pelos donos de terras da região, que mantinham suas terras e comércio próximos aos portos, a maioria mantinha suas casas na Corte do Rio de Janeiro.

O segundo grupo compunha-se de homens livres: brancos, pretos e pardos pobres. Em nossa pesquisa adotamos a perspectiva de Hebe Mattos (1998), de que os pretos livres listados como tal nas estatísticas do século XIX são os recém libertos e os pardos são os mestiços que às vezes possuíam uma certa ascensão social, esta afirmação de Matos (1998) nos remete para o que Elias (2006) explica acerca da dinâmica de alterações nas relações de poder existentes no processo civilizador. Os sujeitos deste grupo são donos de pequenas terras, exercendo a agricultura para a subsistência local, barqueiros e comerciantes de pequenos comércios junto aos portos. Mattos (1998), afirma em sua obra que a denominação “preto” era sinônimo de escravo trazido da África.

O terceiro grupo é composto pelos escravos, classificados como pardos em sua maioria. O “pardo” seria o sinônimo do “não branco”, independente da cor da pele e branco teria o significado de livre. A categoria pardo foi inicialmente utilizada para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência européia de alguns deles, nesse período houve uma ampliação da designação pardo, mesmo porque muitos pardos livres se tornaram donos de escravos.

Fonseca (2009, p.207, 208), apoiado ao trabalho de Hebe Mattos (1998) e seguindo adiante através de sua pesquisa<sup>37</sup>, pesquisando as denominações dadas pelos documentos oficiais da Província de Minas Gerais aos pretos, pardos, cabras, mulatos e

---

<sup>37</sup> FONSECA, Marcus Vinícius. *Pretos, Pardos, Crioulos e Cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

crioulos<sup>38</sup>, estabeleceu alguns parâmetros para nossa compreensão e foram apropriados para esta pesquisa, uma vez que foram encontradas algumas dessas nomenclaturas em documentos aqui analisados.

De acordo com Fonseca (2009, p.208), as designações “preto” e “africano” presentes juntas ou distintas nos documentos, querem determinar a mesma posição, ou seja, o mais próximo do cativo/ escravidão, sendo diferenciada apenas quando seguida da posição de escravo ou livre/liberto.

Para a categoria de “crioulos”, ficou estabelecido que fosse aquele preto nascido no Brasil no interior de um cativo.

Para a categoria de cabras, a qual o autor sinaliza para o fato de ser um grupo mais complexo do que os outros já aqui citados, para tal destacamos a seguinte definição:

“*Cabras*” é uma categoria bem mais complexa que a de pretos, africanos e crioulos- forma de designação e significado específico da classificação da população. O termo é entendido como uma maneira de designar um tipo de miscigenação, mestiços nos quais a dosagem do “sangue inferior” é menor<sup>39</sup>.

Ao tratar da categoria “pardos”, Fonseca (2009) assinala que embora tratado pela historiografia como um processo de miscigenação e branqueamento, houve em torno desta categoria uma relação aos processos sociais.

O sentido da liberdade na região sudeste, problematizada por autores da historiografia já citados nesta pesquisa, ganhou entre os séculos XVIII e XIX uma perspectiva social relacionada à cor. No final do século XVIII a cor foi um mecanismo de distinção social, sendo em termos de posição social, sentido através da diferença entre os brancos livres e escravos pretos. Como muitos pretos passaram a gozar do status de livres e alguns posicionando posições de destaque econômico, a liberdade deixou de ter o seu significado exclusivamente ligado ao requisito cor.

---

<sup>38</sup> Nas estatísticas oficiais descritas nos Relatórios Provinciais encontramos os termos pretos e pardos, fossem escravizados ou livres, todavia nos documentos encontrados na Cúria Metropolitana, tratando do batismo de escravos e de africanos livres podemos encontrar as etnias especificadas e alguns designados como “cabras”.

<sup>39</sup> O autor define que o termo cabra variou em duas direções: a primeira de natureza racial e ocorreu entre os processos iniciais de colonização e o século XIX, a segunda em relação ao gênero, sendo afirmação da masculinidade no século XX. Vale destacar ainda que em algumas regiões do Nordeste Brasileiro ainda utiliza-se a expressão “*cabra macho sim Senhor*”.

Em documentos encontrados na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro<sup>40</sup>, relativos às Freguesias iguassuanas, foi possível perceber as designações estabelecidas em relação à cor e condição social de escravos, forros e libertos como ainda a autonomia destes indivíduos:

(...) Aos vinte e cinco dias do mês de abril de 1821, o vigário Mariano José de Mendonça batizou Porfírio, nascido em 16 de Fevereiro, filho natural de Anna Rita de São Joaquim, preta forra, tendo como Padrinho José Duarte de Siqueira e sua mulher Anacleto Theodora(...). (Jacutinga, Batismo de Livres 1816-1835, Série AP 1021, p.33).

Este fragmento nos é revelador no sentido de apontar para algumas direções relativas à mobilidade das relações dos sujeitos sociais em Iguassú no século XIX. Na extensão do documento citado, porém não utilizada na citação por conta de alguns trechos ilegíveis, podemos encontrar que a forra Anna Rita possuía por “sobrenome” o nome da fazenda a qual provavelmente serviu “São Joaquim” e que os padrinhos foram os senhores que concederam a mesma a “liberdade” em forma de carta de alforria. O sistema de apadrinhamento de crianças filhos de escravos forros, segundo a historiografia, foi algo comum nas relações senhoriais. Muitas alforrias foram concedidas, no entanto, alguns senhores asseguravam que os seus ex-escravos ficariam ligados a laços de “lealdade” e de “gratidão”, mantendo seus serviços em troca de ínfimos contos-de-réis.

O apadrinhamento de filhos por parte de Senhores, para alguns forros e libertos, significou uma “garantia” de um futuro promissor, de trabalho e alimentação garantidos e ainda de possibilidades de reconhecimento de “paternidade”, uma vez que muitas escravas tiveram filhos dos seus senhores e estes a fim de assegurar algo para a criança, ao invés de reconhecê-la a apadrinhava.

Ainda no sentido de analisarmos as mobilidades de escravos e forros em Iguassú, podemos destacar este fragmento:

Aos vinte e oito dias de Setembro de 1820, o padre Luiz da Veiga Cabral, capelão da capela de Nossa Senhora da Conceição do Pantanal, batizou Merenciana, nascida aos vinte um dias de agosto, filha de Joaquina, escrava de Fidéliz Rodrigues, *crioulo forro* (grifo nosso), tendo padrinho Benjamim, escravo dos

<sup>40</sup> Série AP, Assentos Paroquiais. Os documentos encontrados e analisados para esta pesquisa referem-se às Freguesias de Jacutinga, Merity e Piedade do Iguassú entre os anos de 1760 a 1835.

religiosos de São Bento e Maria da Cruz forra. (Jacutinga, Batismo de Livres, 1816-1835, Série AP 1021).

O fragmento em destaque nos revela um dado que foi durante muito tempo negado e em algum momento velado pela historiografia brasileira, a posição de pretos e pardos forros enquanto senhores de escravos. Gomes (2005), dedicando-se ao estudo acerca dos quilombos de Iguassú e Vassouras, afirma que foi comum, nestas áreas, encontrar pistas acerca de libertos donos de embarcações, comércios e terras e para tal utilizava mão-de-obra escrava. Bezerra (2008), ao pesquisar os Capitães do Mato do Recôncavo da Guanabara, constatou que este grupo era, em sua maior parte, constituído por pretos forros e que alguns com os dividendos e resultados adquiridos alcançaram posição de destaque na sociedade guanabarina.

Sobre os processos de liberdade de escravos em Iguassú, podemos destacar o seguinte fragmento documental:

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de mil oitocentos e vinte anos na Freguesia de Santo Antonio da Jacutinga, o Vigário Mariano José de Mendonça batizou a Ignácia, nascida aos trinta e um de julho, filha natural de Benvinda crioula, porteira de Pancho e Maria Vieira que a libertou na pia. (Jacutinga, Batismo de Livres, 1816-1835, Série AP 1021).

A “liberdade na pia”, concedida à escrava pela sua senhora, foi um ato comum na Corte do Rio de Janeiro e segundo o documento analisado acima também aconteceu em Iguassú e possivelmente em toda a Província. Aproveitar a ocasião de solenidades, como por exemplo, o batismo, foi parte de um mecanismo social da parte da elite senhorial, ao perceber os discursos abolicionistas e os rumos que a escravidão brasileira estava tomando rumo a sua extinção. Chalhoub (2011, p. 162), designará estas cenas como “atos solenes”, que geralmente eram executados em dias santos, festas de aniversário e datas consideradas importantes pela família senhorial, de preferência, com muitas pessoas como testemunhas. Tais atos solenes, geralmente eram praticados por senhoras devotas e algumas já idosas que estabeleciam que mesmo com a alforria, o escravo se manteria fiel até a sua morte, como prova de gratidão pela alforria concedida, embora não seja possível afirmar que no caso de Benvinda tenha acontecido desta forma podemos perceber a solenidade do ato e a sua significação histórica.

Atos de solenidade em Iguassú parecem que ocorreram desde a segunda metade do século XVIII e não envolveram somente a liberdade através de alforrias, mas a manutenção da escravidão através da demonstração pública de concessões e de apropriações da sociedade branca. Em fragmento documental analisado, podemos perceber as concessões e as origens dos pretos que estavam em Iguassú:

(...) Nesta Freguesia casaram-se Manoel da Nação Congo com Maria da Nação Benguela, escravos do Capitão Manoel Ribeiro Callado, na presença de muitas pessoas que assistiram o casamento (...). (Piedade do Iguassú, Casamento de Escravos, 1760-1776, Série AP 1166).

Devido ao estado de conservação da fonte citada, não foi possível uma análise mais densa, todavia, é possível ressaltar a importância deste casamento enquanto fato histórico. “Muitas pessoas” a qual o documento se refere pode ser uma referência a um casamento feito na propriedade do Capitão Manoel Calado, na presença de muitos convidados e escravos. Pela descrição de outras fontes documentais da mesma série, foi possível a constatação de que se tratava de um importante senhor de escravos na freguesia. A realização de cerimônias de casamentos de escravos na presença de muitas pessoas assegurava não somente o senhorio e o poder, mas também a aliança e imposição religiosa. A descrição da origem étnica dos escravos também se faz presente neste fragmento, Manoel da nação Congo e Maria da nação Benguela. Nos documentos analisados a partir do século XIX em Iguassú estes dados parecem se “perder” ou simplesmente não aparecerão nos documentos. A miscigenação e a diminuição da chegada de escravos a partir da década de 50 do oitocentos podem ter acarretado na falta de controle acerca de tais informações.

Em Iguassú, a circulação dos pretos e pardos foi intensa e grande articuladora nos rumos sociais, políticos e educacionais. As ocupações dos escravos e forros e de seus descendentes podem nos fornecer dados relevantes para a compreensão da formação da sociedade pesquisada. Quando encontramos o censo do ano de 1872, embora sejam 14 anos após o nosso recorte histórico, podemos fazer através do mesmo algumas considerações importantes sobre as ocupações da população escrava iguassuana:

**Quadro VIII- OCUPAÇÕES DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM IGUASSÚ (1872)**

| Freguesias/<br>Ocupações      | Piedade<br>do<br>Iguassú | %     | Marapicú | %     | Jacutinga | %      | Meriti | %     |
|-------------------------------|--------------------------|-------|----------|-------|-----------|--------|--------|-------|
| Costureiras                   | 13                       | 0,9%  | 10       | 0,6%  | 27        | 1,2%   | 03     | 0,3%  |
| Ferreiros                     |                          |       |          |       | 02        | 0,1%   |        |       |
| Carpinteiros                  | 03                       | 0,3%  |          |       | 09        | 0,8%   | 06     | 0,7%  |
| Pedreiros                     | 02                       | 0,2%  | 06       | 0,3%  | 06        | 0,4%   | 10     | 1,2%  |
| Alfaiates                     |                          |       | 05       | 0,2%  | 04        | 0,2%   |        |       |
| Sapateiros                    | 01                       | 0,1%  | 04       | 0,1%  | 05        | 0,3%   |        |       |
| Assalariados<br>e Jornaleiros | 752                      | 54,2% | 1.354    | 67,6% | 1371      | 65,6%  | 34     | 4,5%  |
| Serviço<br>Doméstico          | 410                      | 29,5% | 187      | 9,3%  | 302       | 14,4%  | 164    | 21,3% |
| Lavradores                    | 63                       | 4,5%  |          |       |           |        | 391    | 50,4% |
| Sem<br>profissão              | 142                      | 10,3% | 436      | 21,7  | 362       | 17,3   | 168    | 21,6% |
| Total                         | 1.386                    | 100%  | 2.002    | 99,2% | 2.088     | 100,3% | 776    | 100%  |

Fonte: BEZERRA (2008, p.39).

Este censo é revelador, caso queiramos analisar a situação e a circulação dos pretos e pardos, mesmo cativos, em Iguassú. A multiplicidade das atividades econômicas dos escravos possibilitava trabalhos de maior independência. Gomes (2006, p. 45) defende que esta autonomia em torno do eixo escravagista iguassuano possibilitou fortes interações entre os senhores, os escravos, os homens livres pobres que formavam a sociedade da vila.

As múltiplas visões da liberdade, na visão de Chalhoub (2011), nos alertam para o fato de que houve várias significações do sentido de alforriar um escravo. Muitas alforrias foram concedidas no sentido de formar dependentes, o poder de conceder alforrias concentradas nas mãos dos senhores em uma ampla estratégia de formação de dependentes, na condição de ex-escravos, porém fiéis aos seus antigos proprietários.

Apesar da aparente independência ao apresentar uma profissão de ganho, o ex-escravo, em alguns casos apresentava um elo forte ligado ao seu antigo senhor, estabelecido por meio de documentos que garantiam a fidelidade. Chalhoub nos assegura que o escravo teve a concepção do que era o cativo, se este era justo ou ao menos tolerável e muitos puderam negociar a sua liberdade e outros puderam lutar de inúmeras maneiras para obtê-la.

Quando analisamos um quadro como o apresentado acima, podemos perceber na Freguesia Iguassuana não só a grande circulação de indivíduos escravos ou próximos da escravidão, mas ainda as transformações importantes na estrutura ocupacional da população escrava. O maior grupo é o de assalariados e jornaleiros, aqueles que recebiam um determinado valor para o desempenho de uma função ou por jornada de trabalho, provavelmente estavam envolvidos nos portos, armazéns e nos serviços de lavoura e moinhos de farinha.

O segundo maior grupo apresentado no quadro foram os servidores domésticos. De acordo com Chalhoub (2011, p.250), a maior parte da população escrava do município estava empregada no serviço doméstico, segundo o autor, cerca de aproximadamente 41,5% do total de escravos no ano de 1872. Esta mobilidade se deu nas paróquias urbanas da Corte e como podemos constatar foram incorporadas também por Freguesias rurais como Iguassú. Assegurar um escravo em serviços domésticos para alguns senhores pode ter garantido a vigilância, o isolamento do grupo e a possibilidade de controle das insurreições, no entanto não assegurava ao escravo de que não sofreria castigos físicos e agressões.

O grande número de escravos sob alguma forma de ocupação na região guanabarina ainda nos desvenda o fato de que vender e alforriar escravos e enviá-los para as regiões rurais da Província do Rio de Janeiro implicava em questões de segurança contra os levantes e revoltas e a aparente perda de controle frente ao crescimento populacional dos grandes centros, principalmente porque este crescimento apontava um número maior de africanos e de seus descendentes.

Embora os documentos analisados até aqui não sejam claros sobre a presença de meninos e meninas pretos e pardos nas escolas iguassuanas de primeiras letras, podemos inferir que com tal mobilidade espacial e econômica dos mesmos na região, torna-se praticamente impossível não pensarmos na hipótese real da inserção dos mesmos no espaço escolar, principalmente a partir da década de 50 do oitocentos.

## 2.2 Um quilombo no meio do Caminho

Segundo Gomes (2006), ao longo do século XIX na região que hoje representa a baixada fluminense, desenvolveram-se alguns quilombos, principalmente em Sarapuí, pertencente à Estrela e em Santo Antônio da Jacutinga, pertencente a Iguassú<sup>41</sup>.

A geografia do município, uma planície cercada por riachos e pântanos, contribuiu para a formação de quilombos. Desde o final do século XVIII já eram conhecidos rumores sobre a formação de comunidades quilombolas nesta região. Em 1826, Iguassú era conhecida como a região de maior concentração de quilombolas no Rio de Janeiro. Em 1850, os quilombos iguassuanos serão conhecidos como “problemas crônicos da região”, sendo o mais famoso o “Quilombo do Bomba”, havendo ainda o “Quilombo do Gabriel” e o “Quilombo da Estrela”, estes nomes dados aos quilombos da região podem ter ligações com suas localizações geográficas. “Bomba” pode ter ligação com Maxambomba, uma localidade próxima a Jacutinga, “Gabriel” ligação com um riacho local afluente do rio Iguassú.

A existência dos quilombos e suas relações com as comunidades locais se davam de forma intensa, dentro de uma trama em que havia de um lado a necessidade dos quilombolas em manter-se em segurança e garantir sua subsistência e de outro lado os moradores das vilas preocupados em manter suas próprias vidas em segurança e ganhar com este convívio algum retorno econômico. Os quilombolas forneciam lenha para os comerciantes da vila do Iguassú e estes revendiam para a Corte, em um negócio onde todos os envolvidos, até mesmo os compradores ilustres, conheciam a procedência da madeira. Outra ocupação dos fugitivos era o trabalho nos portos da localidade, fazendo o transporte de pequenas embarcações de comerciantes da região. Muitas diligências da Corte foram em busca dos quilombolas, mas os mesmos contavam com uma “rede” de informações que os avisavam das emboscadas e, como conhecedores do local, quase sempre obtiveram êxito em suas fugas. Segundo Gomes (2006, p.26), os padres beneditinos proprietários de fazendas na região participavam das redes relacionais com os quilombos de Iguassú. Os beneditinos possuíam terras na região desde o século

---

<sup>41</sup> Alguns pesquisadores que estudam a história Baixada Fluminense, defendem a hipótese de ter vestígios de quilombos e descendentes de quilombolas em Tinguá, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, em um lugar chamado Aldeia da Pedra, Ribeirão das Galinhas. Ribeirão das Galinhas, na verdade seria o ribeirão dos Galinhos, uma referência aos galinhos, escravos vindos da África Ocidental.

XVI<sup>42</sup>, com a decadência econômica após 1850 havia cerca de aproximadamente 65 arrendatários nas terras beneditinas, entre eles os Barões de Pilar e de Guandu.

Os cativos dos beneditinos trabalhavam num regime de sistema de tarefas, onde se podia ter mais tempo livre. Recebiam dias livres aos sábados para trabalharem em suas roças e recebia também pagamento pelo tempo trabalhado “nos seus dias”, além de tirarem gêneros para a própria subsistência. Desse modo, se produzia o suficiente para também comercializar com os taberneiros da região, cativos de fazendas vizinhas e até mesmo com os quilombolas. Os beneditinos tinham por hábito alfabetizar os seus cativos, mantendo em suas terras práticas escolares para a alfabetização, a inserção da religião e a manutenção do comércio e ganho<sup>43</sup>. Os cativos que trabalhavam em terras beneditinas, além de possuírem pequenas roças e gados, poderiam comercializar os seus excedentes e ainda a hipótese do próprio mosteiro comprar tais excedentes. Gomes (1996, p.280), descreve que os beneditinos indenizavam os cativos que eram transferidos para outras fazendas por conta de suas terras e produções. A rede de relações entre beneditinos e quilombolas se deu de forma tão intensa a ponto de inferirmos a respeito não só na relação de troca e venda, mas ainda na proteção de ambas as partes, os beneditinos se asseguravam de não serem saqueados e protegidos contra outros agentes externos que pudessem existir e ainda ofereceriam proteção diante das incursões da polícia da Corte.

A Corte do Rio de Janeiro, em 1838, determinava que os taberneiros que mantivessem negócios com cativos fossem presos e pagassem multas. As autoridades buscavam intervir nas conexões entre os taberneiros e os fugitivos, que se abrigavam nos quilombos iguassuanos. Várias expedições punitivas tiveram suas iniciativas fadadas ao fracasso, como relata Gomes (2006), referindo-se a um ofício do presidente da província do Rio de Janeiro, enviado ao chefe de polícia da província em 1859:

Tendo examinado as instruções que v.sa tem de expedir para a dispersão e extinção do quilombo existente na margem do rio Iguassu,

---

<sup>42</sup> Os beneditinos possuíam três fazendas na região: Gondê, Outeiro e Iguassú, todas freqüentadas pelos quilombolas de Iguassú. A fazenda de Iguassú surgiu da compra das terras de Cristóvão Monteiro em 1591, com a doação de outra porção feita pela viúva de Cristóvão teve origem a Fazenda de São Bento em 1596. Atualmente a Fazenda de São Bento está localizada no Bairro de São Bento, II Distrito de Duque de Caxias. Restam as ruínas da Casa Grande da Fazenda e da Capela.

<sup>43</sup> Segundo Gomes (1996, p.280), das três fazendas que possuíam a de Iguassú possuía cerca de 60 escravos e produzia telha e tijolos, a do Outeiro com 10 escravos, produzia mandioca e a do Gondê com 09 escravos produzia mandioca. Para transportar o que produziam principalmente tijolos e telhas, os beneditinos possuíam barcos conduzidos por seus próprios escravos que ligavam os portos de suas fazendas ao Mosteiro de São Bento na Corte do Rio de Janeiro, onde existia um cais.

cabe-me ponderar que os meios indicados por v.sa ao delegado do termo de promover a captura dos quilombolas, que forem encontrados fora dos quilombos, são os mesmos que até o presente se tem empregado sem resultado, por isso que mantendo eles relações com os donos de vendas próximas, que lhes compraram lenha e fornecem mantimentos, e assim concorrem para a conservação dos quilombos (...), enquanto existirem esses reconhecidos asiladores e protetores de quilombolas, serão iludidas e frustradas todas as diligências policiais, que forem baseadas no auxílio dos taberneiros. (GOMES, 2006, p. 43)

Muitos comerciantes, vendeiros e até mesmo alguns escravos “de ganho”, na corte, poderiam estar envolvidos com a venda de lenha retirada e repassada por quilombolas aos taberneiros de Iguassú, esta lenha passava por uma rede de intermediários até chegar às ruas da Corte.

Estima-se que a população quilombola iguassuana não ultrapassou o número de duzentos habitantes, este número pode estar associado ao declínio econômico da região após o ano de 1850, e também as epidemias de cólera que levou à morte a negros fugitivos e escravos. Apesar dessas intempéries, Gomes (2006) destaca os processos de resistência e sobrevivência dos negros quilombolas:

Em Iguassú, quilombolas inventaram espaços originais, longe dos mosquetões das expedições reescravizadoras e da intolerância e truculência costumeira de senhores e autoridades, mas perto o suficiente das senzalas e de onde pudessem integrar sua economia camponesa. Com significado político próprio, forjaram uma face do processo de sua própria emancipação. (GOMES, 2006, p.143)

Dentro deste espaço emancipatório pode-se pensar a inserção dos mesmos em espaços públicos como as escolas. Observando nos próximos capítulos o cenário educacional iguassuano e o perfil das escolas encontradas através das fontes, podemos fazer conexões com a relevância deste quilombo para esta região.

## CAPÍTULO 3

### CENÁRIOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS

Na educação e no ensino da mocidade vão empenhados os mais vitais interesses do Estado: é nas escolas que se forma o homem e se prepara o cidadão. (Ignácio Francisco Silveira da Mota-Presidente da Província do Rio de Janeiro, ano de 1860).

A Província do Rio de Janeiro, na década de 30 do oitocentos contou com vinte e dois municípios e inúmeras freguesias e curatos, pelo menos cada um deles contará com uma escola pública de primeiras letras<sup>44</sup>. De acordo com os Relatórios Provinciais, alguns municípios mantiveram as Escolas Régias devido à dificuldade do Estado em enviar candidatos habilitados para o Magistério.

Em 15 de outubro de 1827, a Lei Geral de Instrução do Império, a primeira Lei que pretendeu regulamentar a Instrução em todo o território brasileiro, determinou que fossem criadas escolas de primeiras letras em vilas e lugares populosos, esta Lei também assegurou quem deveria ensinar e quem deveria aprender; o que difundir e o que ensinar. Para aqueles que deveriam ensinar foram criados concursos públicos controlados pelos Presidentes Provinciais<sup>45</sup>. Para aqueles que deveriam aprender ficaram impedidos de matrícula os escravos, os doentes contagiosos e os não vacinados. A Lei também destacava a diferença no ensino para meninos e meninas, o que configurou em uma ação de demarcação e tentativa de perpetuação da diferença dos gêneros e definição social de cada indivíduo.

O método de ensino que deveria ser aplicado nas escolas era o Método Mútuo. Este método previa o ensino de centenas de alunos ao mesmo tempo, por um único

---

<sup>44</sup> No ano de 1840 dos vinte e dois municípios criados apenas sete ainda não possuíam escolas públicas de primeiras letras: Santo Antonio de Sá, São João da Barra, Nova Friburgo, Vassouras, Rezende, São João do Príncipe, Barra Mansa. A ausência de escolas públicas não se configurou em ausência de iniciativas de outros segmentos, um exemplo é o de Vassouras que em 1837 possui uma escola sustentada por uma sociedade chamada Protetora da Civilização e Indústria, mantida por uma Associação de trabalhadores e que possuía 78 alunos.

<sup>45</sup> A Constituição de 1824 instituiu nas Províncias o cargo de Presidente e o Conselho Geral. A província do Rio de Janeiro ficou subordinada ao Ministério do Império até 1834. O ato adicional de 1834 atribuiu a Corte a denominação de Município Neutro separando-a da Província, a capital foi estabelecida na Vila Real da Praia Grande que passou em 1835 a ser chamada de Niterói. Os Presidentes das Províncias reunidos com o Conselho e as respectivas Câmaras definiriam os locais em que haveriam escolas. Regulamentou também o perfil dos candidatos e a obrigatoriedade de serem examinados. Os concursos públicos eram extremamente meticulosos, investigando até mesmo a vida do candidato em sociedade e com atestados de moralidade emitidos pelo pároco, pelo delegado, se mulher solteira pelo pai e se casada pelo marido.

professor, este contaria com o auxílio de monitores escolhidos entre os alunos mais adiantados<sup>46</sup>. A escola existente no século XIX era a escola de um único mestre: o mestre escola. Quando o mestre se empenhava em se ocupar de mais de um aluno, ensinava-o segundo o método individual, ou seja, ensinando um de cada vez. A escola que utilizava este método encontrava dificuldades em ampliar seu número de alunos, por isso era necessária uma reforma a fim de possibilitar o ingresso de um maior número de discentes. A escolha do método de ensino reflete a busca pelos métodos já aplicados em países civilizados, países do Primeiro Mundo, espelho para a nova nação. Na escola lancasteriana as classes eram organizadas em grupos de alunos, as *decúrias*, cada uma das classes era orientada por um aluno mais adiantado tirado da classe superior os *decuriões*, dessa forma garantia o efeito multiplicador na transmissão de conhecimentos, calculava-se que cada escola podia abrigar até 500 alunos com a direção de um só professor. De acordo com Conceição (2007, p.12), a forma de aprendizagem no método mútuo era baseada na repetição mecânica e cadenciada para a memorização das lições. Neste método, cada detalhe deveria ser pensado a fim de garantir vantagem e economia de tempo, espaço, conteúdo e materiais. Os prédios deveriam ser adequados para o deslocamento dos alunos, sendo ainda o seu objetivo preparar as classes menos favorecidas para o exercício de atividades com ofícios manuais e mecânicos a fim de oferecer um ensino primário e elementar não prevendo o acesso ao estudo de ciências abstratas.

Assim, em seus artigos 4 e 5 estabelecia a Lei Geral de Instrução<sup>47</sup>:

Artigo 4- As escolas serão de ensino mútuo nas capitais da Província e o serão também nas cidades e nas vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Artigo 5- Para as escolas de ensino mútuo se aplicarão os edifícios que houverem com suficiência nos lugares aulas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda pública; e os professores que tiverem a necessária instrução deste ensino irão instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados, nas escolas das capitais.

---

<sup>46</sup> Segundo Saviani (2007, p. 128), o método foi proposto e difundido pelos ingleses Andrew Bell, pastor da Igreja Anglicana e Joseph Lancaster, da seita dos Quakers, o método também chamado de monitorial ou lancasteriano, baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor. O método propunha regras predeterminadas, rigorosa disciplina e a distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos em um salão único e amplo. O professor sentava-se em uma alta cadeira supervisionando toda a escola especialmente os monitores.

<sup>47</sup> BASTOS, Maria Helena Câmara e FILHO, Luciano Mendes de Faria (Orgs). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial /mútuo*. Passo Fundo, EDUPF, 1999.

Alguns autores consideram esta Lei um insucesso devido a grande extensão territorial brasileira e as diferenças sociais e culturais. Uma Lei tão geral não alcançaria a todos os lugares da mesma maneira.

No ano de 1834 é assinado um Ato Adicional que se configurou como a primeira emenda à Constituição de 1824<sup>48</sup>, nesta a centralização do ensino foi convertida numa descentralização, em que as Províncias obtiveram a autonomia legislativa para regulamentar, distribuir e fiscalizar tanto o ensino primário como o secundário, ficando a cargo do Governo Imperial a gestão de ambos na Corte e também do ensino superior.

De acordo com Gondra e Schueler (2008, p.35), este processo descentralizador promovido pelo Ato Adicional, tem sido interpretado por parte da historiografia da educação brasileira como um obstáculo ao desenvolvimento educacional no Império por conta das diversidades regionais, insuficiência de recursos e ainda os interesses políticos.

Gouvêa (2008, p. 19) sinaliza para o fato de que o Ato Adicional de 1834 reorganizou a Província do Rio de Janeiro, criando o Município Neutro e a capital da Província em Niterói, pois até então a Província do Rio de Janeiro e a cidade do Rio de Janeiro vinham sendo mantidas sob a gestão do Ministério do Império, e determinou o fim das eleições dos juízes locais, sendo assim as câmaras municipais ficaram diretamente submetidas às administrações provinciais na gestão de assuntos locais. Partindo deste pressuposto é possível afirmar que entre essas medidas estava à implantação de escolas.

Neste período histórico, um grupo político assume a liderança do movimento de expansão do Império Brasileiro e da constituição da classe senhorial: os Saquaremas<sup>49</sup>. Este grupo político controla a administração provincial (MATTOS, 2003). Mattos (2003) afirma que a província fluminense cumpriu o papel de laboratório, no qual os saquaremas testavam as medidas e avaliavam ações. Eles procuravam estender essas ações à administração geral, sempre com a finalidade de consolidar o poder do Império. A instrução cumpria ou deveria cumprir papel fundamental que permitia ou deveria

---

<sup>48</sup> Lei n 16 de 12 de outubro de 1834.

<sup>49</sup> De acordo com Mattos (2003, p. 118, 119), nos idos de 1845, quando os liberais ocupavam o Governo do Império e a Província do Rio de Janeiro era presidida por Aureliano de Souza Coutinho, um certo Padre José de Cêa e Almeida, exercendo as funções de subdelegado policial na vila de Saquarema, expede uma ordem ordenando até mesmo o assassinato do eleitor que recusasse as listas do Governo. Joaquim José Rodrigues e Paulino José Soares de Souza, chefes conservadores com parentela na localidade, onde possuíam também escravos e terras, teriam conseguido livrar os seus protegidos do tal padre delegado, e desde então, os seus protegidos foram designados SAQUAREMAS. Surgindo assim o nome para os membros do Partido Conservador.

permitir que o Império se colocasse ao lado das “Nações Civilizadas”, pois “instruir todas as classes” era um ato de difusão das Luzes, que romperia com as trevas da barbárie e da ignorância.

Gouvêa (2008) ainda apresenta outro destaque para a importância do Ato Adicional de 1834, os agentes envolvidos e a sua relação com a instrução do período:

Assim sendo, um grupo de políticos fluminenses liderou o processo de organização política e administrativa na província. Figuras preeminentes como Paulino José de Souza, mais tarde Visconde do Uruguai, e Joaquim José Rodrigues Torres, posteriormente agraciado com o título de Visconde de Itaboraí, ocuparam o cargo de presidente da província, de forma consecutiva pelos primeiros cinco anos de sua existência. Eles foram responsáveis pela construção do cenário básico do qual o governo operaria até a queda da monarquia. Ambos haviam estudado direito e trabalhado como magistrados. Ambos se casaram com primas irmãs de importantes famílias fluminenses, relacionadas ao tradicional setor açucareiro nos municípios de Itaboraí e Araruama. Esses homens não apenas compartilharam parentes e uma formação acadêmica, mas também um programa para o desenvolvimento de um conjunto de políticas e estratégias na província do Rio de Janeiro. (...) As escolas primárias sempre foram consideradas uma prioridade nos gastos públicos da província. O desenvolvimento de um programa básico educacional era mencionado freqüentemente como uma das preocupações fundamentais dos deputados principais na Assembléia Municipal (GOUVÊA, 2008, p. 42).

O projeto de Nação, que colocaria o Brasil entre os países civilizados do mundo seria possível por meio da difusão da instrução. As regras para a civilidade seriam propagadas através da escola, onde meninos e meninas em espaços separados seriam adestrados para seus respectivos papéis sociais. Os principais propósitos dessa ação seriam: a unificação da língua, pactuar os vínculos entre o Estado e a Igreja Católica e criar uma história para o Brasil (Gondra e Schueler, ano, p.54).

Os homens e mulheres, mestres e mestras que seriam os agentes difusores do saber não poderiam ser escolhidos de forma aleatória, precisariam de uma formação, de um espaço onde fossem treinados para serem os representantes oficiais do império nos espaços do saber.

Elias (2006, p.21), afirma que embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização, uma auto-regulação individual dos impulsos. Para o autor esta auto-regulação seria condicionada por afetos e pulsões, ou até mesmo o desvio desses impulsos de seus fins primários para fins secundários. A escola emerge no século XIX como o aparelho civilizador e controlador dos instintos, mantendo a

ordem, sufocando o grito dos descontentes com o regime, moldando o corpo, guardando a alma. No espaço escolar o ideário civilizador é trabalhado em grupo e também na individualidade de cada um, havendo uma interiorização individual da regra.

A Escola Normal da Província é criada em 1836, na Cidade de Niterói e segundo o então Presidente Paulino José de Souza serviria para a habilitação dos que se dedicassem à carreira magisterial, reconhecendo assim o lastimoso estado em que se achava o Ensino Primário.

Paulino José de Souza, Presidente da Província do Rio de Janeiro em 1836, será uma figura central na história da afirmação do município Iguassuano neste mesmo ano, assim como será importante para a implantação das primeiras escolas públicas de primeiras letras neste município.

No ano de 1837 é criada uma Lei Provincial para “reorganizar” o Ensino após o Ato Adicional e, esta Lei estabelece os currículos das escolas primárias e secundárias para meninos e para meninas, o recrutamento dos professores e os materiais didáticos como livros e compêndios.

Mattos (2003) descreve bem o papel que a Instrução primária deveria exercer neste momento:

Assim, a instrução primária cumpriria ou deveria cumprir- papel fundamental, que permitia- ou deveria permitir- que o Império se colocasse ao lado das nações civilizadas. Instruir todas as classes era, pois, o ato de Difusão das Luzes que permitiam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial: a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a barbárie dos sertões e a desordem das Ruas; o meio de levar a efeito o espírito de Associação, ultrapassando as tendências localistas representadas pela Casa; além da oportunidade de usufruir os benefícios do Progresso e assim romper com as concepções mágicas a respeito do mundo e da natureza (MATTOS, 2003, p. 271-272).

Nos anos de 1838, 1839, 1840, de acordo com o Relatório Provincial, serão apresentados os seguintes números relacionados à instrução provincial de meninos e meninas compreendidos entre as idades de seis a doze anos de idade:

**QUADRO IX- ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO ( 1838- 1840)**

| <b>ANO</b>             | <b>1838</b> | <b>1839</b> | <b>1840</b> |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>ESCOLAS MENINOS</b> | <b>21</b>   | <b>21</b>   | <b>20</b>   |

|                            |            |            |                         |
|----------------------------|------------|------------|-------------------------|
| <b>ESCOLAS<br/>MENINAS</b> | -          | <b>03</b>  | <b>07</b>               |
| <b>TOTAL<br/>MENINOS</b>   | <b>599</b> | <b>853</b> | <b>967</b>              |
| <b>TOTAL<br/>MENINAS</b>   | -          | <b>76</b>  | <b>187<sup>50</sup></b> |

FONTE: Adaptado de Relatório Provincial ano 1841. Disponível em [www.crl.edu/bsd/bsd/u817/000.006.html](http://www.crl.edu/bsd/bsd/u817/000.006.html).

Estes números estavam distantes do almejado pelo Governo Provincial. Os números representados através de dados estatísticos revelavam a racionalidade das ações governamentais. A distribuição de escolas não era apenas uma questão legal e sim uma questão vinculada a ações políticas de cada vila e de cada Freguesia. As relações de poder de cada localidade determinavam o número de escolas bem como de quem as dirigia e quem nelas estudava.

### 3.1- O cenário político educacional iguassuano

No dia 15 de Janeiro de 1833 foi criada a Vila de Iguassú. Nesse período a sociedade brasileira vivia uma série de revoltas que se estendiam dentre a Corte até os extremos do país. Pedro I havia abdicado cerca de dois anos antes e seu filho Pedro II estava com apenas seis anos de idade. Em Decreto assinado por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro a então Freguesia de Iguassú passaria a ser denominada como município:

A regência em nome do Imperador Senhor Pedro II tendo em vista o artigo 7 do Código do Processo Criminal decreta que a povoação de Iguassú fica ereta em Vila, compreendendo no seu termo as Freguesias de Iguassú, Inhomirim, Pilar, Santo Antônio da Jacutinga e a Parte da Freguesia de Marapicú que fica a margem direita do Guandu e Ribeirão das Lages (PEIXOTO, 1969, p.11).

Geograficamente estava distribuída num território de 1.305,47 Km, sua sede estava situada à margem esquerda do Rio Iguassú, os limites Norte e Noroeste eram respectivamente as Vilas de Paraíba e Vassouras, ao Sul as Freguesias de Irajá e Campo

<sup>50</sup> Das 7 escolas criadas para meninas, 6 estavam em exercício, concursos para cadeiras de escolas públicas de primeiras letras para meninas em Iguassú, Itaborahy, Cantagalo e Magé.

Grande, ao leste a Baía de Guanabara e as Freguesias de S. Nicolau de Suruí e Nossa Senhora de Pacopaíba, da Vila de Magé, e a oeste, a Vila de Itaguaí. Iguassú dispunha ainda de uma dezena de portos, alguns figurando entre os principais da Baía de Guanabara. Por força destes portos, o comércio local foi se ampliando, depósitos e armazéns abarrotavam-se de café, fazendas, vinhos, couros, produtos manufaturados, sal e produtos agrícolas que desciam a Serra do Mar, estes produtos vinham das fazendas mais interioranas e até mesmo de Mina Gerais para a Corte.

Em 1835, sob a administração de Francisco Martins Vianna, Juiz de Paz da Corte do Rio de Janeiro, com a alegação de que a Câmara de Iguassú não cumpria suas atribuições, a Assembléia Legislativa da Província extinguiu a Villa. Seu território foi dividido entre Vassouras e Magé, passando a se chamar Freguesia Nossa Senhora da Piedade do Iguassú. No ano seguinte, após uma mobilização popular liderada por Francisco José Soares<sup>51</sup>, próspero comerciante da região e amigo de pessoas “influentes” na Corte, entre os quais estava Paulino José Soares de Souza, que no mesmo ano assume o Cargo de Presidente da Província do Rio de Janeiro<sup>52</sup>. Iguassú retorna sob a Lei 57 de 10 de Dezembro de 1836, ao seu status de Município, Francisco José Soares assume a Presidência da Câmara de Vereadores Local, cargo que ocupará até o ano de 1840, a Freguesia de Inhomirim deixa de integrar o território Iguassuano, integrando-se ao Município de Magé<sup>53</sup>, passando a fazer parte do mesmo as Freguesias de Nossa Senhora do Marapicú, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, Nossa Senhora do Pilar (que se anexa ao território de Estrela em 1847)<sup>54</sup>, Merity e Santo Antonio da Jacutinga.

Ao longo do século XIX, a região abrigou três vilas: A vila de Magé (1789), a vila de Iguassú (1833) e a vila de Estrela (1846). Souza (1996), destaca em seus estudos sobre a Vila de Estrela que:

---

<sup>51</sup> Francisco José Soares nasceu em Portugal e segue para o Rio de Janeiro em 1820 com dezessete anos de idade. Segue para Iguassu alguns anos depois para trabalhar na lavoura, ganhando recursos monta um estabelecimento comercial na localidade. Envolveu-se na vida política da Freguesia, e através de seus contatos na Província, filia-se ao recém criado partido Conservador. Foi Presidente da Câmara Municipal eleito entre seus pares após o restabelecimento da condição de município a Iguassu, ocupa o cargo entre os anos de 1837 a 1840. Em 1842, como tenente coronel participa da Revolução Mineira de 1842.

<sup>52</sup> Outra hipótese para a relação entre Paulino José de Souza e as terras iguassuanas são as relações familiares. O sogro do então Presidente da Província do Rio de Janeiro casara-se com uma prima ligada a Família Azeredo Coutinho. A família Azeredo Coutinho foi proprietária de um número considerável de fazendas na região da Freguesia de Marapicú. As alianças familiares eram fatores decisivos e determinantes para ao período.

<sup>53</sup> Inhomirim ganha o status de sede municipal do município de Estrela em 1846.

<sup>54</sup> Neste estudo, não menciono as escolas da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, pois em 1846 a freguesia deixa de pertencer a Iguassu e se anexa ao município de Estrela. Suas primeiras escolas públicas de primeiras letras são relatadas nos relatórios provinciais após 1848.

A transformação de um arraial para vila se dava a partir de duas situações. Uma, através da solicitação dos moradores do arraial, na medida em que se tornava uma área de troca, de comércio e de fazendas produtoras para o mercado, seus moradores enriquecendo e aumentando seu prestígio político; a outra, por decisão do poder central, que visava à defesa e a ocupação do território, ou a conveniência política. As pré-condições para essa transformação eram: a construção de prédios da Igreja Matriz, uma Câmara, uma cadeia e o pelourinho para realizar os castigos públicos (SOUZA, 1996, p.7).

Diante dos pré-requisitos apresentados não constavam como prioridade a construção de prédios escolares, embora fossem apresentadas em Relatórios Oficiais do Governo como sendo uma preocupação, ao longo do século XIX. As construções existentes em vilas e povoados eram destinadas para outros fins e não consideradas próprias para o funcionamento de unidades escolares, a partir da segunda metade do oitocentos, algumas cidades do Império começaram a construir prédios e espaços para este fim.

É importante destacar que quando tinha o status de Freguesia, antes de 1833, Pilar do Iguassu possuía maior destaque econômico do que Piedade do Iguassú, fato que pode ser analisado através do relatório do Marques do Lavradio (1779-1789). Um número maior de portos e de escravos (cerca de 92,1% da população) em seu território, que foi construído o primeiro caminho do ouro, seu principal porto era mais próximo à Baía de Guanabara e ainda era uma grande produtora de farinha para consumo externo. Por isso perguntamos: por que Piedade ganha destaque e se torna a sede municipal? Quais as razões que levam a criação de suas escolas de primeiras letras, após a sua emancipação em 1846?

Duas hipóteses são defendidas neste trabalho para a compreensão dos caminhos apontados pelas fontes: a primeira é que após a inauguração do caminho do ouro em Piedade a visibilidade desta província torna-se maior, tornando-se um importante pólo econômico; a segunda foram as relações políticas e familiares do então Presidente da Província Paulino Jose de Souza, como já citamos anteriormente. A criação de uma escola pública somente após a sua emancipação em 1846, sugere o processo de continuidade das aulas régias na região bem como a proliferação de iniciativas particulares, fossem elas subvencionadas pelo Estado Imperial ou não, como podemos conferir em todas as demais freguesias iguassuanas.

As freguesias do município iguassuano podem ser divididas em dois grupos: as freguesias rurais, com a produção agrícola voltada para o abastecimento regional:



### 3.2- Escolas e Iniciativas Particulares

A relação entre os espaços públicos e os privados entre os séculos XVI e XVIII culminando no século XIX é passível de várias interpretações e discussões. Usando as categorias estabelecidas por Ariès (2009)<sup>55</sup>, podemos perceber como este processo se estabeleceu e fortaleceu entre os séculos.

A concepção de privado e público não foi feita de forma simples e linear, a mesma se deu de forma progressiva, todavia com interrupções e nuances mais ou menos intensas, principalmente no foco deste trabalho que são as escolas. Todo este desenvolvimento, ora com alianças, ora com conflitos se estabeleceu ao longo do século XIX em todo o território brasileiro.

As relações em Iguassú não se limitavam apenas na esfera das escolas públicas e privadas. A escravidão e a forma como foi tratada no recôncavo guanabarrino, especialmente entre os iguassuanos, mobilizou economicamente, socialmente e geograficamente a região, como também as iniciativas escolares particulares ou públicas.

A regulamentação para a instrução particular esteve sendo organizada a partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente em 1854 após a aprovação da Lei que autorizou ao Ministério a reforma ao ensino primário e secundário não só do ensino privado como do ensino público. Trata-se do Decreto 1331-A de 17 de fevereiro de 1854 por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o Barão do Bom Retiro<sup>56</sup>, que havia sido Presidente da Província do Rio de Janeiro e neste período atuava como Ministro de Negócios do Império.

---

<sup>55</sup> Em Ariès (2009, p. 13-14), percebemos como o processo entre o público e o privado se deu através dos séculos XVI a XIX, onde defende que os indícios da privatização que penetram as mentalidades são distinguidos em seis categorias. A primeira é estabelecida como a *Literatura de Civilidade*, obra em que os costumes dos cavaleiros medievais são estabelecidos transformando-se em regras de polidez. A segunda foi estabelecida como *Literatura Autógrafa*, a necessidade do ser humano em se isolar, em se conhecer melhor através da escrita por meio de cartas e diários pessoais. *O gosto pela solidão*, estabelecido como terceira categoria aponta para o gosto que o homem adquiriu a partir do século XVII em ficar recluso. A quarta categoria, *A amizade*, em meio à solidão, o homem procura alguém para compartilhar as suas confidências. *O gosto e o espaço da casa* são as duas últimas categorias, as mudanças comportamentais trouxeram o gosto pelo refinamento para dentro do espaço da casa, assinalando as mudanças pelos pequenos ambientes nas casas, a diminuição dos cômodos, espaços privados e espaços de comunicação (salas e quartos), especialização de ambientes e iluminação.

<sup>56</sup> Luiz Pedreira do Couto Ferraz nasceu na Corte do Rio de Janeiro em 1818, Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1838. Em 1848, governou a Província do Espírito Santo, governou a Província do Rio de Janeiro até 1853, atuou como Ministro de Negócios do Império entre os anos de 1853 a 1855. Recebeu o Título de Barão do Bom Retiro 1867 e de Visconde em 1872.

O regulamento, organizado por 13 títulos e onze capítulos, teve em sua primeira parte a descrição das normas estabelecidas para a Instrução Primária:

## TÍTULO I- DAS ESCOLAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I- Programa de Ensino; Condições das Escolas.

CAPÍTULO II- Dos Professores Públicos; condições para o Magistério.

CAPÍTULO III- Dos Exames para Professor.

CAPÍTULO IV- Nomeação, Posse dos Professores e seus efeitos.

CAPÍTULO V- Penas a que ficam sujeitos os Professores.

CAPÍTULO VII- Regime das escolas; Obrigações respectivas do Professor.

CAPÍTULO VIII- Dos Professores Adjuntos.

CAPÍTULO IX- Casas e Utensílios das Escolas.

CAPÍTULO X- Inspeção e Governo das Escolas.

## TÍTULO II- DAS ESCOLAS PARTICULARES - CAPÍTULO ÚNICO.

## TÍTULO III- DISPOSIÇÕES GERAES E MEDIDAS TRANSITÓRIAS - CAPÍTULO ÚNICO.

A Lei procurou fixar normas para a abertura, funcionamento e andamento das escolas públicas e particulares de primeiras letras e secundárias. O público atendido pelas escolas também foi designado pela Lei, que estabeleceu a proibição de cativos e portadores de doenças e moléstias contagiosas, exigindo para o ingresso dos alunos a vacinação. As condições e exames para ingressos dos professores foram estabelecidos, como ainda a vigilância, a normatização e fiscalização dos estabelecimentos de ensino<sup>57</sup>.

Em 1851, quatro anos antes da Lei Couto Ferraz, o Governo Central executou uma avaliação do ensino das escolas públicas e particulares, esta avaliação foi feita por

---

<sup>57</sup> Como exemplos de mecanismo de vigilância e fiscalização dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino podemos citar os Delegados de Instrução e a elaboração dos mapps escolares. Os inspetores de instrução eram designados pelo Departamento de Instrução da Província e eram encarregados de fazer a visitação as escolas públicas e particulares, verificando a freqüência dos professores e alunos a partir dos mapps escolares confeccionados pelo professor. Além da freqüência, nos mapps escolares estavam contidos os nomes completos, a filiação, o endereço, a progressão e em alguns casos a cor dos alunos. Eram confeccionados e enviados a Diretoria Geral de Instrução trimensalmente e cada estabelecimento de ensino confeccionava o próprio desde que estivessem com as informações necessárias. Caso não houvesse a freqüência de alunos fixada por Lei, o professor poderia perder a sua licença para lecionar e ou ter o estabelecimento de ensino fechado.

Justiniano José da Rocha<sup>58</sup>. Na avaliação, foi destacado o crescimento das escolas particulares e a presença de alunos pobres que as freqüentavam gratuitamente<sup>59</sup>.

Justiniano da Rocha destaca ainda em seu relatório que algumas escolas particulares são diferenciadas, pois segundo ele, não adotavam mais o método lancasteriano da memorização e da repetição (CONCEIÇÃO, 2007).

Ao nos reportarmos para as escolas particulares em Iguassú, foi possível encontrar através das disponibilidades das fontes pesquisadas informações acerca da existência de algumas “iniciativas particulares” e “escolas particulares”<sup>60</sup>. Tais iniciativas e escolas se deram em forma de mestres escolas que cediam suas próprias casas ou alugavam espaços que se transformavam em escolas e algumas pistas acerca de preceptores, homens e mulheres que seguiam pelas fazendas para lecionar.

Peixoto (1969, p. 87), menciona três professores particulares em exercício no ano de 1855 na Freguesia de Marapicú: Antonio José Américo, Antonio Rafael da Silva e José Caetano de Almeida e Silva<sup>61</sup>. Os documentos utilizados em nossa pesquisa nos sinalizam para o fato de que alguns professores, que lecionaram nas escolas régias da região, continuaram exercendo o magistério em forma particular como será discutido no próximo capítulo. Os documentos oficiais governamentais afirmavam, ao tratar das escolas particulares da província, que não houve uma forma eficaz de controle ou fiscalização acerca das iniciativas e escolas particulares nas províncias e que os números apresentados em dados estatísticos estavam longe de serem considerados verdadeiros. Para a ineficácia da fiscalização destacavam desde as grandes distâncias das Freguesias

---

<sup>58</sup> Nascido no Rio de Janeiro em 08 de novembro de 1812, filho de um português e de uma escrava, ingressou para Paris onde fez os seus primeiros estudos. Regressou ao Rio de Janeiro onde ingressou no magistério, lecionando línguas, geografia e História no colégio Pedro II e Direito na Escola Militar. Pertenceu ao conselho diretor da Instrução pública e foi eleito deputado nas legislaturas 1843-1844, 1850-1856. A partir de 1836 lançou vários jornais e foi colaborador no Jornal do Comércio onde iniciou a publicação de folhetins literários. Faleceu em 10 de julho de 1862 aos quarenta e nove anos de idade.

<sup>59</sup> Dentre os modelos de ensino particular do século XIX está o subvencionado, uma escola particular onde o salário do professor era garantido pelos cofres públicos, podendo assim atender gratuitamente aos seus alunos. Os demais modelos foram os do ensino doméstico, mestres que ensinavam em suas próprias casas e cobravam pela função ou alguns foram ainda subvencionados, os preceptores, contratados para morar na residência das famílias.

<sup>60</sup> Diferenciamos aqui “iniciativas particulares”, tratando do grupo de preceptores e de professores públicos que ofereciam seus serviços de forma particular ou mesmo dos leigos que também o faziam. As escolas particulares são as “oficiais” assim denominadas pelos documentos oficiais.

<sup>61</sup> Dos professores particulares citados por Peixoto (1969, p. 88), o que não encontramos nos documentos oficiais foi Antonio Rafael da Silva, possivelmente este foi o candidato que não prestou o exame obrigatório. Antonio José Américo se tornará no ano de 1861, professor público da Freguesia e juntamente com José Caetano de Almeida e Silva continuarão exercendo o magistério particular. ( Ver p.62).

à falta de delegados e inspetores de instrução a fim de fiscalização, uma vez que este último cargo consistia em um exercício voluntário não remunerado.

Em documentos encontrados no IHGNI<sup>62</sup>, datados do ano de 1859, foram encontradas informações a respeito de quatro escolas particulares em funcionamento neste ano. O inspetor de escolas Visconde de Aljezur<sup>63</sup> escreve ao Departamento de Instrução da Província uma carta pedindo exames de capacitação para os quatro professores particulares que já estavam exercendo a função docente:

(...) Tenho de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria, que nesta Freguesia se achão abertas quatro escolas particulares cujos professores não tem autorisação da Presidência da Província para ensinar particularmente. (...) cumpre observar que algumas destas escolas prestão serviços a população desta freguesia cujos habitantes como sempre acontece nas parochias da roça residem pelos mais pontos em distancias tais da matriz que não lhe propiciam mandar seus filhos à escola pública estabelecida no arraial: além desta consideração tenho de ponderar que sendo estes professores homens pobres não podem comparecer a presença de vossa senhoria para fazer o exame de capacidade (...) (Marapicú, 18 de agosto de 1859, IHGNI, Cx 021195-0059).<sup>64</sup>

Neste fragmento podemos encontrar alguns detalhes acerca da relação entre o ensino público e particular em Iguassú e que, com certeza, não se mostrou de forma diferente em outras regiões na Província do Rio de Janeiro.

Houve a necessidade da existência do ensino particular a fim de atender o público não alcançado, por alguma razão, pelo ensino público. As relações de interdependência estabelecida por Elias (2006), o processo civilizador, no qual os indivíduos ou grupos de indivíduos dependem intrinsecamente das ações uns dos outros, nos ajuda a explicar o processo de escolarização do Império Brasileiro, um processo que se efetivou de modo contínuo e a longo prazo. Podemos ainda afirmar que mesmo em uma iniciativa privada detectamos a presença do Estado e da Justiça, os interesses políticos, sociais e pessoais intervindo, atuando e decidindo junto a Comunidade.

Destacamos que o Inspetor de Instrução, homem de linhagem nobre e morador da comunidade e a serviço do Estado, aponta para o fato de que alguns professores

<sup>62</sup> Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu.

<sup>63</sup> Segundo Peixoto (1969, p. 88), o Visconde de Aljezur, o tenente Coronel Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, da linhagem dos Azeredo Coutinho, nasceu em Marapicú no ano de 1820. Comandou o sétimo corpo de cavalaria da província do Rio de Janeiro sediada em Iguassú, foi amigo pessoal do Imperador Dom Pedro II, fazendeiro e proprietário de engenhos de açúcar, aguardente e café.

<sup>64</sup> Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. (IHGNI, Cx 021195-0059).

atuam sem licença e atestados de capacidade, pois as escolas em que trabalham são importantes, já que a escola pública não pode alcançar a todos os moradores devido a sua localização. Aliás, a localização da escola Marapicuense foi discutida através dos anos, como poderemos averiguar no quarto capítulo desta dissertação.

No mês de setembro de 1859, O visconde de Aljezur recebeu os examinadores que estiveram na Freguesia a fim de aplicar uma prova aos quatro candidatos ao magistério particular, mas um dos candidatos não comparece, sendo então licenciados os seguintes candidatos: Januário da Costa Corte, José Rodrigues Coelho e José Caetano de Almeida e Silva. O candidato que não compareceu teria, segundo os documentos, a sua escola fechada e seus alunos encaminhados para a escola mais próxima.

Assim, em sua carta ao Departamento de Instrução, o Visconde defendeu a continuidade das escolas particulares e também relata um possível conflito com o professor público:

(...) creio que estas escolas prestão algum serviço a instrução pública por se achar a população desta Parochia muito diseminada e tem muitas famílias que por serem pobres não podem mandar seus filhos a aula pública que fica a uma distancia maior de légoa e meia em relação a escola particular mais perto, distando as outras duas e três legoas.(...) O professor público redigiu à dias uma representação contra a existência da escola particular de Januário da Costa Corte situada no lugar denominado Papavinte, atribuindo a proximidade da escola por elle regida a diminuição que tem tido no número de seus discipulos, porém julgo demasiadamente sem fundamento, se deve atribuir a desentendimento havido entre o mesmo professor público e algumas pessoas da freguesia – he quando tenho de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria rogando que digne solicitar ao Presidente da Província a competente autorização para a continuação das escolas particulares desta Parochia se assim julgar conveniente (...). (Marapicú, 24 de setembro de 1859, IHGNI, Cx 021195-0060)<sup>65</sup>.

O fragmento nos adverte para o fato de que a relação entre o ensino público e o particular nesta Freguesia nem sempre se deu de forma harmoniosa e isenta de conflitos.

Do grupo de professores particulares Januário da Costa Corte, pelo o que nos orienta a documentação disponível, é aquele cuja escola se encontra mais próxima à escola pública da Freguesia, que até o ano de 1859 era uma escola pública para meninos. Desde a sua criação, como veremos no quarto capítulo, esta escola apresentará problemas quanto a sua localização e ainda quanto à permanência dos professores em exercício.

---

<sup>65</sup> Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. IHGNI, Cx 021195-0060.

O professor público em questão era Antonio Candido Rodrigues Carneiro, que de acordo com as fontes que encontramos, abandonou o exercício do magistério nesta região por volta de 1859, período do relato do conflito com a escola particular. Segundo o Visconde de Aljezur, a popularidade do professor não era das melhores, tendo o mesmo divergido em alguns momentos com moradores da localidade. Alias esta relação com a localidade foi crucial em alguns momentos para os professores, principalmente os de escolas públicas, pois esses, quase em sua totalidade, não eram moradores da região, ao contrário dos professores particulares, muitos além de morar na região, quando não exerciam sua função nas residências dos alunos, faziam de suas próprias casas a escola, ou até mesmo as duas opções. O fato de não pertencerem ao grupo causou estranhamento e indiferença em algumas comunidades. As relações de poder estão estabelecidas explicitamente neste documento, realçadas pelo reforço dado ao caso pelo então Visconde que ainda exercia o cargo de delegado de instrução. Ele defende a manutenção das escolas particulares e reforça a sua importância para a comunidade. O delegado de Instrução, além do título de nobreza e amigo pessoal do Imperador, era de uma linhagem de líderes da comunidade, a família Azeredo Coutinho, que durante o século XIX orientou o caminho social, político e econômico da Freguesia de Marapicú.

De acordo com Elias (2000, p.8), o pertencimento ao grupo social remete à superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento. A superioridade a qual o autor se refere não está ligada a questões raciais ou étnicas, mas está ligada ao fato de um dos grupos sociais presentes na sociedade ser estabelecido. No que tange a pesquisa apresentada, podemos compreender que o grupo em questão é o das escolas particulares dos professores pertencentes ao vilarejo e por pertencerem ao grupo mais antigo comportavam-se como “superiores” nas relações estabelecidas<sup>66</sup>. O constante abandono dos professores públicos das suas cadeiras, sendo este fato mais frequente nas regiões de maior número de escolas e iniciativas particulares, pode aqui ser apresentado ainda pela fala de Elias (2000, p.31), no uso do termo “superioridade de poder”, em que o grupo estabelecido subjulga o grupo não estabelecido de forma que o mesmo se sinta inferior, afetado em suas experiências afetivas, de modo a abandonar as atividades por conta das pressões sofridas pelo grupo detentor de poder. Nas falas documentais do

---

<sup>66</sup> A obra de Elias *Os estabelecidos e os Outsiders*, publicado no Brasil no ano 2000, nasceu de um estudo realizado em uma comunidade próxima a Londres na década de 1850. A obra procura esclarecer processos sociais entre uma comunidade, designando os Estabelecidos como os moradores antigos da região e os Outsiders como os novos moradores. As relações sociais e como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades de poder e estigmatizar o outro grupo são narradas neste livro.

delegado de instrução podemos detectar a sua superioridade ao determinar e sutilmente induzir que a escola do professor particular em nada atrapalharia ao funcionamento da escola pública, ao contrário, o professor público teria seu quadro de alunos reduzido graças a sua falta de capacidade (expressa pela palavra desinteligência) e ainda o fato de não ter caído nas graças da comunidade.

Logo após o ocorrido, encontraremos a cadeira de professor público vaga nesta freguesia, sendo que no ano de 1861 encontraremos o professor particular Antonio José Américo, exercendo a função de professor público da freguesia.

Das freguesias iguassuanas, Marapicú será a de maior embate nas questões relacionadas ao ensino público e privado. Na Freguesia de Jacutinga, segundo Peixoto (1969, p. 95), no ano de 1855 existia quatro escolas particulares. Neste mesmo ano, em Piedade do Iguassú, sede do município, segundo os relatórios oficiais, esses dados não puderam ser contabilizados devido à falta de fiscalização na Freguesia, todavia, Peixoto (1970, p. 82) nos fornece informação sobre o Professor Lúcio da Costa que lecionava particularmente desde a década de 1830, este mesmo professor apareceu, na década de 1860, como professor Público em Jacutinga. Em São João de Merity teremos a família do Professor Público Manoel da Costa Barreto no ensino privado, com uma escola para meninas com nove alunas em regime de internato. Infelizmente, esbarramos mais uma vez na disponibilidade das fontes com mais detalhes sobre tais escolas e professores. Fizemos um quadro acerca do ensino privado em Iguassú em suas quatro principais Freguesias, partindo dos documentos disponíveis entre os anos de 1850 a 1859<sup>67</sup>:

#### **QUADRO X- PROFESSORES E INICIATIVAS PARTICULARES EM IGUASSÚ (1850-1859)**

| <b>FREGUESIAS</b>  | <b>PROFESSORES</b>  |
|--------------------|---|
| PIEDADE DO IGUASSÚ | Lúcio da Costa.   |
| MARAPICÚ           | Antônio José Américo.<br>Antônio Rafael da Silva.<br>José Caetano de Almeida e Silva.<br>Januário da Costa Corte.<br>José Rodrigues Coelho. |
| JACUTINGA          | Antonio Pimenta de Sampaio Moraes.  |

<sup>67</sup> Mesmo sendo um ano após o nosso recorte histórico estabelecido, consideramos o uso das fontes nesta pesquisa importante e necessário por conta da escassez de documentos acerca do processo de escolarização na região no século XIX.

|  |   |
|--|---|
|  | Francisco Manoel da Costa e Sá.<br>Luiz João da Fonseca.<br>Luiz Lobo de Alarcão. |
| SÃO JOÃO DE MERITY                             | Sra. Maria Augusta da Costa Barreto<br>(Escola para meninas).                     |
| Total de escolas/ iniciativas particulares: 11 |   |

Se estabelecermos um quadro comparativo entre o número de escolas públicas e particulares na região, encontraremos uma disparidade entre o número de particulares em relação ao de escolas públicas, este fato não é exclusivo da Província Iguassú, foi comum nas vilas e lugarejos do Império Brasileiro.

Limeira (2010, p.177), ao descrever como se deu à relação entre as esferas públicas e particulares na Corte do Rio de Janeiro, no século XIX, nos oferece uma explicação que podemos utilizar no caso de Iguassú:

O contorno do que é público e privado se deu a partir de muitos processos históricos como esses que movimentaram a sociedade nas esferas política, econômica e cultural. Nos conflitos, nos movimentos, nas alianças, nas manifestações, na montagem de instituições iam sendo definidas as forças, os espaços, as competências, o exercício e os limites de cada poder. Partindo destes pressupostos, torna-se compreensível pensar na relação entre público e privado no século XIX, como um problema complexo, cujas bases estavam fortemente ancoradas na própria complexidade daquela sociedade. Num tempo em que ainda se dava a construção do Estado moderno, a partir de disputas por projetos diversos. A instância pública constituía a si própria e a seus instrumentos de legitimação, ao mesmo tempo em que se notava um movimento de defesa das manifestações da intimidade, da vida familiar, da privacidade, dos negócios particulares.

O campo de relações entre as esferas de ensino público e privado em Iguassú foi fundamental para a difusão da instrução no município. Nos movimentos e conflitos, nas alianças e rompimentos foram forjadas a amplitude e os limites de cada um dos interessados, contudo, podemos concluir que esse processo foi marcado pelas disputas e estratégias de poder, onde as relações sociais e políticas, os interesses pessoais e particulares, delimitaram e marcaram os espaços de atuação de ambos os grupos.

## CAPÍTULO 4

### AS ESCOLAS E PRIMEIROS PROFESSORES IGUASSUANOS

Os regulamentos e leis que estabeleceram o processo de escolarização por todo o Império no século XIX demonstraram em suas principais implicações que a execução abrangeria camadas específicas da sociedade: os brancos e os da “boa sociedade”. Na Lei Provincial de 1837, que regulamentou a Instrução Primária, havia a interdição aos “pretos e africanos”, ainda que libertos, de ingressarem nas escolas públicas. O ingresso de brancos pobres e mestiços, que compunham uma classe que estava à margem da sociedade imperial, não era vetado por Lei, mas esbarrava nas dificuldades de ingresso nas escolas, principalmente as que estavam localizadas longe dos grandes centros de poder e saber<sup>68</sup>.

No município Iguassuano, cinco escolas públicas de primeiras letras serão implantadas entre os anos de 1837 e 1856, sendo quatro de meninos e uma de meninas, distribuídas em suas quatro Freguesias: Piedade do Iguassú (01 para meninos e 01 para meninas), Marapicú (01 para meninos), Merity (01 para meninos) e Jacutinga (01 para meninos).

Cada uma dessas escolas possuía uma especificidade devido a sua localização e ao público que se destinava atender. Embora já tenhamos abordado nos capítulos anteriores o perfil de cada uma destas Freguesias com relação aos aspectos sociais e políticos, como também o cenário educacional da região, neste capítulo, procuramos descrever e analisar minuciosamente o que as fontes disponíveis nos revelam e nos permitem reconstruir da história do processo educacional e das formas e espaços escolares em Iguassú.

Um dado revelador foi o mapa encontrado com o detalhamento acerca do número de alunos inscritos nas escolas iguassuanas de primeiras letras.

---

<sup>68</sup> Gondra e Schueler (2008, p.236), destacam que a condição jurídica dos pretos libertos era marcada por contradições e ambigüidades. De acordo com a Constituição de 1824, os libertos nascidos no Brasil, eram considerados cidadãos brasileiros, embora não gozassem de plenos poderes políticos, não podiam atuar como eleitores na escolha do colégio eleitoral, nem se eleger a cargos que exigiam o nascimento sem a “mancha de sangue”, (ou seja, o nascimento do ventre livre). A Lei de 07 de Novembro de 1831 formaliza a condição jurídica quando afirma em seu primeiro artigo que “todos os escravos que entrarem no território, nos portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. Porém, somente com o apoio da Lei Eusébio de Queiroz em 1850 que as restrições ao tráfico de escravos ficarão mais severas e o cumprimento do direito a Liberdade aos nascidos no Brasil também.

**Quadro XI- ALUNOS EM IGUASSÚ DISTRIBUÍDOS POR IDADES - 1851**

| FREGUESIAS            | 06<br>ANOS | 07<br>ANOS | 08<br>ANOS | 09<br>ANOS | 10<br>ANOS | 11<br>ANOS | 12<br>ANOS | 13<br>ANOS | 14<br>ANOS | 15<br>ANOS | TOTAL |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------|
| PIEIDADE<br>(MENINOS) | 01         | 02         | 03         | 08         | 08         | 06         | 05         | 0          | 04         | 01         | 38    |
| PIEIDADE<br>(MENINAS) | 04         | 04         | 05         | 05         | 07         | 07         | 0          | 03         | 0          | 0          | 35    |
| JACUTINGA             | 02         | 02         | 02         | 06         | 02         | 04         | 0          | 02         | 03         | 0          | 23    |
| MARAPICU              | 04         | 01         | 03         | 05         | 03         | 0          | 05         | 08         | 03         | 0          | 32    |
| MERITY                | 05         | 06         | 04         | 07         | 05         | 05         | 04         | 0          | 02         | 0          | 38    |
| TOTAL                 | 16         | 15         | 17         | 31         | 25         | 21         | 14         | 13         | 12         | 01         | 166   |

Fonte: Relatório Provincial do Rio de Janeiro, ano 1851. Disponível em [www.brazil.crl.edu](http://www.brazil.crl.edu); acessado em Fevereiro de 2011.

Se compararmos as informações deste quadro aos quadros anteriores acerca do número de habitantes da região, podemos perceber o quanto é diminuto para esta região o número de alunos encontrados nas escolas públicas de primeiras letras e este fato não era exclusividade de Iguassú, pois neste mesmo período é possível encontrar nos relatórios provinciais freqüentes queixas acerca da freqüência de meninos e meninas nessas escolas. Este dado é revelador no sentido que podemos através dele fazer inferências para uma possível elucidação da problemática encontrada.

VEIGA (2002) defende a hipótese de que as escolas estabelecidas em Freguesias distantes dos grandes centros do império brasileiro foram destinadas a crianças pobres e mestiças, com a clara intenção de ordenar e civilizar as camadas inferiores da população. Para Iguassú as escolas de primeiras letras foram estrategicamente posicionadas e modeladas de acordo com o perfil dos seus moradores, configurando-se como uma região de passagem, onde os mais abastados não mantinham residência fixa, as escolas secundárias não fizeram parte dos planos dos idealizadores da instrução, pois os meninos que prosseguiriam os estudos na fase secundária seguiam para suas casas na Corte, em outras Províncias ou em Portugal, onde concluiriam seus estudos.

Outra explicação para o diminuto número de alunos nessas escolas pode ser que as crianças de famílias mais pobres trabalhavam desde cedo, principalmente em áreas rurais como a localidade estudada. Talvez por isso, encontraremos nos relatórios provinciais as queixas a cerca do estranhamento e resistência dos pais em enviarem seus filhos para as escolas. Possivelmente em muitos casos, com o tempo destinado a instrução, se teria menos tempo dedicado ao trabalho, principalmente entre aqueles em que a família era a principal mão de obra e mantenedora.

Em relatório provincial do ano de 1862, redigido pelo então vice-presidente da Província José Norberto dos Santos<sup>69</sup>, encontramos uma pequena descrição do que o mesmo afirma ser a causa do “pequeno” número de alunos em Municípios como o Iguassuano:

- 1- A desconfiança dos pais.
- 2- A necessidade dos pais pobres em por os filhos nos serviços.
- 3- A falta de boas vias de comunicação, pois as populações em algumas freguesias estão muito disseminadas.
- 4- Algumas escolas estão mal localizadas.
- 5- Alguns pais queixaram-se do atraso dos filhos que já estão 04 ou 05 anos na escola.
- 6- Os castigos físicos.

As queixas relacionadas a desconfiança dos pais em encaminharem seus filhos às escolas já foram tratadas no capítulo referente as escolas particulares, pois alguns pais resistiam em enviar seus filhos para a companhia de professores que não fossem da localidade.

Quanto aos castigos físicos que aparecem na listagem como uma queixa freqüente dos pais, destacamos que o método mútuo de ensino trazia não só as premiações e recompensas além de uma ordem hierarquizada entre os alunos que alcançassem postos de destaque nas aulas, como também os castigos elaborados pelos mentores do método monitorial. O estabelecimento e manutenção da ordem e da disciplina também, segundo os lancasterianos, poderia ser alcançada através de punições.

---

<sup>69</sup> Adaptado de [www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/791/000012.html](http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/791/000012.html).

Faria Filho (2006, p.111), descreve instrumentos usados para a punição de alunos requisitada por um professor de Ouro Preto<sup>70</sup>, de acordo com o Compendio adotado para as aulas monitoriais:

- 1- *Instrumentos e modos de castigo*: Um pedaço de pau à roda do pescoço que se servirá como gonilha com o aluno sentado ao seu lugar, não apertado ao pescoço, porém, atrapalhando caso o aluno se voltasse para a esquerda ou para a direita.
- 2- *Cadeias de Pau*: As duas pernas do aluno amarradas juntas com a cadeia de pau, esta cadeia era um pedaço de pau, de um pé de comprimento de seis ou oito polegadas amarrado em cada perna.
- 3- *A cesta*: Os meninos dentro de um saco ou cesta, suspensos no teto da sala de aula à vista dos outros.
- 4- *A caravana*: Quatro ou seis alunos poderiam ser punidos juntos, com um pedaço de pau amarrado ao redor do pescoço, presos caminhavam para trás, sendo obrigados a andarem juntos para não caírem.
- 5- *Prisão depois da aula*: Prender os meninos após a aula, amarrados às escrivaninhas ou tendo-os nas gonilhas para que não se movessem.

Não foram encontradas notas acerca de castigos físicos nas escolas de primeiras letras em Iguassú, mas sabemos que o método mútuo de ensino foi o adotado em toda a Província do Rio de Janeiro e na fala do Vice presidente este seria possivelmente um dos motivos de tantos atrasos em relação ao ingresso de meninos e meninas as escolas públicas.

Quando analisamos as idades apresentadas no quadro estatístico, percebemos que o maior grupo de alunos são aqueles entre as idades entre nove e onze anos de idade, sendo que entre os doze e quinze anos os números caem consideravelmente, começam em uma escala crescente a partir dos seis anos e crescem entre nove e onze anos. Esta estatística pode nos guiar para várias interpretações, preferimos acreditar que entre nove e doze anos os meninos seguiam para as escolas, aprendiam o ler, escrever, crer e contar, os mais abastados seguiam para as capitais e os demais seguiam para o

---

<sup>70</sup> Segundo Faria Filho (2007, p.100), o professor de ensino mútuo de Ouro Preto Herculano Ferreira Penna pediu esclarecimentos ao Conselho da Província sobre como daria premiações aos alunos mais aplicados e que apresentavam bom comportamento, como ainda solicita os instrumentos a serem aplicados para castigo dos que não apresentavam bom comportamento e bom aproveitamento as aulas. Em Ouro Preto em 1829 foi publicado um pequeno livro sob o título “*Castigos Lancasterianos*”.

trabalho junto às suas famílias ou junto aos seus patrões. Além disso, outra queixa era a quantidade de tempo que o aluno passava na escola, alguns cerca de 4 ou 5 anos sem aproveitamento, podemos assim perceber que a otimização do tempo não era preocupação apenas das escolas e professores, mas também os pais estariam preocupados com o tempo gasto com a instrução, principalmente daqueles que apresentavam certas dificuldades.

Ao nos debruçarmos sobre o número de escolas para meninas, constatamos que havia uma quantidade bem menor de escolas em todo o Império, em Iguassu encontramos uma escola em exercício, com meninas em idades entre 06 e 13 anos e podemos perceber que o ingresso de meninas se deu em idade mais tenra do que a maioria dos meninos, contudo o número de meninas com idade acima de 12 anos era quase nulo.

A criação de mais escolas para meninas em Iguassu parece ter atravessado dificuldades, segundo os documentos oficiais analisados até então, encontraremos além da criada em Piedade do Iguassu como veremos a seguir, a escola para meninas na Freguesia de São João Batista de Merity em 1856, embora pelas fontes seja possível compreender que se tratou de uma escola particular subvencionada ao Governo, dirigida por uma professora da família do professor da escola pública e a escola pública feminina que foi criada meses depois, no mesmo ano. Encontramos dois pareceres contrários a criação de escolas públicas femininas em Marapicú e em Jacutinga no ano de 1860<sup>71</sup>.

A tentativa de análise dos perfis de cada escola, seguindo as fontes disponíveis, figura-se em uma tentativa de compreendermos quem serão afinal estes meninos e meninas.

#### **4.1– Piedade do Iguassu: as escolas da visibilidade**

Formando-se a primeira povoação em lugar mais conveniente do rio, onde embarcavam e desembarcavam mercadorias, começou a ser, por isso mesmo, procurada não somente pelos lavradores locais como pelos que desciam terra acima, pela serra do Tinguá. Com tal incipiente comércio cresceu o povoado, onde se estabeleceram as casas de residência, ranchos e pequenos armazéns para depósito das mercadorias que iam para o Rio de Janeiro ou dele eram transportadas para ali (FORTE, 1933, p.06).

---

<sup>71</sup> Relatório Provincial do ano de 1860. Disponível em [www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u848/000100.html](http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u848/000100.html)

O fragmento de Matoso Maia Forte, nos Anais da Comemoração de Cem anos da Fundação da Vila Iguassuana, releva não só a formação como também o perfil dos possíveis moradores e daqueles que circulavam pela Freguesia de Piedade.

Um aspecto importante na história iguassuana é que esta região configurou-se neste período como *região de passagem*, seja a passagem de ouro e de especiarias para a Corte e o Império, seja passagem de viajantes, como também de moradores, pois poucas casas estavam localizadas no centro da vila<sup>72</sup>, mas em seus arredores nas fazendas e pequenas propriedades de trabalhadores, tropeiros e libertos<sup>73</sup>.

A escolha para que Piedade do Iguassu se tornasse à sede municipal se efetivou devido às questões econômicas, políticas e familiares. Em 1836, sob o Comando de um próspero Comerciante local, Francisco José Soares de Souza, aliado ao Presidente Provincial Paulino José Soares de Souza, retoma as atividades como município.

Esta aliança pôde ser analisada em fragmento de uma carta enviada a Presidência provincial na ocasião da Declaração de Maioridade de Dom Pedro II:

Em 29 de Julho de 1840, chegou a Câmara Municipal de Iguassú o Decreto Oficial de 25 do corrente, onde declara que a Assembléia Legislativa declarou Dom Pedro II em Maioridade, tendo no dia 23 do corrente o mesmo declarado juramento ordenado com Artigo 103 da Constituição. Foram dados nas janelas da Câmara três vivas pelo Vereador Andrade e decretado que as casas da villa ficariam iluminadas por três noites. Todos os juizes de paz deveriam fazer decretos em seus distritos. FRANCISCO JOSÉ SOARES DE SOUZA<sup>74</sup>.

Por meio deste documento percebemos a sintonia política entre a Presidência Provincial e os dirigentes da Comuna Iguassuana, a história política brasileira mostra a importância e os interesses envolvidos nessas alianças. A Historiografia da Educação brasileira tem demonstrado que esses envolvimento e tramas foram decisivos para os caminhos e rumos que a educação trilhou. Em Iguassu aconteceu da mesma maneira, o processo de disseminação de escolas esteve atrelado aos interesses políticos, econômicos e sociais dos seus dirigentes.

---

<sup>72</sup> A administração das Vilas ficava a cargo dos edis, vereadores que compunham as Câmaras Municipais, cujas delimitações das ações dos moradores eram feitas através do Código de Posturas, um Conjunto de Leis locais que visavam à regulamentação da vida social e do poder público no âmbito dos domínios da Vila. (Bezerra, 2008, p.49).

<sup>73</sup> Esta discussão será estendida no capítulo referente aos alunos iguassuanos.

<sup>74</sup> Arquivo Nacional, Doc. IJJ 621- Série Codes.

No ano de 1837, encontramos no Relatório Provincial o registro do decreto da criação da escola pública iguassuana de primeiras letras para meninos, ou seja, dois anos após a instauração de sua municipalidade. A escola pública neste período representa o marco da chegada da municipalidade, da modernidade e da civilização. A ausência de qualquer informação anterior nos documentos oficiais governamentais sobre outras escolas em funcionamento ou que deixaram de funcionar, para nós representa uma possível ruptura com o modelo anterior, este é um marco de instauração de um novo modelo, uma nova era, uma nova modalidade de escola.

Todavia, essa escola fica um ano sem receber o professor para a posse da então recém criada cadeira, pois segundo o Presidente Provincial Paulino de Souza, havia a resistência de candidatos “habilitados” em seguirem para a região<sup>75</sup>. A condição de candidatos habilitados era imprescindível para este modelo educacional, principalmente depois que esse Presidente criou a Escola Normal de Niterói e segundo ele um professor não poderia exercer o Magistério apenas com a experiência adquirida, mas sim por meio da formação. Outro aspecto que destacamos era a aparente resistência dos pais em enviar os filhos às escolas das regiões distantes dos grandes centros. Nesse momento procurava-se programar a educação fornecida por um professor treinado e habilitado que representava o Governo, ou seja, o mundo público, a civilidade para intervir no Governo da Casa, do mundo privado. Os filhos seriam o caminho para a civilização dos pais, a contenção das Revoltas e da ignorância.

Então, em 22 de novembro de 1838, é inaugurada a escola iguassuana de primeiras letras para meninos sob a regência do professor recém-formado na Escola Normal de Niterói, Antonio Inocêncio Furtado de Mendonça. Segundo os documentos oficiais, foi formado juntamente com Antônio Inocêncio um total de 10 professores que seguiram para sete localidades que estavam sem professor em exercício<sup>76</sup>, sendo que segundo o mesmo relatório, dessas escolas, Iguassu é a que contará inicialmente com o menor número de alunos: cerca de 09.

Paulino Jose de Souza fornece uma explicação para justificar o “pequeno” contingente de alunos:

A disseminação de nossa população por um território extenso, em grandes distâncias, a maior parte de nossas vilas e povoados tem uma população diminuta e o restante se derrama em fazendas e

---

<sup>75</sup> A resistência dos candidatos em seguirem para Iguassú pode ser atribuída a alguns fatores: a distância da Corte Imperial, o difícil acesso a região, as febres de cólera freqüentes e o medo de insurreições.

<sup>76</sup> As localidades foram as seguintes: Iguassú, Santo Antonio de Sá, São João da Barra, Nova Friburgo, Resende, São João do Príncipe e Barra Mansa.

estabelecimentos rurais, os pais não tendo na vila quem receba em “casa” seus filhos deixam-os entregues a ignorância ou na mão de charlatões que ensinam mal seus filhos. (Relatório Provincial do Rio de Janeiro- ano de 1838).

Os charlatões a quem o Presidente Provincial se refere podem ser um dos reflexos da realidade educacional iguassuana: um grande número de “curiosos” envolvidos no magistério, sem qualquer formação. Alguns desses professores eram curiosos que sem qualquer habilitação, formação e experiência, ajudados e amparados pela diminuta fiscalização governamental<sup>77</sup>, ofereciam seus serviços aos pais, ensinando em suas próprias casas ou seguindo pelas fazendas em torno. Houve ainda um número relativo de queixas contra os “estrangeiros” que lecionavam ou ainda abriam escolas, que segundo alguns documentos, tentavam impor sua língua e o uso de seus compêndios em escolas brasileiras.

Na documentação encontrada não foi possível levantar dados a cerca da origem de Antonio Inocêncio. Podemos acompanhar sua trajetória nesta escola até o ano de 1850, quando é substituído por Luiz Antonio de Souza, deixando a escola com 39 alunos.

Piedade do Iguassu, como sede municipal recebeu ainda a primeira escola pública para meninas na região. A escola começa a funcionar no ano de 1841, tendo como mestra a Professora Francisca de Paula Adelaide de Moura.

Ao contrário de Antônio Inocêncio, Francisca de Paula Adelaide ganha destaque nos anais da história iguassuana, seu nome foi lembrado pelos memorialistas regionais. Sua trajetória aparece nos relatórios provinciais até os primeiros anos da década de 1850, quando, em 1855, a cadeira para a instrução de meninas em Piedade aparece vaga. Obtivemos a informação que essa mestra não ensinou apenas meninas, Francisco Elói dos Santos Andrade, médico nascido na região no ano de 1842, ao publicar em 1868 seu livro, afirma nos agradecimentos ter sido aluno da referida professora.

---

<sup>77</sup> O serviço de fiscalização das escolas públicas e privadas ficava a cargo dos Inspectores Municipais de Instrução (Pasta Criada em 1836), estes inspetores recrutavam os Delegados que faziam as visitas nas escolas, trazendo os mapas de frequência e a prova do trabalho do professor. Nestes mapas estavam contidos os nomes, idades, filiação e a progressão da aprendizagem dos alunos. A falta da entrega dos mapas, bem como o diminuto número de alunos acarretava em desligamento do professor, fechamento da escola, o que fazia com que muitos professores criassem seus mecanismos para manterem-se nos cargos. Estes delegados também detectavam se havia escolas particulares em funcionamento sem a devida autorização. Por ser um serviço voluntário, por correrem grandes e perigosas distâncias, principalmente nos lugarejos longe dos grandes centros, havia a dificuldade em manter um delegado de instrução por muito tempo no cargo.

Partindo dessa afirmação, levantamos duas hipóteses: seria um arranjo para lidar com a falta de escolas e as grandes distâncias do local, talvez por tal motivo Francisca de Paula Adelaide seguia para as casas e fazendas da região para ensinar, ou mesmo uma estratégia para aumento salarial, ou então poderíamos considerar as duas hipóteses, contudo ambas reforçam os mecanismos de sobrevivência dos professores. No ano de 1848 segue para o departamento de Instrução da Província uma carta contendo a solicitação dos professores públicos Francisca Adelaide e Antonio Inocêncio acerca dos seus salários atrasados, ambos alegaram estar passando por sérias necessidades financeiras, estando ambos em situação de “miséria”<sup>78</sup>. Outro detalhe de grande importância na trajetória docente de Francisca de Paula Adelaide refere-se a sua formação, segundo os Relatórios Provinciais, no ano de 1842, ela recebeu seu ordenado no valor de 600\$000 por ter sua formação na Escola Normal de Niterói.

Em 1858, existe registro que Francisca de Paula Adelaide participou do processo de escolarização da cidade de Sabará, Minas Gerais. A pesquisadora Cecília Nascimento, 2010<sup>79</sup>, acompanhou o processo de chegada de Francisca de Paula Adelaide a esta cidade, bem como a sua trajetória enquanto professora e registra a sua morte nesta mesma cidade.

Essa professora deixa de ser mencionada nos Relatórios Provinciais do Rio de Janeiro em 1855, ano em que uma grande epidemia de Cólera Morbo atinge Iguassu e adjacências provocando o esvaziamento da vila. Seu deslocamento para Sabará pode estar ligado a este fato e também por conta da grande importância econômica dessa região, local de extração de minério.

De acordo com Nascimento (2010), Francisca de Paula Adelaide chegou a Sabará na condição de professora aposentada e no ano de 1858, recebeu a licença para ser professora substituta na escola pública para meninas daquela cidade. No ano seguinte recebeu a licença para ser professora interina e realizou exames para admissão. Segundo Nascimento (2010), seu processo de admissão pode ter sido dificultado pelo fato de não ser da região, pois em 1869 precisou fazer novos exames de aritmética. No ano de 1870, a professora então pede à aposentadoria que é concedida pelo Presidente da Província, neste mesmo ano faleceu, segundo o relato de Nascimento (2010).

Aos 28 de novembro de 1870 na Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo se sepultou D. Francisca de Paula Adelaide Moura,

---

<sup>78</sup> IHGNI – Caixa 03/ MS 0192.

<sup>79</sup> NASCIMENTO, Cecília Vieira do. Caminhos da Docência: Trajetórias de Mulheres Professoras em Sabará- Minas Gerais (1830-1904). Tese de Doutorado em Educação. UFMG, 2010.

professora jubilada na província do Rio de Janeiro, a qual faleceu de moléstia de peito na idade de sessenta e alguns anos, tendo recebido todos os sacramentos (...) (NASCIMENTO, 2010, p.110 ).

Após a sua saída de Iguassú, as notícias acerca da professora que assumiu esta cadeira são poucas, pois com a nova configuração do município a sede municipal será deslocada como também o número de moradores cairá drasticamente. Assume a escola a professora Maria Leopolda Thompsom, sendo a sua primeira aparição nos documentos oficiais no ano de 1865. No ano de 1866, a escola sob a regência desta professora contará com trinta e duas meninas matriculadas<sup>80</sup>.

#### 4.2- Jacutinga: a escola e o Quilombo

A Freguesia de Santo Antonio da Jacutinga estendia-se o território, para o norte, ao Morro Grande da Cava, próxima a atual estação de José Bulhões, dividindo-se aí com a de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú. Deste ponto central corria o limite pela margem meridional de Iguassú, buscando o rumo da fazenda de São Bento até chegar o porto dos Saveiros, exclusive, limitando-se com a Freguesia de N.S. do Pilar. A leste era banhado pela Guanabara e tinha ao sul a Freguesia de Meriti; a oeste de Marapicú ( FORTE, 1933, p.89).

De acordo com a descrição de Milliet de Santie- Adolphe<sup>81</sup>, ao visitar a Freguesia no ano de 1845, apesar de sua extensão territorial, Jacutinga era a Freguesia mais desfavorecida economicamente, tendo cerca de aproximadamente 3.600 habitantes, dentre estes figuravam lavradores de cana, mandioca, milho e café para o abastecimento interno e da Corte, alguns ainda trabalhavam nos engenhos, cerca de onze, em fábricas de destilar aguardentes e um número significativo de fazendeiros e comerciantes.

Outro destaque para a Freguesia de Jacutinga é o grande número de pretos e pardos livres em seu território, o segundo maior contingente da região, ficando atrás apenas da sede municipal.

A grande oportunidade de crescimento da Freguesia foi a presença da Estrada de Ferro D. Pedro II, na localidade chamada de Maxambomba, mas em 1862 Maxambomba ganha o status de sede da Freguesia. Destacamos também que a

<sup>80</sup> Disponível em [www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u845/00008.html](http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u845/00008.html)

<sup>81</sup> Botânico e Historiador Francês, escreveu o Dicionario Geographico do Império do Brazil em 1845.

Freguesia de Jacutinga abrigava um dos maiores Quilombos existente na história do Império Brasileiro no século XIX: o Quilombo do Bomba.

A geografia do Município, uma planície cercada por riachos e pântanos, contribuiu para a formação de quilombos. Desde os anos finais do século XVIII já eram conhecidos no Império rumores acerca da formação de comunidades quilombolas nestas terras, sendo o de maior destaque o Quilombo do BOMBA, havia também o Quilombo do GABRIEL e o Quilombo da ESTRELA<sup>82</sup>.

Gomes (2006) sintetiza estas relações:

Podemos ver em todas estas conexões e contatos entre quilombolas, cativos, taberneiros, que também podiam envolver caixeiros-viajantes, mascates, lavradores, agregados, arrendatários, fazendeiros, e até mesmo autoridades locais (muitas das quais proprietárias de fazendas), bem mais do que um simples negócio baseado apenas em uma relação econômica (...) era um verdadeiro campo negro no qual as ações dos variados agentes históricos envolvidos tinha lógicas próprias, inter cruzando solidariedades e conflitos (GOMES, 2006, p.75).

Outra rede de relações em Iguassu é apontada por Gomes (2006)<sup>83</sup>: a dos quilombolas e os monges beneditinos. Os monges beneditinos possuíam uma grande quantidade de terras na região desde o século XVII. Neste período os beneditinos foram denunciados como um dos grupos que se relacionavam com os quilombolas que provavelmente se escondiam nas senzalas dos monges beneditinos durante as excursões dos policiais da Corte.

O circular de pretos e pardos, libertos ou quilombolas, em Jacutinga possibilitou a aplicação de políticas governamentais, em momentos históricos distintos, nessa região, inclusive no que tange a instituição da escola pública.

Uma tentativa para a implantação de uma escola pública de primeiras letras para meninos em Jacutinga é feita no ano de 1848, de acordo com a data da documentação e alguns detalhes estão descritos no fragmento a seguir:

(...) Carta de José D Costa Azevedo a Luiz Pedreira do Couto Ferraz: peço a inclusão de José Correa Vasquez de Souza como professor interino da escola pública de Jacutinga, escola que foi criada por Decreto em 27 de abril de 1832, deixando de existir por Decreto Presidencial em 20 de maio de 1837.

<sup>82</sup> O quilombo do Bomba ganhou este nome por estar nas terras de Maxambomba. O quilombo do Gabriel por estar próximo ao riacho do mesmo nome que era afluente do Rio Iguassu e o Quilombo da Estrela por estar nos territórios do município de Estrela.

<sup>83</sup> GOMES, Flávio dos Santos. História de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, Século XIX. Edição Revista e ampliada- São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Havendo pelo menos três escolas que devem ser fechadas quando uma cadeira poderá ser transferida para Jacutinga<sup>84</sup>.

Embora tenha havido esta iniciativa, esta cadeira não foi estabelecida. Mas um dado de muita importância pode ser destacado neste fragmento que é referente à escola criada em 1832, um ano antes da municipalização desta região, bem como o seu fechamento no ano de 1837, este fechamento, por exemplo, pode estar relacionado ao número de alunos na escola.

Podemos fazer ligações deste ato com o estabelecimento da Lei Provincial de 1837, que veio a reorganizar o ensino após a instituição do Ato Adicional de 1834, esta Lei Provincial estabeleceu, segundo Gondra e Schueler (2008), os princípios fundamentais da instrução primária e secundária, delimitando os currículos para as escolas de meninos e meninas, o recrutamento do magistério, os livros e os compêndios a serem utilizados, entre outros.

No ano de 1851, é estabelecida a primeira escola pública de primeiras letras para meninos em Jacutinga. Esta escola sob a regência do professor Antonio Jozé dos Santos contará com o menor número de alunos da região, cerca de 23 meninos.

Antonio Jozé dos Santos foi professor particular e candidatou-se a esta cadeira devido aos atributos adquiridos pela sua experiência na prática. Morador da Freguesia, não seguiu por muito tempo nesta função, abandonou o cargo em 1853.

Nas fontes disponíveis, foi possível achar a carta de exoneração desse professor:

Exonero a Antonio Jozé dos Santos do emprego de professor interino de primeiras letras da Freguesia de Santo Antonio da Jacutinga do Município de Iguassu, por haver desamparado a sua cadeira, segundo me representou o inspetor geral de escolas em officio 379 de 22 de outubro corrente. Palácio do Governo da Província do Rio de Janeiro. 16 de Dezembro de 1852. Luiz Pedreira do Couto Ferraz<sup>85</sup>.

Não ficam claros os motivos pelos quais o professor “desamparou”<sup>86</sup> a sua cadeira. Aliás, esta cadeira fica vaga ainda mais duas vezes na década de 50 dos oitocentos. O professor foi substituído por José Thomaz da Cruz Pereira, também morador da região e professor “particular”.

Uma particularidade em Jacutinga era o número de iniciativas particulares, cerca de quatro, e todas estas funcionavam de forma legalizada, ou seja, funcionavam com a

<sup>84</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro. Fundo PP. 0215. Maço 02. Caixa 0076- P. 123. Ano 1848.

<sup>85</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro. Fundo PP. 0219. Inventário Map1.

<sup>86</sup> O termo “desamparou” neste caso aplica-se como “abandono”. O termo abandono nos remete a idéia de desamparo, e ainda divindade, missão sublime em que se colocava o magistério e o professor.

permissão da Diretoria de Instrução. Foram os professores das escolas/iniciativas particulares na região: Antonio Pimenta de Sampaio Moraes, Francisco Manoel da Costa e Sá, Luiz João da Fonseca e Luiz Lobo de Alarcão, ( PEIXOTO, 1969). Podemos constatar que o número de alunos matriculados em Jacutinga não apresentou crescimento como nas demais Freguesias estudadas. No ano de 1865, encontramos o professor José Thomaz da Cruz Pereira com 10 alunos matriculados e destes nenhum foi aprovado nos exames oficiais<sup>87</sup>.

Percebemos, durante a pesquisa, que há um silêncio nas fontes acerca da escola estatal em Jacutinga, todavia, este número de iniciativas particulares nesta região pode ser a resposta que procuramos obter. Intuímos que existiam escolas particulares para solucionar um déficit governamental de escolas públicas estatais e também que essas escolas particulares apresentavam uma certa especificidade em “terras de pretos”.

#### 4.3 – Marapicú: as escolas e a Igreja

A Freguesia Iguassuana de Marapicú era o berço da família Azeredo Coutinho, família que gozava de prestígio na Corte, e até mesmo na Europa. Sua primeira escola pública de primeiras letras foi instalada em 1849. Esta Freguesia era considerada a mais religiosa de todas as Freguesias iguassuanas, por centralizar todas as suas atividades em torno da sua Paróquia.

A vida religiosa desta Freguesia era muito intensa, de modo que todas as suas ações se davam em nome do Império e da Igreja Católica, além de sua capela existiram ainda duas irmandades, oratórios, e seus moradores influenciaram, no século XVIII, a construção da Igreja e do Convento de Santa Tereza.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> Consideramos um número pequeno dos alunos matriculados em Jacutinga em relação ao número apresentado pelas demais Freguesias. Iguassú sede terá em 1865 como professor Gabriel Ferreira Franco com 57 alunos matriculados e destes 11 foram aprovados nos exames oficiais. Na escola para meninas, Maria Leopolda Thompsom com 32 meninas e destas 06 foram aprovadas nos exames oficiais. Em Marapicú, o professor Antonio Joaquim Fontes com 28 alunos matriculados e nenhuma aprovação, em Merity Augusto Barreto com 28 alunos matriculados e 04 aprovações e na escola para meninas Engrácia Flávia M. Dias com 13 meninas matriculadas e 04 aprovações. Nas Freguesias com maior expressão no terreno particular teremos os menores índices de matriculados: Jacutinga, Marapicú e Merity escola de meninas. Disponível em : [www.brazil.cr1.edu/bsd/bsd/u845/00008.html](http://www.brazil.cr1.edu/bsd/bsd/u845/00008.html)

<sup>8888</sup> Peres (2008, p.23), relata que as irmãs Francisca e Jacinta de Lemos Pereira, moradoras do Engenho de Marapicú, ao voltarem para casa vindo de um ofício divino, viram na Rua Matacavalos, hoje Rua do Riachuelo no Centro do Rio de Janeiro, uma chácara chamada Bica, que tinha no centro do terreno uma casa em ruínas, quando resolveram pedir ao seu tio materno Manoel Pereira Ramos para comprarem as terras para que pudessem cumprir seus votos.

A Família Azeredo Coutinho contava com seus descendentes distribuídos por outras Províncias Brasileiras, especialmente em Minas Gerais. Alguns de seus membros se dedicaram à vida religiosa, a vida política e a docência<sup>89</sup>. O mais conhecido foi Dom Fernando de Lemos Azeredo Coutinho<sup>90</sup>, que foi levado de Marapicú para Portugal aos 09 anos de idade e na vida adulta trabalhou junto ao Marques de Pombal e colaborou com a Reforma Pombalina.

Domingos Jose Claro, participante ativo da política local, pede para ser nomeado professor da escola pública em 07 de outubro de 1848. Os documentos que apresenta são um atestado de boa conduta emitido pelo então pároco da região e outro do juiz de paz da freguesia atestando ter ele votado nas duas últimas eleições. O parecer emitido pela então Diretoria de Instrução Primária da Província é que o candidato seja submetido a um exame de ortografia prática, leitura corrida, prática das quatro primeiras operações aritméticas, gramática elementar, língua materna, catecismo da religião do Estado<sup>91</sup>.

No ano de 1849, após sua posse como professor interino da escola pública de Marapicú, outro requerimento é enviado por Domingos José Claro para a Diretoria de Instrução Primaria, desta vez refere-se a um pedido para transferência de endereço da escola:

A escola pública de Marapicú estava em uma casinha de 15 palmos de frente e 25 de comprimento, por isso o substituto do inspetor de escolas da paróquia Luiz José de Vargas Dantas, arrendou por 20\$ uma casa de propriedade do professor da escola Domingos José Claro, feito o pedido em novembro de 1848, disse não haver inconveniente. A nova casa estava a 300 braças de distância da matriz e foi exigido:

1- Se havia dentro do arraial alguma casa suficiente para servir de escola.

2- Se as circunvizinhanças do professor ofereciam a escola maior freqüência do que se estivesse no arraial e suas circunvizinhanças.

Não houve resposta, mas houve a mudança, sendo então tais condições:

1- A diminuição do aluguel para 15\$.

2- Sendo o proprietário obrigado a forrar a sala da escola e a envidraçar as janelas.

3- Não pode elevar o preço ou despejar a casa, avisando com três meses de antecedência.

<sup>89</sup> Em Nascimento (2010), é possível encontrar professores da família Azeredo Coutinho exercendo o Magistério em Sabará, Minas Gerais no século XIX. Na política da Província, Azeredo Coutinho foi presidente provincial em 1847, e na vida religiosa, além de Dom Fernando de Lemos outros também seguiram a fé, para cada geração era feito um padre.

<sup>90</sup> Nascido em Marapicú no ano de 1735, falece em Coimbra em 1822 como o 17 Conde de Arganil e como o 52 Bispo de Coimbra.

<sup>91</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro. CÓDICE 0841- CARGOS À INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### 4- O aluguel corre a partir de 01 de Agosto de 1849<sup>92</sup>.

Em 1852, o professor Domingos José Claro pede sua exoneração e assume o cargo de juiz de paz da freguesia. Destacamos que a localização da escola pública, desde o seu nascimento foi motivo de constantes debates e reclamações; o que nos aparenta ser apenas um esforço de mudança para que a escola pudesse ter um número maior de alunos, a luta para alcançar maior número de estudantes, pode ter sido uma “queda de braços” entre os envolvidos na questão. As relações de poder permeiam tal questão, ao ponto de através das fontes disponíveis podermos detectar a constante troca de professores na cadeira pública através dos anos. O pedido de saída do professor seguido de sua entrada para um cargo público e político pode nos apontar não simplesmente uma tentativa de melhoria salarial, como visto em outros perfis magisteriais no mesmo município, mas um modo de arranjos de poder. Percebemos que aqueles que tiveram seus interesses defendidos pelas autoridades eram pessoas cujo perfil e grau de relações melhor se encaixavam ao padrão de conduta estabelecido pelas autoridades locais.

Segundo o trabalho de Peixoto (1969, p. 31), a freguesia de Marapicú contava com um bom número de escolas de iniciativas particulares, sendo três oficiais, seus professores eram: Antônio José Américo, José Caetano de Almeida e Silva e Januário da Costa Corte.

Como visto no capítulo anterior, o campo de disputa no âmbito escolar nesta Freguesia atravessou conflitos e instabilidades, não só na questão de escola pública e privada, como também nas questões políticas e sociais.

#### **4.4- Merity: a escola da Experiência**

Merity é provavelmente, corruptela do nome de uma palmeira conhecida pelos indígenas com o nome de “mbititi” e depois “buriti”. (FORTE, 1933.p. 45)

---

<sup>92</sup> Idem.

A freguesia de Merity, das terras iguassuanas, foi a de mais proximidade com a Corte e uma das que mais se desenvolveu no princípio da Colonização, no seu território estavam grandes engenhos e mansões.

A escola de primeiras letras para meninos em Merity é “criada”, segundo os relatórios provinciais, em 1851. Nas fontes disponíveis, podemos encontrar as petições referentes ao provimento de algumas cadeiras de Municípios e Freguesias da Província do Rio de Janeiro<sup>93</sup>, dentre as quais encontrava-se a petição de um pretendente para a recém criada cadeira de Merity ou ainda para a substituição em Marapicú.

Segue abaixo a reprodução do quadro feito pelo Diretor Geral de Instrução da Província do Rio de Janeiro em exercício, em 18 de setembro de 1848, Diretor José da Costa Azevedo:

#### QUADRO XII- Mapa de Admissão de Augusto da Costa Barreto

| Pretendente:  | Escola Pretendida :   | Provas de Moralidade:  | Provas Suficientes de Instrução:  | Informação:  |
|---|---|--|---|--|
| <i>Augusto da Costa Barreto. Capitão Reformado do Exército.</i> | <i>São João de Merity (Ainda não criada) e a de Marapicú para a qual pode ser nomeado professor interino.</i> | <i>Bons atestados. Hum deles assinados por 45 comparocianos e merece especial leitura.</i> | <i>Ofício em cumprimento da Câmara Municipal de Iguassu designou no ano de 1834 o fiscal da Parochia de São João de Merity acerca da escola particular, que ele ainda conserva aberta. A leitura desse officio faz somar interesse.</i> | <i>Por ser avançado em idade ser-lhe-á penoso vir aqui fazer as provas de suficiência para a sua instrução para o magistério interno. A prática do magistério particular a que ele tem dado por tantos anos, a este parte de um bom raciocínio para o magistério interno nas escolas públicas.</i> |

FONTE: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP. 0215- Inventário

MAP1- Gav. 02. Diretor José da Costa Azevedo.

<sup>93</sup> Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0215- Inventário Map1. Gav.02.

O pretendente em questão, Capitão Reformado do Exército, Augusto da Costa Barreto, candidata-se a uma vaga para professor público de primeiras letras. Nesse período histórico encontram-se abertas vagas para as cadeiras de Merity e de Marapicú. A família Augusto Barreto era grande detentora de terras na região de Merity, o que nos leva a supor que o pretendente era morador da região, por conta dos serviços prestados particularmente e pelo número de assinaturas que arrecada atestando a sua capacidade, experiência e moralidade, que segundo o diretor de instrução deveriam ser levadas em consideração.

Algumas pistas são deixadas pelas fontes que nos elucidam a cerca da instrução nesse período, nessa localidade. A primeira delas é o fato de que o Professor Augusto da Costa Barreto mesmo já exercendo particularmente a docência e tendo uma idade avançada pretende ingressar no magistério público, mas mantendo a escola particular em funcionamento. Destacamos um fenômeno que observamos nesse período: a dupla militância dos professores era freqüente e ainda os arranjos locais que os mesmos faziam em suas respectivas comunidades. Outro aspecto que destacamos é que, de acordo com o Diretor de Instrução, Augusto da Costa Barreto por ter idade avançada não precisaria fazer os exames de admissão, sendo a sua experiência o bastante para comprovar seu “raciocínio”, revelando-nos a possível admissão pela experiência adquirida ao longo dos anos exercendo particularmente o magistério.

O professor Augusto da Costa Barreto é admitido no cargo de professor interino na escola pública de primeiras letras para meninos em Merity, no ano de 1851. A escola passa a funcionar com 40 alunos distribuídos entre 05 e 15 anos de idade, configurando o maior número de alunos do município iguassuano, não foi possível desvendar se o mesmo trouxe consigo os alunos outrora matriculados na escola particular ou, se devido a sua experiência e conhecimento, atraiu um número de matrícula muito significativo.

Mesmo assumindo a cadeira pública para meninos a família de Costa Barreto se mantém no circuito de escolas particulares em Merity. No ano de 1855, a esposa Maria Augusta da Costa Barreto envia um ofício pedindo licença para lecionar particularmente em uma escola para meninas em Merity, recebe então a resposta vinda da Diretoria Geral de Instrução Primária:

Licença Para abrir Collegio e Leccionar Particularmente:

O presidente da província atende ao requerimento de Maria Augusta da Costa Barreto e a dispensa da prova de capacidade do Artigo 107 do Regulamento de 14 de Dezembro de 1849 da prova de capacidade e concede licença para abrir uma escola particular de instrução primaria na Parochia de São João de Merity.

19 de abril de 1855- Luiz Antonio Barbosa<sup>94</sup>.

Através desta fonte podemos perceber que a professora possuía experiência no magistério particular, pois foi isenta dos exames de capacidade.

A família Costa Barreto parece gozar de alguns privilégios referentes ao exercício do magistério e da prestação de contas pelo serviço. Ao contrário dos professores de outras Freguesias iguassuanas, Augusto da Costa Barreto permanece a frente da escola de Merity ainda na década de 1860, no ano de 1862, encontramos um ofício com o pedido do professor Augusto à mesa de instrução:

Augusto da Costa Barreto exerceu por 18 anos o magistério particular e por 10 anos o público com notório aproveitamento das infâncias, pede promoção para a cadeira na escola de Vassouras que se encontra vaga, o pedinte não sabe se tem como ir para esta classe, mas vendo muitos colegas com menos serviços serem promovidos pede que seja escolhido. 19 de Fevereiro de 1862<sup>95</sup>.

O professor Augusto da Costa Barreto tentando se valer de seus anos de experiência pede a transferência para a cadeira que se encontra vaga em Vassouras, sendo que a escola de Vassouras era uma escola de terceira classe e o professor Augusto um professor de escolas de primeira classe. Ele ainda tenta argumentar em seu pedido, neste caso já transcrito pela mesa diretora, de que muitos com menos tempo de magistério conseguiram a transferência. Tal pedido pode se tratar de um arranjo por conta de uma remuneração maior, pois os professores de escolas de terceira classe recebiam um ordenado maior.

A resposta da mesa diretora veio no mesmo ofício:

O peticionário exerceo o magistério particularmente desde 1833 até 09 de setembro de 1851 ano em que foi nomeado professor público interino da Parochia de Merity , a 11 de agosto de 1852 foi nomeado professor efectivo e 12 de junho de 1857 foi declarado vitalício: por decreto da Assembléa Provincial de número 1204 foi ordenado que se lhe contasse a antiguidade desde 1833, tem pois mais de 28 anos de serviço. Seu procedimento e seu zelo são afiançados pelo inspector parochial, funcionário digno de toda confiança, nos exames de setembro passado cinco dos seus alunos foram aprovados: tem sido proposto pelo conselho de instrução seis vezes para a segunda classe e duas vezes para a primeira, sendo a escola de Vassouras de terceira classe e o funcionário de primeira classe, não pode em conformidade com o Regulamento Vigente<sup>96</sup>.

<sup>94</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0879. Concessão de Licenças para Escolas Particulares (1855).

<sup>95</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0219. Exames de Seleção para a escola Normal.

<sup>96</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP-0219. Exames de Seleção Para a Escola Normal.

O referido professor continuou o exercício da profissão docente em Merity até os idos de 1865.

Foram encontrados nos relatórios provinciais a afirmação acerca da cadeira para a escola pública para meninas a documentação refere-se ao exame de capacidades das alunas, a professora Engrácia Flávia de Macedo Dias com cerca de 13 meninas matriculadas e quatro meninas aprovadas nos exames<sup>97</sup>. As fontes documentais não nos oferecem mais dados acerca desta professora, porém foi possível constatar que a sua atuação nesta escola se deu até idos da década de setenta do oitocentos.

#### **4.5- As febres, a estrada de Ferro e o esvaziamento da sede municipal : novos arranjos educacionais**

As febres de cólera eram freqüentes nas terras do recôncavo da Guanabara, principalmente em Iguassú. Entre os anos de 1829 e 1835, a região foi acometida por febres sinalizadas pelos médicos sanitaristas como febres intermitentes<sup>98</sup>.

De todos os surtos, as febres intermitentes foram as que mobilizaram as sociedades médicas existentes na época, provocando estudos e missões médicas a fim de orientação da população. Todavia, um dos grandes fatores de contágio era exatamente a localização geográfica dos lugares afetados. As regiões pantanosas, propensas a alagamentos, os brejos e lugares de grande calor.

De modo que, exatamente a população mais pobre era a mais afetada por tais febres, uma vez que estavam geralmente nos lugares mais distantes e propensos a alagamentos freqüentes, logo, podemos pensar nos brancos, pretos e pardos pobres, livres ou escravos como sendo o grupo de maiores infectados pelas febres. De tal modo, que na Província do Rio de Janeiro, as febres foram designadas como doenças de pretos.

Nas fontes documentais, no ano de 1855, encontramos um mapa de vacinação da Província do Rio de Janeiro, elaborado pelo Doutor José Francisco Fougnet, diretor de vacinação da Província, onde o mesmo relata que o município iguassuano não recebeu os vacinadores que deveriam ter seguido para a vacinação da população local<sup>99</sup>.

---

<sup>97</sup> [www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u845/00008.html](http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u845/00008.html). Consultado em Dezembro de 2011.

<sup>98</sup> As demais regiões acometidas por estas febres foram Macacú, Irajá e Magé que também compunha a região guanabarina.

<sup>99</sup> Disponível em [www.brazil.cr.edu/bsd/bsd/831/00014.html](http://www.brazil.cr.edu/bsd/bsd/831/00014.html)

Não podemos afirmar ser esta uma constante, contudo, no mesmo ano a região é acometida do maior surto de febre registrado pela história nesta região.

Peixoto (1969, p. 80), descreve que a febre matou cerca de 60 escravos que eram remadores nos rios da região, contaminando e assustando toda a população.

Neste período a região guanabarina desfrutava de uma visibilidade na área comercial e econômica, principalmente enquanto região de passagem que facilitaria o acesso às demais regiões da Província e do Império. Dois projetos para a criação de uma estrada de Ferro que ligasse o Rio de Janeiro às Capitais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia foram elaborados, sendo o primeiro no ano de 1840, que não foi concretizado<sup>100</sup>.

Após seis anos, outro projeto foi planejado, todavia, fracassou, pois como o anterior não foi efetivado. Apesar das tentativas de implantação de tais projetos, na prática, o município iguassuano começa sofrer uma crise no sistema de transporte da sua produção de café, pois sobravam rios e faltavam estradas para o escoamento do produto, fazendo com que as vias de circulação fossem desviadas, provocando o crescimento do seu entorno e de outras Vilas e Freguesias.

Oliveira (2007, p.135) destaca que o fracasso dos projetos anteriores deveu-se à estrutura escravocrata, pois após 1850, a partir da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz que extingue o tráfico negreiro, o capital que antes era destinado ao tráfico negreiro financiaria as construções.

Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, iniciou a construção de uma ferrovia que ganhou subvenção governamental em 1852, uma linha férrea interligando a Corte ao Vale do Paraíba do Sul. A inauguração deu-se em 1854, interligando as margens da baía de Guanabara as Serras de Petrópolis. O rio Iguassu passou a sofrer diminuição do volume de água devido ao desmatamento feito na Serra do Tinguá, isto faz com que o porto de Estrela ganhe o status de rota comercial, além de facilitar o acesso à Zona Central do Vale da Paraíba. O rio Iguassu passa a não ser mais utilizado, assim aliado as febres, começa o processo de esvaziamento da vila iguassuana.

Tal esvaziamento se deu de forma gradativa e contínua, pois com a instalação da Estrada de Ferro Dom Pedro II e o esvaziamento inicial provocado pela febre, o entorno da ferrovia foi recebendo um grande número de moradores.

---

<sup>100</sup> O primeiro projeto fora assinado pelo Visconde de Baependy, pela Lei 192/22 de 1840.

A construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II foi iniciada no ano de 1855, sendo a sua inauguração em 29 de março de 1858. A construção de uma ferrovia de grande porte para este período histórico, significou um grande avanço no sentido de transporte e otimização de tempo entre os espaços de deslocamento tanto de moradores quanto de mercadorias, além de trazer a modernidade e a criação de novos caminhos, estradas, lugares e comércios. Foram inauguradas as estações: Aclamação (atual Central do Brasil), Cascadura, Venda Grande (atual Engenho Novo), Maxambomba (Atual Nova Iguaçu, na realidade Maxambomba estava próximo à então Freguesia de Jacutinga) e Queimados<sup>101</sup>.

A localização das escolas públicas e particulares também apresentará modificações, seguindo a trajetória da ferrovia, uma vez que esta não chegará a então capital da vila Piedade do Iguassú. Essa mudança efetivou o esvaziamento dessa vila, de modo que no ano de 1869, a sede municipal passa a ser Maxambomba, nos limites de Jacutinga.

Com o surgimento de novas pequenas localidades, novas escolas surgem formando um mosaico educacional, o que não significou maiores investimentos na área.

Em uma tentativa de voltar aos tempos áureos de capital, Piedade do Iguassú decreta no ano de 1855, logo após o surto de febre, a criação da freguesia de Santana das Palmeiras, no caminho do Comércio, em uma plataforma no meio da serra de Tinguá, uma pequena população com cerca de 527 habitantes livres e 1.426 escravos, com um total de 227 casas. Em 1868, aparecem duas escolas públicas de primeiras letras, uma para meninos e outra para meninas, no entanto não foram encontrados os nomes dos professores designados para a função. Um mapa escolar datado do ano de 1883 foi analisado por Peres (2004), onde o professor José Antônio de Barros registra que o estabelecimento em que se encontrava a escola pública era estabelecido por um cômodo para a escola e para a família do professor, sala de aula e um quarto para cabide, talhas e acessórios, mais uma sala, três quartos, varanda de jantar, cozinha para

---

<sup>101</sup> Algumas curiosidades podem ser destacadas acerca da origem do nome da localidade Queimados. Uma das versões conta que o Imperador Pedro II desembarcou com sua comitiva na localidade e fez um pronunciamento agradecendo as homenagens que recebera da população, perguntou qual era o nome do local e ninguém soube responder, pois o local ainda não havia sido batizado. Observando uma “queimada”, denominou o lugar como Queimados. Outra versão é acerca do hospital de lázaros que havia na localidade chamada Santa Efigenia, um casarão doado para cuidar dos leprosos que ao morrerem eram ali incinerados, além do nome Queimados teria dado nome também a Estrada do Lazareto que fica próxima a estação de trem. Uma outra versão se refere a vinda de 2000 chineses para trabalhar na ferrovia no trecho mais difícil da estrada entre Queimados e Belém ( atual Japeri). Mergulhados nos pântanos provocados pelas cheias dos rios, os chineses foram acometidos pelas febres, os que morriam eram queimados de acordo com a tradição chinesa e isto era feito nos trechos finais da ferrovia.

vivenda do professor e sua família. Continua sua narrativa afirmando que a escola para meninos mais próxima à sua estava a cerca de 09 quilômetros de distância, não havendo em sua freguesia outra escola, nem mesmo particulares e a escola para meninas estava fechada. O professor registra que o mobiliário era péssimo, seis alunos freqüentavam as suas aulas e aponta a falta de assiduidade como o fator de retardo para o progresso de suas aulas. As faltas foram atribuídas ao sarampo e a coqueluche, por fim, termina seu relatório solicitando uma reforma para o espaço escolar.

O relato do professor nos revela a realidade da maior parte das escolas desse período, não apenas em Iguassú, mas em todo o Império Brasileiro, no entanto, podemos constatar que após a troca de sede municipal, aqueles que não se encontravam no entorno da ferrovia apresentaram maiores dificuldades para dar prosseguimento as suas atividades. As freguesias de Jacutinga, São João de Merity e Marapicu alcançaram um progressivo crescimento, Jacutinga devido à proximidade de Maxambomba que se torna sede municipal, São João de Merity por conta de ser a mais próxima à Província e do Municipio Neutro, ainda estabelecendo limites com Estrela, e Marapicu por conta de sua proximidade a Queimados e a Freguesia de Campo Grande e Santa Cruz.

Após o arranjo geográfico municipal imposto pela presença da Estrada de Ferro, Peixoto (1969, p. 58) descreve o quadro de escolas no ano de 1876, encontraremos então a seguinte organização escolar:

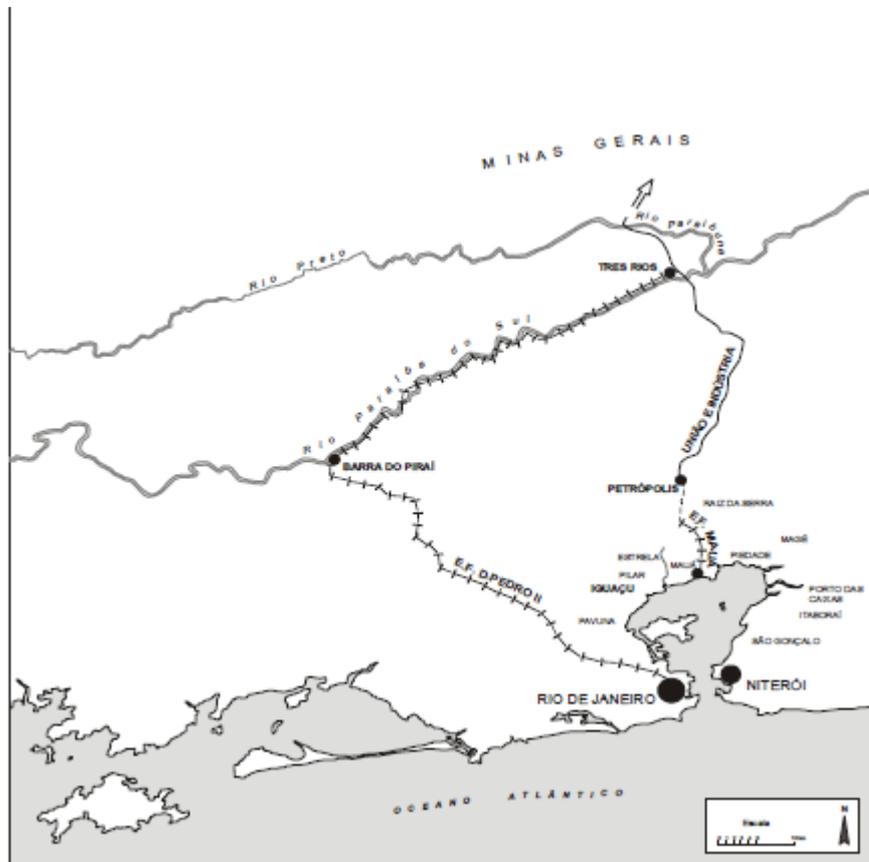
**TABELA XIII- NOVOS ARRANJOS EDUCACIONAIS**

| FREGUESIAS  | PROFESSORES E TEMPO DE EXERCÍCIO  |
|---|---|
| Piedade do Iguassú- Escola pública para meninos                     | Fundada em 1838- Professor Estevão dos Santos Fasciotti- 05 anos e 08 meses.        |
| Piedade do Iguassú- Escola pública para meninas                     | Fundada em 1841- Professora Maria Leopholda Thompsom- 20 anos e 05 meses.           |
| Piedade do Iguassú – Escola particular para meninos                 | Sem especificações.   |
| São João Batista de Merity- Escola pública para meninos             | Fundada em 1851- Professor Manoel da Costa Barreto- 24 anos e 10 meses.             |
| São João Batista de Merity- Escola pública para meninas             | Fundada em 1851- Professora Maria Leopoldina de Oliveira Barros. 01 ano e 08 meses. |
| São João Batista de Merity- Escola particular para meninas          | Sem especificações.   |
| Nossa Senhora da Conceição de Marapicú- Escola pública para meninos | Fundada em 1849- Professor  |
| Nossa Senhora da Conceição de                                       | Professora Josefina Pinto dos Reis- 03  |

|   |  |
|---|--|
| Marapicú- Escola pública para meninas                                       | anos e 02 meses.   |
| Nossa Senhora da Conceição de Marapicú= Escolas particulares                | Sem especificações.  |
| Santo Antônio da Jacutinga- Escola pública para meninos                     | Fundada em 1849-Professor Gabriel Ferreira Franco- 15 anos e 05 meses. |
| Santo Antônio da Jacutinga- Escola pública para meninas                     | Sem ano de fundação- Professora Maria Rosa Monteiro Paris              |
| Queimados- Escola pública para meninos                                      | Fundada em 1872- Professor Luiz Carlos Cordeiro- 03 anos e 07 meses.   |
| Cabuçu- Escola pública para meninos   | Professor Joaquim Gomes Pimentel- 02 anos e 04 meses.                  |
| Brejo- Escola Pública para meninos  | Professor Moisés Ferreira da Costa Franco.                             |
| Santana das Palmeiras- Escola pública para meninos                          | Fundada em 1869. Professor Leopoldino Honorato Lopes                   |
| Santana das Palmeiras- Escola pública para meninas                          | Fundada em 1860. Sem especificações.                                   |
| Rio do Ouro- Escola Pública para meninos                                    | Fundada em 1870- Professor Lúcio José da Costa <sup>102</sup>          |
| Maxambomba- Escola pública para meninas                                     | Fundada em 1866- Professora Regina Maria da Silva.                     |
| Fazenda Lugarejo do Brandão - Escola não especificada                       | Sem especificações.  |
| Riachão- Escola pública para meninos  | Criada em 1873. Sem especificações.                                    |
| Escola do Passa Vinte em Queimados- Escola Pública para meninos             | Criada em 1873. Professor Luiz Alves da Silva Castilhos.               |
| Queimados- Escola Pública para meninas                                      | Criada em 1873- Professora Ana Marques Ferreira                        |
| Marrecas- Escola Particular subvencionada<br>Lugarejo de Piedade do Iguassú | Criada em 1872. Professor não especificado.                            |
|   |  |

<sup>102</sup> O professor Lúcio da Costa exerceu por muitos anos o magistério particular em Piedade do Iguassú.

**Imagem 04: As Estradas de Ferro Mauá e Dom Pedro II**



As estradas de Ferro Mauá e Dom Pedro II. Fonte: OLIVEIRA (2007, p. 138).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o processo de escolarização em Iguassu no século XIX através das fontes disponíveis configurou-se como um desafio imenso e um percurso com obstáculos e com momentos de clareza. O silenciamento das fontes em muitos momentos desta pesquisa nos mostrou e nos revelou muito mais do que qualquer registro.

Os problemas da pesquisa foram forjados ao longo da consulta da documentação à disposição, de forma que o que antes tínhamos por possíveis certezas foram construídos e desconstruídos à medida que avançávamos nas análises.

As situações levantadas com estes estudos não têm a intenção de desmerecer ou desprestigiar os trabalhos historiográficos feitos até então, ao contrário, a leitura e análise crítica dos mesmos foram essenciais para o conhecimento do que foi estudado até o presente momento acerca do município.

Para o uso das obras já existentes, fizemos a tentativa de uma redução da escala, isto é, a redução do olhar, mesmo sob o mesmo ângulo de visão, no ato de mergulho nos focos de redução e ampliação de análise nas fontes disponíveis.

A pluralidade de relações e cenários sociais e étnicos que permearam a criação de escolas e formas escolares em Iguassú foi influenciada pelas situações macro da história brasileira no século XIX, embora em âmbito local tais relações tenham tomado um curso historiográfico próprio, singular.

Consideramos significativo pesquisar a institucionalização da escola num município que teve uma grande importância econômica e política para a Província do Rio de Janeiro e o Império Brasileiro, mas que ao mesmo tempo representou uma ameaça devido a sua singularidade étnica e o seu ambiente insalubre; esta pesquisa nos permite encontrar semelhanças e diferenças com outros processos educacionais em outros vilarejos com o mesmo recorte histórico.

A municipalização das vilas do entorno da Baía de Guanabara se fez necessária para que a região fosse inserida no contexto econômico e político Imperial Brasileiro de forma que exigiu um planejamento ordenado para as implicações provocadas por conta dos novos processos organizacionais.

O processo de escolarização foi um dos braços administrativos criados para a manutenção da ordem e do controle.

Os processos sociais descritos por Elias (2006) podem ser relacionados ao processo educacional, na medida em que foram processos de longa duração, podendo

sofrer variações ao longo do tempo de acordo com as relações dos indivíduos no grupo. Ora, a institucionalização das escolas em um único formato proposto para uma variedade geográfica e regional como a brasileira sofreu diferenciações de acordo com o grupo social em que foi aplicada.

Para Elias (2006), a troca entre sociedade e indivíduos é relacional, implica lugar, relações, gênero, tradições, afetividade, passando pelas relações de dependência.

Veiga (2005, p.144), descreve a sociedade como uma figuração de funções interdependentes cuja estrutura e padrão conferem o seu caráter específico. Ou seja, uma função depende da outra e para captar suas especificidades é necessário investigar as suas estruturas.

Para Iguacu, o modelo de instrução implantado foi o mesmo destinado a grupos que estiveram à margem dos demais processos sociais e políticos de outras vilas e lugarejos, no entanto, as especificações do grupo foram determinantes para os possíveis resultados alcançados.

Os arranjos locais determinaram onde estariam localizadas as escolas, os interesses familiares e políticos permearam as decisões, de forma que influenciou de modo direto o número de pessoas atingidas, bem como as suas posições na sociedade iguassuana.

As hierarquias funcionam de forma específica em cada sociedade. Em vilarejos como o iguassuano podem ser observadas de forma mais direta e até mesmo “pessoal” do que nos grandes centros. Os atos de controles individuais e de controle do outro são mais diretos, as relações de poder e de controle nestas situações demonstram um caráter mais interdependente e mais tenso. Elias (1994a, p.45), denomina que estas situações geram no curso da história uma alteração na forma e qualidade do ser humano, bem como a sua regulação psíquica, impelindo desta forma os homens rumo à civilização.

O grupo de pretos e pardos livres, escravos, brancos pobres e mestiços, esteve presente na relação e negociou, de acordo com as possibilidades e limitações, os seus espaços de atuação, de forma que não foram meros espectadores e sim atores de seus processos sociais e individuais. As liberdades, as escravidões, as comercializações, formaram um mosaico de ações que definiram o papel de cada indivíduo bem como o seu lugar social.

O lugar social de grupos étnicos na sociedade imperial brasileira tem sido amplamente discutido e debatido pelos historiadores da educação, de modo que não

podemos classificar este grupo social de forma passiva e amplamente excluída do processo civilizador, a categoria “*escravo coisa*”<sup>103</sup>, como não detentora de suas conquistas e podemos assim incluir como conquista, em alguns casos já apresentados em forma de pesquisa, expressas em artigos, monografias, dissertações e teses, a escolarização deste grupo.

O número de escolas implantadas, embora nos documentos oficiais governamentais haja uma espécie de “lamento” por conta do pequeno número, por conta do que atribuíram, várias vezes, como o pequeno número de profissionais habilitados, a falta de confiança e conhecimento das famílias, a barbárie e ignorância do povo de forma geral, a ineficácia das Leis existentes, as grandes distâncias territoriais, foi de igual forma para todas as vilas e lugarejos, na verdade, de forma explícita e implícita as escolas não foram criadas a fim de atingir a todos os seguimentos populacionais, explícitas na forma da lei e implícitas nas hierarquias construídas até mesmo nos métodos de ensino que teoricamente deveriam servir para uma maior dinamização e alcance do trabalho docente.

As escolas e iniciativas particulares configuraram-se de forma a atender a demanda educacional existente. Sob a proteção das Leis, cresceram de forma desordenada de maneira que em alguns instantes significaram ameaças a expansão do ensino público. Amarras pessoais e familiares foram constituídas de modo que os interesses individuais foram determinantes para o sucesso e a permanência dos docentes.

O perfil dos docentes do processo educacional iguassuano foi resgatado de acordo com o que nos foi disponibilizado. Foi possível encontrar a tentativa de afirmação e imposição da escola pública na ação de escolha dos docentes precursores oriundos da escola normal da Província, rompendo o modelo régio estabelecido até então na região, unindo a ação governamental com a afirmação da necessária formação docente. Alguns professores foram escolhidos de acordo com a experiência adquirida no exercício da função de forma particular ou nas aulas públicas régias, mas não podemos negar que famílias próximas ao poder determinaram a escolha de docentes.

---

<sup>103</sup> A categoria “*escravo coisa*”, descrita por Chalhoub (2011, p. 42), nasce com o autor Perdigão Malheiro em um estudo sobre a escravidão no ano de 1860, onde resume o escravo a condição de coisa, sujeito ao poder e domínio, propriedade de outro, tido como morto. Chalhoub (2011, p.44), descreve ainda a falade Fernando Henrique Cardoso em obra de 1962, em que o autor descreve o escravo como seres incapazes de ação autônoma, incapazes de produzir valores e normas próprias de orientação em sua conduta social.

Os perfis dos alunos foram interpretados através dos quadros populacionais relativos à raça, origem e número de matrículas disponíveis nos documentos oficiais. Encontramos uma população de aproximadamente mais de 60% de pretos e pardos entre livres e escravos, por isso podemos intuir a presença de alunos deste grupo no espaço escolar, tal afirmação se torna possível porque podemos perceber o número de iniciativas particulares destinadas a infância, por parte dos brancos e até mesmo pardos donos de fazendas, comércios, nas freguesias bem como na Província, na Corte do Rio de Janeiro e alguns até mesmo em Portugal. Excetuando o grupo de brancos pobres, que provavelmente estiveram na companhia dos pretos e pardos nas escolas públicas.

O advento da chegada da Estrada de Ferro traz uma reorganização espacial e um deslocamento político regional o que provoca um movimento, uma tentativa de expansão das escolas em cada localidade surgida em torno da ferrovia.

Esta reorganização escolar não acompanhou a demanda populacional, não havendo uma preocupação ou organização na distribuição de novas escolas e manutenção das escolas já existentes, caso típico do processo de escolarização no século XIX e que continua ainda nos dias de hoje.

No entanto, esta pesquisa traz algumas contribuições inéditas, ao mostrar a expansão da instituição escolar em um município do recôncavo da Guanabara, que apesar da escassez de fontes, ainda reúne documentos para o prosseguimento em outros estudos para um possível mapeamento das escolas em toda a região neste período histórico.

Sendo assim, acreditamos que esta pesquisa possa contribuir para o crescimento contínuo que a história da educação regional tem alcançado ao longo dos anos, aliados a expectativa da micro-análise da historiografia, que consideramos um importante caminho para novas pesquisas no estado do Rio de Janeiro.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALMEIDA, J.R. *A Instrução pública no Brasil. 1500 a 1889*. Trad. Antonio Chizzoti. Brasília/ São Paulo MEC/INEP, 1989.

ÁRIES, Philippe. Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, ROGER (Org). *Historia da Vida Privada- Da renascença ao século das luzes*. Vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BASTOS, Maria Helena Câmara. FILHO, Luciano Mendes de Faria (Orgs). *A escola elementar no século XIX: o método monitoral /mútuo*. Passo Fundo: EDUPF, 1999.

BASTOS, Maria Helena C.. Pense Globalmente, pesquise localmente? Em busca de uma mediação para a Escrita da História da Educação. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et.al. (Orgs). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009.

BEZERRA, Nielson. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2010.

BEZERRA, Nielson. *As confluências da Escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguassú e Estrela. (1833-1888)*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2004.

BEZERRA, Nielson. *As chaves da Liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)*. Rio de Janeiro, Niterói: EDUFF, 2008.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Raízes Históricas da Escola Publica no Rio de Janeiro. In MAGALDI, Ana M. et.al. (Orgs). *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

\_\_\_\_\_. Um estudo sobre os exames para o emprego de Professor, entre fins do século XIX e início do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2008, Aracaju. *Anais*. São Cristóvão/ Aracaju: SBHE/ UFS/ Universidade Tiradentes, 2008.1. CD-ROM.

CHARTIER, ROGER (Org.). *Historia da Vida Privada- Da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.v.3

CHAVES, Miriam Waidenfeld. LOPES, Sonia de Castro (Orgs). *Instituições Educacionais da Cidade do Rio de Janeiro. Um século de História (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Mauad X. FAPERJ, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz. *O aprendiz da liberdade*. Educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista. Dissertação de Mestrado em História. UFBA. Salvador, 2007.

DIAS, Amália. Pátria e Educação nas Comemorações Cívicas em Nova Iguaçu (1938-1950). In: II ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro: EHed- RJ/ UNIRIO, 2010.1.CD-ROM

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. Vol. 2

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 a.v. 1

\_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

\_\_\_\_\_. SCOTSON. John L. *Os estabelecidos e os Outsiders*, sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Escritos e Ensaios*. 1. Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FARIA FILHO, L.M. Educação do Povo e autoritarismo das elites: Instrução pública e cultura política no século XIX In: MAGALDI, A. M; GONDRA, José G; ALVES, Cláudia (Org). *Educação no Brasil: História, Cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

\_\_\_\_\_. A pesquisa histórica sobre cultura escolar no Brasil. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAÚJO, Mairce da Silva; SOARES, Márcia; MAURÍCIO, Lúcia Veloso (Org). *Vozes da Educação*. Memórias, Histórias e Formação de Professores. Rio de Janeiro: DP et Alii, 2007.

\_\_\_\_\_. INÁCIO, Marcilaine Soares. ROSA, Walquíria Miranda. SALES, ZeliEfigênia Santos de (Orgs). *Escola, Política e Cultura: a instrução elementar nos anos iniciais do Império Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Argumentvm, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes. O pesquisador e o desafio das fontes. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et.al. (Orgs). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009.

FONSECA, Marcus Vinícius. *Pretos, Pardos, Crioulos e Cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_, Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá: UDUFMT, Vol.18, n.36, p.201-220, 2009.

FORTE, J. M. *Memória da Fundação de Iguassú*. Typografia Jornal do Comércio: Rio de Janeiro, 1933.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de Quilombolas*. Mocambos e Comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, Século XIX. Edição Revista e ampliada- São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONDRA, José Gonçalves. Escolarização e Governo das Multidões, reflexões acerca das formas de escola na Corte Imperial. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza, et al (orgs).. *Vozes da Educação*. Memórias, Histórias e Formação de Professores. Rio de Janeiro: DP et Alii, 2007.

\_\_\_\_\_, Para uma história do I Encontro de História da Educação do Rio de Janeiro. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et.al. (Orgs). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009.

GONDRA, J. & SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVEIA, Maria de Fátima. *O império das Províncias*. Rio de Janeiro, 1822- 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUEDES, Jordania R.Q. *Escolas no Recôncavo da Guanabara*. História do Processo de Escolarização no Município de Iguassú (1833-1862). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ: Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana*. Escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *O Comércio da Instrução no Século XIX: Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções Públicas*. Dissertação do Mestrado em Educação da UERJ. Rio de Janeiro, 2010.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_, *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar , 2004.

MATTOS, I. R. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado Colonial. Rio de Janeiro: Access, 2003.

- MENDONÇA, Ana Waleska. XAVIER, Libânia. CHAVES, Miriam Waidenfeld. LOPES, Sonia de Castro (Orgs). *Instituições Educacionais da Cidade do Rio de Janeiro. Um século de História (1850-1950)*. Rio de Janeiro. Mauad X. FAPERJ, 2009.
- MENDONÇA, Ana Waleska Pollo. ALVES, Cláudia. GONDRA, José G. XAVIER, Libânea, Nacif. BONATO, Nailda Marinho da Costa. (Orgs). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.
- MIGNOT, Ana Crhystina Venâncio. *Baú de Memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da Docência: Trajetórias de Mulheres Professoras em Sabará- Minas Gerais (1830-1904)*. Tese de Doutorado em Educação. UFMG, 2010.
- NUNES, C. Historiografia da Educação e fontes. In: GONDRA, José G (org). *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP& A editora, 2005.
- OLIVEIRA, Rafael da Silva. De Iguassú a Nova Iguaçu: as transformações na organização espacial a partir dos eixos de transporte- uma leitura dos séculos XVII E XIX. *Revista Universidade Rural*. Rio de Janeiro, v. 29, n 02, p.181-203.jul /dez 2007.
- \_\_\_\_\_. Os eixos de Transporte e as transformações na organização espacial do recôncavo da Guanabara entre os séculos XVIII E XIX: Os exemplos de Iguaçu e Estrela. *Revista do Mestrado em História, Universidade Severino Sombra*. Rio de Janeiro, v.09, n.09, p. 111-141. 2007.
- PENNA, Fernando de Araújo. O “Currículo Colegial” do Colégio de Pedro II. In: CHAVES, Miriam Waidenfeld. LOPES, Sonia de Castro (Orgs). *Instituições Educacionais da Cidade do Rio de Janeiro. Um século de História (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Mauad X. FAPERJ, 2009.
- PEREIRA, Waldick. *A mudança na vila*. Rio de Janeiro: Ed. Autor, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Cana, Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV, 1977
- PERES, Guilherme. *A história de Queimados*. Ed. Autor. Rio de Janeiro, 2009.
- PEIXOTO, A. Ruy. *Imagens Iguaçuanas*. Rio de Janeiro: Ed. Autor, 1969.v.I
- \_\_\_\_\_. *História Cronológica de Iguaçu*. Rio de Janeiro: Ed. Autor. Rio de Janeiro, 1970. Vol. 1.
- REIS, João José Reis, GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

REVEL, Jacques (Org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOUZA, M.S. *Terras de Muitas Águas*. Duque de Caxias: Itatiaia, 1996.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como um projeto de civilização. In: *Revista Brasileira de Educação*. Anped, set-dez, p.90-103,2002.

\_\_\_\_\_, A escola e a república: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Editores Associados. v. 11, n.01(25), p. 143-178, 2011.

\_\_\_\_\_. Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação. In: FARIA FILHO, Luciano(Org). *Pensadores Sociais e História da Educação*. Autentica. Belo Horizonte, 2005.

VILELLA, Heloísa. “Do saber fazer” à profissionalização docente na escola normal da Província do Rio de Janeiro. : *Revista Rio de Janeiro*. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. LPP/Fórum do Rio de Janeiro/UERJ. Páginas 49-67.

XAVIER, Libânea Nacif. História da Educação e História Local. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et.al. (Orgs). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009.

#### **FONTES DIGITAIS:**

BRAZILIAN GOVERNMENT DOCUMENTS. Disponível em: [www.crl.edu/content/brazil/jain.html](http://www.crl.edu/content/brazil/jain.html) Consultado em Janeiro de 2008.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. Disponível em : [www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u817/000007.html](http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u817/000007.html) . Acesso em Janeiro de 2008.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Lei de Instrução Primária Província do Rio de Janeiro de 14 de dezembro de 1849. Disponível em : [www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u818/000052.html](http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u818/000052.html). Acesso em Janeiro de 2008.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Diagnóstico das Condições Sócio-Econômicas e da Gestão Pública dos Municípios da Baixada Fluminense. Ano 2005. Disponível em: em

[www.planalto.gov.br/sri/.../Docs.../BaixadaF\\_P Sociais.pdf](http://www.planalto.gov.br/sri/.../Docs.../BaixadaF_P Sociais.pdf)- [Similares](#)- Acesso em Junho de 2011.

TEMPO EM CURSO- Boletim Eletrônico, ano III, Vol.03, n.10, Outubro de 2011. Disponível em: [www.laeser.ufrj.br](http://www.laeser.ufrj.br)- Acesso em Dezembro de 2011.

#### **FONTES MANUSCRITAS:**

**Arquivo Nacional** : Fundo Mesa do Desembargo do Passo. CAIXA 149- Fundo 4K.

**Arquivo Público da Estado do Rio de Janeiro:** Fundo PP- 0215- Inventário MAP 1.

**Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro:** Fundo PP- CÓDICE 0959.

Arquivo Público do Estado Rio de Janeiro. Fundo PP- 0879. Concessão de Licenças para Escolas Particulares (1855).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0219. Exames de Seleção para a escola Normal.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0110- Documentos da Câmara Municipal de Iguaçu.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0127- Documentos da Câmara Municipal

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0138- Documentos de escolas de primeiras letras.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0138- Documentos de Inspetores das paróquias. Mapas trimestrais (1829-1849).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0171 Documentos de escolas públicas Iguaçu e Itaguaí-

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0212- Relação orçamentos de escolas públicas Iguaçu-

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0974- Escolas provinciais para meninas.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0974- Cadeiras de primeiras letras para meninas.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0959- Exoneração professor de Jacutinga.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP-0959- Exoneração Professor de Marapicú.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0841- Cargos a Instrução Pública Vila de Iguaçu.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo 0095- Extinção do Quilombo São Gabriel e Bomba.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0095- Nomeação e transferência de professores.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0670- Nomeação de professor (1839).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0706- Documentação relativa a Iguaçu (1837).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 1066- Escrituras em Merity.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0974- Criação de cadeiras sexo masculino.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0950- Nomeação de professores e inspetores.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP-0913 Iguaçu e Marapicú (1841). Iguaçu e Pilar (1842).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0879- Concessão de Licença para escola particular (1855).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP-0850- Lista de professores.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0637- Documentos Instituições religiosas (1834-1878).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP- 0110- Ata eleitoral da Paróquia de Jacutinga.

### **Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro-**

Assentos Paroquiais- Batismo de Escravos - Piedade do Iguassú- 1760- 1776- AP 1166.

Assentos Paroquiais. Batismo de Livres- Santo Antonio da Jacutinga- 1816-1835- AP 1021.

**Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu- IHGNI-**

IHGNI- Caixa 021195-0059

IHGNI- Caixa 021195-0060